

Universidade Federal de
Santa Catarina

Programa de Pós-
Graduação em Educação

<http://ppge.ufsc.br/>

Campus Universitário
Florianópolis- SC

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
graduação em Educação, Departamento de
Educação, do Centro de Ciências da
Educação da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito para obtenção do
Título de Mestre em Educação

Orientador: Marcos Edgar Bassi

Coorientador: Jéferson Silveira Dantas

Florianópolis, 2018

A Financeirização da Educação Superior Brasileira:
O Caso do Grupo Kroton
Carla Fernanda Zanata Soares

A Financeirização da
Educação Superior Brasileira:
O Caso do Grupo Kroton

Carla Fernanda Zanata Soares

O objetivo deste trabalho foi identificar nas práticas mercadológicas do Grupo Kroton, elementos que sustentassem nossa ideia de que no caso específico de tal empresa, a produção direta e a comercialização da mercadoria educação são atravessadas pelo fenômeno da financeirização. Para tanto, estudamos como a concepção acerca da financeirização da educação superior vêm sendo discutida por uma certa parte da comunidade acadêmica do campo da educação, além de algumas práticas empreendidas pelo Kroton, no que concerne à produção direta e ao comércio da educação superior, na perspectiva do fenômeno que envolve tais práticas, qual seja: o fenômeno da financeirização.

Orientador: Marcos Edgar Bassi

Coorientador: Jéferson Silveira Dantas



Carla Fernanda Zanata Soares

**A FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
BRASILEIRA: O CASO DO GRUPO KROTON**

Dissertação submetida ao Programa de
Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Federal de
Santa Catarina para a obtenção do
Grau de Mestre em Educação

Orientador: Prof. Dr. Dr. Marcos
Edgar Bassi

Coorientador Prof. Dr. Jéferson
Silveira Dantas.

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Soares, Carla Fernanda Zanata
A Financeirização da educação superior
brasileira: : o caso do grupo Kroton / Carla
Fernanda Zanata Soares ; orientador, Marcos Edgar
Bassi, coorientador, Jéferson Silveira Dantas, 2018.
149 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação,
Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis,
2018.

Inclui referências.

1. Educação. 2. Educação Superior. 3. Política
educacional. 4. Financeirização. 5. Grupo Kroton. I.
Bassi, Marcos Edgar. II. Dantas, Jéferson Silveira.
III. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

"A FINANCIERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: O CASO DO GRUPO KROTON"

Dissertação submetida ao Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação em cumprimento parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 28/03/2018

Dr Marcos Edgar Bassi (EED/CED/UFSC - Orientador)
Dr Jefferson Silveira Dantas (EED/CED/UFSC - Co-Orientador)
Dr Romualdo Luiz Portela de Oliveira (EDA/FE-USP - Examinador)
Dr Eneida Oto Shiroma (EED/CED/UFSC - Examinadora)
Dr Rubens Barbosa de Camargo (EDA/FEUSP - Suplente)

Marcos ED
Jefferson Dantas
Romualdo Portela
Eneida Shiroma

CARLA FERNANDA ZANATA SOARES
FLORIANÓPOLIS/SANTA CATARINA/MARÇO/2018

Alison Antonio Palm
Prof. Alison Antonio Palm
Coordenador do PGE/CED/UFSC
Portaria nº 1934

*Aos meus Pais, Jurandir Soares e
Sônia Zanata. À minha Irmã, Aline
Roberta Zanata... E ao meu Filho,
Leonardo Zanata.*

RESUMO

Nesta dissertação de mestrado estudamos como a concepção acerca da financeirização da educação superior vem sendo discutida por certa parte da comunidade acadêmica do campo da educação. Estudamos também algumas práticas empreendidas pelo Grupo Kroton, no que concerne à produção direta e ao comércio da educação superior, na perspectiva do fenômeno que envolve tais práticas, qual seja: o fenômeno da financeirização. Para realizar esta pesquisa, apoiamos-nos em alguns referentes teórico-metodológicos – Marx (2008), Lenin (2012), Chesnais (2005) e Fontes (2010), entre outros - na busca pela tentativa de uma breve aproximação com uma formulação da concepção de financeirização e de como o fenômeno ocorre na educação superior. Também estudamos determinados documentos do Kroton, encontrados e coletados em sua página virtual, visando compreender como é seu *modus operandi*. Para entender e tentar formular uma certa concepção sobre a financeirização no caso do Kroton, estudamos uma parte da política de educação superior brasileira formulada nos anos finais da década de 1990 até meados da segunda década dos anos 2000. O objetivo foi identificar nas práticas mercadológicas do Grupo Kroton, elementos que sustentassem nossa ideia de que no caso específico de tal empresa, a produção direta e a comercialização da mercadoria educação são atravessadas pelo fenômeno da financeirização. Concluímos que a financeirização da educação superior se expressa na produção e no comércio da mercadoria educação do Kroton, e que integra a totalidade do movimento do capital. Verificamos que o fenômeno se torna possível especialmente por meio de medidas do Estado capitalista (políticas, leis e programas, entre outras formas reguladoras da oferta da educação), e que decorre de tal processo, a criação de outra mercadoria: o dinheiro. Concluímos também, que a educação financeirizada do Grupo Kroton, dá lugar a formação de uma parcela da classe trabalhadora – os jovens trabalhadores – que buscam a formação de nível superior para ingressar no mercado de trabalho, nos moldes dos interesses do Capital, qual seja: construir indivíduos comprometidos não com a emancipação humana capaz de romper com a lógica da dominação de classe, mas com a perpetuação do sistema capitalista de produção baseado na expropriação do trabalho.

Palavras-chave: Educação Superior; Política educacional; Financeirização; Grupo Kroton.

ABSTRACT

In this dissertation we study how the conception about the financialization of higher education has been discussed by a certain part of the academic community in the field of education. We also study some practices undertaken by the Kroton Group regarding the direct production and trade of higher education, in the perspective of the phenomenon that involves such practices, namely: the phenomenon of financialization. In order to carry out this research, we rely on some theoretical-methodological references - Marx (2008), Lenin (2012), Chesnais (2005) and Fontes (2010), among others - in the search for a short approximation with a formulation of conception of financialization and how the phenomenon occurs in higher education. We also study certain Kroton documents, found and collected on their virtual page, in order to understand how their *modus operandi* is. To understand and try to formulate a certain conception about financialization in the Kroton case, we studied a part of the Brazilian higher education policy formulated in the late 1990s through the mid-2000s. The objective was to identify Kroton Group, elements that support our idea that in the specific case of such a company, the direct production and commercialization of the commodity education are crossed by the phenomenon of financialization. We conclude that the financialization of higher education is expressed in the production and trade of the education commodity of Kroton, and which integrates the whole movement of capital. We see that the phenomenon is made possible especially by measures of the capitalist state (policies, laws and programs, among other forms regulating the supply of education), and that is the result of such a process, the creation of another commodity: money. We also conclude that the financial education of the Kroton Group gives rise to the formation of a portion of the working class - young workers - who seek higher education to enter the labor market, according to the interests of Capital, namely: to construct individuals, committed not to human emancipation capable of breaking with the logic of class domination, but with the perpetuation of the capitalist system of production based on the expropriation of labor.

Keywords: Higher Education; Educational politics; Financialization; Kroton Group.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de alunos matriculados no setor privado de ES na oferta da educação superior superior a IES públicas..... 84

Gráfico 2 - Aumento salarial para trabalhadores com diploma superior.
..... 85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Artigos acadêmicos encontrados e coletados a partir da busca realizada no Scielo, com as palavras-chaves: “financeirização” e “Kroton”, apresentados por periódico, ano, título, autor e vínculo institucional – período: 2007-2014 (elaboração da autora)..... 133

Tabela 2 - Teses e Dissertações encontradas e coletadas tendo em vista os descritores: “financeirização” e “Kroton”, distribuídos por autor, título, tipo de produção, ano e instituição – Período: 2009 a 2015 (elaboração da autora). 135

Tabela 3 - Documentos do Grupo Kroton coletados em sua página virtual, apresentados tendo em vista sua natureza jurídica, seu conteúdo, autor(es) e ano – Período 2007 a 2016. 138

Tabela 4 - Documentos instituidores das políticas para a educação superior, organizados a partir de sua natureza jurídica, entidade autora, conteúdo e ano – Período: 1996 a 2014 (elaboração da autora) 141

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAES – Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Educação Superior
ACC – Acordo de Controle de Concentrações
ASSEVIM – Associação Educacional do Vale do Itajaí-Mirim
BM&FBovespa – Bolsa de Valores
BTDC – Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CNE – Conselho Nacional de Educação
CVM – Comissão de Valores Imobiliários
ES – Educação Superior
EAD – Educação à Distância
EUA – Estados Unidos da América
FAMA – Faculdade de Macapá
FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
IBCT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
INED – Instituto Nacional de Educação à Distância
IPCA – Índice de preços ao Consumidor
IRPJ – Imposto de renda de Pessoa Jurídica
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LTDA – Limitada
LFG – Fundação Luís Flávio Gomes
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MBA – Mestrado Online Internacional
OAB – Ordem do Advogados do Brasil
OCDE – Organização para o Comércio e Desenvolvimento Econômico
PNE – Plano Nacional de Educação
PROUNI – Programa Universidade Para Todos
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PIS – Programa de Integração Social
SCIELO – Scientific Electronic Library Online
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SESU – Secretaria de Educação Superior
UNIC – Universidade de Cuiabá

UNIME – União Metropolitana para o Desenvolvimento da Educação e Cultura

UNOPAR – Universidade do Norte do Paraná

UNIRONDON- Universidade Cândido Rondon

UNIDERP – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 A Política Educacional no Estado capitalista	22
1.2 O fenômeno da financeirização	31
1.3 O caminho da pesquisa.....	39
1.4 A organização do texto.....	40
2 O ESTADO DA ARTE SOBRE O TEMA DA FINANCEIRIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E NO GRUPO KROTON.....	43
2.1 A limitação do conceito de financeirização a novos tipos de mercantilização e de privatização da Educação Superior.....	56
2.2 O Grupo Kroton como agente caracterizador do fenômeno da financeirização	63
3. O GRUPO KROTON.....	69
3.1 Histórico do Grupo Kroton	71
3.2 Mercados de atuação do Grupo Kroton.....	78
3.3 A captação de alunos pelo Kroton: Educação é a mercadoria mais rentável para certo nicho de mercado.....	87
3.3.1 A Apresentação Institucional de 2007.....	88
3.3.2 A Apresentação Institucional de 2016.....	95
3.4 O processo de produção de mais valor do Kroton: reprodução de capital tendo em vista as mercadorias “Educação” e “dinheiro”.....	102
3.4.1 Expropriações na produção da Educação Superior	103
3.4.2 A produção de mais valor do valor no Grupo Kroton	108
3.5 O Estado como favorecedor da financeirização da Educação Superior	113
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS	125

APÊNDICE A – Estado da arte	133
APÊNDICE B – Documentos do Grupo Kroton e políticas para a educação superior brasileira no período de 1996 a 2016.....	138
ANEXO A	143
ANEXO B	144
ANEXO C	145
ANEXO D	146
ANEXO E	147
ANEXO F.....	148
ANEXO G.....	149

1 INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa é a financeirização que ocorre na produção da Educação Superior no caso do Grupo Kroton Educacional. O problema/questão que orienta esta pesquisa são as implicações, as decorrências da financeirização da ES no caso do Kroton, na formação da classe trabalhadora, especialmente, dos jovens trabalhadores que buscam uma formação de nível superior para ingressar no mercado de trabalho.

Estamos concebendo o fenômeno da financeirização com base na formulação feita por Marx (2008) sobre o capital portador de juros; na concepção de Lenin (2012) com respeito a particularidade que o capital financeiro possui no contexto do Imperialismo; com base na concepção de Chesnais (2005) sobre a atuação do Estado na flexibilização de regras no campo da economia que favorecem a finança sobre os interesses sociais; e com base na teoria de Fontes (2010) quando nos ensina que o capital financeiro só pode surgir – existir, se no momento da produção de mercadorias a extração de mais valor acontecer num grau tão elevado, capaz de gerar o lucro excedente que não será aplicado de volta no processo produtivo, e sim, empregado na circulação na forma de nova e diversa mercadoria, a mercadoria dinheiro.

Pensamos, que a educação superior qualificada pelas determinações do processo de financeirização, pelo qual passa sua produção, se transforma na educação do capital – comprometida com a perpetuação da dominação de uma classe sobre a outra (MÉSZÁROS, 2005), mantendo e perpetuando as bases da sociedade capitalista.

Para tentarmos responder ao problema desta pesquisa e entender quais as implicações de a classe trabalhadora - jovens trabalhadores - ser formada por meio da educação financeirizada, estabelecemos o objetivo geral de investigar de que maneira acontece a produção e a comercialização da ES no caso do Grupo Kroton, com base na comparação dos dados apresentados pelo Kroton relativos ao de 2007 e 2015, no intuito também de contribuir para o debate acerca das políticas públicas educacionais, pois pensamos que o processo atravessa tais políticas. A delimitação temporal se estabeleceu em virtude de 2007 ter sido o ano em que, o Grupo Kroton ingressou como empresa de capital aberto na bolsa de valores (BM&FBovespa), ou seja, 2007 foi o ano em que se tornou possível que outras empresas pudessem integrar o portfólio do Kroton, expandindo o mercado da educação superior no Brasil. Nesse contexto, o Grupo se estabeleceu como a maior empresa de educação (básica e superior) da América Latina, detentor de mais de

80% das matrículas no ES, pelo que, foi elegido como expressão do processo de financeirização da ES brasileira, nesta pesquisa de Mestrado.

No intuito de alcançarmos nosso objetivo geral, adotamos como objetivos específicos os seguintes: a) identificar no processo de produção e de comercialização da ES no Kroton o fenômeno da financeirização; b) analisar de que maneira o Kroton atua na captação de alunos (classe trabalhadora – jovens trabalhadores) e de potenciais investidores nos anos de 2007 e 2015; c) compreender a magnitude da expansão e presença do Kroton na ES brasileira; d) estabelecer o vínculo fundamental entre a produção e a comercialização da ES do Kroton e as políticas para a ES brasileira, expressas no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (BRASIL, 1996), no Plano Nacional de Educação de 2014 (BRASIL, 2014), na Lei que instituiu o Fundo de Financiamento aos Estudantes do Ensino Superior de 2001 (BRASIL, 2001), e na Lei que criou o Programa Universidade para Todos de 2005 (BRASIL, 2005); e) apreender qual o papel do Estado, por meio da análise das medidas de política educacional indicadas, no processo de financeirização da ES no caso do Kroton; e por fim, f) identificar os processos de expropriação que sustentam a produção da ES financeirizada.

Assim, tendo em vista o alcance do nosso objetivo geral acompanhado da necessidade preliminar e fundamental da obtenção do conhecimento sobre nossos objetivos específicos, os elementos teórico-metodológicos que traçam o caminho da presente dissertação de mestrado, são: a) a política de educação superior no Estado capitalista; b) o tema da financeirização no campo universal que envolve o processo de produção e comercialização da ES; e c) o Grupo Kroton como evidência empírica que expressa o processo de financeirização da ES no Brasil, para a formação da classe trabalhadora (dos jovens trabalhadores) nos moldes do capital para sua perpetuação. (MÉSZÁROS, 2005)

Nosso interesse por tentar desvendar o problema desta pesquisa surgiu durante o curso de graduação, quando, durante o estágio de iniciação científica¹, estudamos a mercantilização dos cursos de direito

¹ A autora cursou a faculdade de Direito na Universidade Federal da Grande Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul no período compreendido entre o ano de 2007 e 2012. Durante a graduação, fez estágio de iniciação científica sob a orientação da Profa. Dra. Cristina Grobério Pazó, tendo estudado de maneira preliminar a mercantilização dos cursos de direito do Brasil e sua relação com a má qualidade de tais cursos. Foram escritos e apresentados quatro trabalhos acadêmicos: a) A produção do conhecimento sobre a mercantilização dos cursos de direito na

no Brasil. Na época, a preocupação era compreender porque a qualidade daqueles cursos se apresentava tão insatisfatória, visto que os índices de aprovação nos exames nacionais da Ordem dos Advogados do Brasil eram baixos. Assim, no mestrado optamos por estudar a mercantilização da ES brasileira, tendo em vista sua amplitude, diante da questão de investigar apenas os cursos de direito.

O tema da mercantilização da ES brasileira foi discutido pela comunidade acadêmica de maneira intensa no decorrer dos anos 1990 e nos anos iniciais da década de 2000. Ademais, com a reforma do Estado brasileiro empreendida por medidas do Governo Democrático do Partido dos Trabalhadores, e suas implicações na construção da política educacional, o tema da mercantilização da educação passou a ser discutido sobre uma nova óptica: a da financeirização. Tendo em vista essa mudança de perspectiva, nosso balanço da literatura acadêmica utilizou como termos fundamentais as palavras: “financeirização” e “Kroton”. Isto porque, não conseguimos encontrar trabalhos com o cruzamento dos descritores “financeirização”, “Kroton” e “educação superior”. Tais concepções serão analisadas na seção “3” deste trabalho, e no “apêndice A” apresentaremos 3 tabelas que indicam quais foram os artigos acadêmicos utilizados na pesquisa do tema e quais teses e dissertações foram elegidas.

Na seção “2” iremos apresentar o Grupo Kroton, e analisar alguns de seus documentos, cujos conteúdos podem nos auxiliar a demonstrar de que maneira essa empresa de educação privada, atua como um dos maiores grupos econômicos da América Latina, expressando como se dá o fenômeno da financeirização da produção e na comercialização da educação superior brasileira.

Nesse sentido, é importante destacarmos a essencialidade do papel que a política de educação superior ocupa no seu processo de financeirização, por meio do Grupo Kroton. Pensamos que, com a promulgação da LDB de 1996 que possibilitou que IES privadas passassem a ter “fins lucrativos” (SGUISSARD, 2014), aliada ao FIES, programa do Governo de FHC (2001) que regulamenta o financiamento

perspectiva da pesquisa em educação – VII semana de educação e VII seminário de pesquisa da UFGD – 2013; b) A educação superior no contexto da sociedade capitalista contemporânea e a mercantilização dos cursos de direito no Brasil: reflexos de uma política de governo neoliberal? – II Encontro de história da educação, fronteiras, movimentos sociais e instituições educativas na região Centro-Oeste – UFGD, 2013; c) Políticas de educação superior no Brasil e neoliberalismo na perspectiva do materialismo histórico dialético - II Encontro de história da educação, fronteiras, movimentos sociais e instituições educativas na região Centro-Oeste – UFGD, 2013; e d) A política de educação superior e o modo de produção capitalista: relações em debate – III Seminário Trabalho, educação e políticas públicas da UFRRJ – UFRRJ, 2015.

pelo fundo público para os estudantes do ensino superior, o PROUNI programa do Governo do PT de Lula da Silva (2005) que instituiu o pagamento de bolsas de estudo, pelo fundo público, às IES privadas, e o PNE (2014) que estabelece metas para que um determinado número de estudantes possuam acesso ao ensino superior num determinado período de tempo, o Estado brasileiro criou o cenário favorável à consolidação da financeirização da educação superior.

Desta forma, é necessário debatermos sobre os elementos que envolvem nossa pesquisa de mestrado: a política de ES brasileira no Estado capitalista tendo em vista o fenômeno da financeirização que a envolve, no caso do Grupo Kroton educacional.

1.1 A Política Educacional no Estado capitalista

Para respondermos à questão que orienta esta pesquisa, isto é, entendermos quais são as implicações, as decorrências da financeirização da ES no caso do Kroton para a formação da classe trabalhadora brasileira (dos jovens trabalhadores que buscam uma formação de nível superior para ingressar no mercado de trabalho), é necessário apreendermos as nuances que caracterizam nosso Estado capitalista contemporâneo, bem como, compreendermos a reforma pelo qual passou durante o Governo do Partido dos Trabalhadores, cujos reflexos se encontram presentes na política educacional. Foi empreendido um projeto de educação popular específico para a formação da classe trabalhadora com um objetivo final determinado: o alcance ao controle do Estado (SGUISSARD, 2014). Diante da necessidade desta compreensão, passeamos à análise acerca de como funciona o Estado capitalista na concepção clássica de Marx (2013) e Gramsci (1995).

A concepção de Estado em Gramsci tem gênese na formulação do conceito de classes de Marx. Segundo Marx (2013), o Estado moderno é constituído por duas classes sociais fundamentais: a burguesia e o proletariado. A dominação da burguesia sobre o proletariado é possível pela conquista e manutenção do equilíbrio entre as duas esferas fundamentais do Estado capitalista - a sociedade civil e a sociedade política. O equilíbrio entre tais esferas se realiza pela conquista da hegemonia e de sua manutenção. A hegemonia pressupõe persuasão e convencimento. É a junção da tática com a estratégia,

configurando o conjunto de práticas² que atuam na busca pela conquista do consenso para a obtenção de uma direção intelectual e moral de uma classe sobre a outra, que possibilita a manutenção e a perpetuação do sistema capitalista de produção. (GRAMSCI, 1995)

Nesse sentido, o Estado tem função de dominação e de direção. A direção é possível por meio do consentimento de uma classe e sua dominação por meio da coerção. Tais relações são de força e de luta, e ocorrem entre a sociedade política e a sociedade civil. A unidade entre essas duas esferas forma o Estado Integral (GRAMSCI, 1995). Na esfera da sociedade política (aparelho de Estado) estão localizados os elementos de coerção e de ditadura e na esfera da sociedade civil (organizações sociais multilaterais) estão localizados os aparelhos privados de hegemonia que atuam na produção e na obtenção do consenso. Tal concepção de Estado é fundamental para nossa investigação no sentido de que precisamos compreender qual o papel, a função, tanto do aparelho de Estado, quanto das organizações multilaterais da sociedade civil na produção da política educacional, e, por conseguinte, na obtenção do consenso por meio da formação da classe trabalhadora. É essencial para nós identificarmos as forças contraditórias localizadas em cada uma daquelas esferas para entendermos a natureza da política educacional que estabelece diretrizes na vida material capazes de educar a classe trabalhadora para a obtenção do seu consenso e assim alcançar a hegemonia da burguesia.

A unidade é determinada pelo desenvolvimento dialético das contradições entre o homem e a matéria (natureza – forças materiais de produção). Na economia, o centro unitário é o valor, ou seja, a relação entre o trabalhador e as forças industriais de produção (os que negam a teoria do valor caem no crasso materialismo vulgar, colocando as máquinas em si – como capital constante e técnico – como produtoras de valor, independente do homem que as manipula). Na filosofia, este centro é a práxis, isto é, a relação entre a vontade humana (supra-estrutura) e a infra-estrutura econômica. – Na política, é a relação entre o Estado e a sociedade civil, isto é, intervenção do Estado (vontade centralizada) para educar o educador, o ambiente social em geral. (GRAMSCI, 1995, p. 112)

² Mészáros (2005) nos ensina que a educação é uma das principais ferramentas de que o capital lança mão, por meio de seus aparelhos, seja no âmbito da sociedade civil ou da sociedade política, para a conformação do consenso e da consequente conquista de hegemonia pela burguesia. No mesmo sentido, Gramsci (1995) também nos indica que a educação é uma das formas essenciais capazes de forjar sujeitos coletivos e críticos, passíveis de se articular em nome da resistência e do questionamento à ordem de exploração que sustenta as bases do sistema capitalista de organização social.

A função de dominação que o Estado desempenha, na concepção de Gramsci é expressa por suas estratégias para a separação, a desorganização, a fragmentação da classe de governados (a classe trabalhadora).

[...] deve-se notar que em todos os países, ainda que em graus diversos, existe uma grande cisão entre as massas populares e os grupos intelectuais, inclusive os mais numerosos e mais próximos à periferia nacional, como os professores e os padres. E isso ocorre porque o Estado, ainda que os governantes digam o contrário, não tem uma concepção unitária, coerente e homogênea, razão pela qual os grupos intelectuais estão desagregados por vários estratos e no interior de um mesmo estrato. (GRAMSCI, 1995, p. 29)

No mesmo sentido, isto é, com respeito à concepção de Estado que nos auxilia a apreender as determinações impressas nas políticas educacionais que criam condições favoráveis para que a burguesia empreenda seu projeto de educação do capital – para a formação de uma classe trabalhadora submissa à exploração capitalista, apoiamo-nos na concepção de Mészáros (2005), quando nos ensina que o Estado no sistema do capital não pode ser produzido “em geral” em razão das determinações estruturais do capitalismo. Para o autor

[...] o processo de reprodução social geral, com a multiplicidade de suas ações produtivas materiais e de várias iniciativas de tomadas de decisão, deve coirir de alguma maneira, caso contrário, a sociedade em questão não poderia sobreviver. Assim, o funcionamento saudável da sociedade depende, por um lado, da natureza das ações produtivas materiais, de acordo com as condições históricas específicas que definem e moldam o seu caráter, e por outro lado, da modalidade do processo geral de tomada de decisão política que complementa o processo sociometabólico, tal qual ativado na multiplicidade das unidades produtivas materiais particulares, ajudando-as a coirir em um todo sustentável. (MÉSZÁROS, 2005, p. 93)

Assim, de acordo com o autor, “o Estado é parte integral das determinações estruturais do sistema do capital, e suas necessárias funções corretivas/solucionadoras só podem ser internas a ele” (MÉSZÁROS, 2005, p. 94). Portanto, tendo em vista que a busca pelo desvelamento da questão que orienta esta pesquisa – as implicações da ES financeirizada na formação da classe trabalhadora - é intrinsecamente relacionada ao nosso tipo de Estado, ou seja, a consciência de que não há possibilidade de uma política educacional empreender uma educação

que nos liberte das correntes do sistema de dominação capitalista, justamente porque é da essência do Estado e de suas políticas, a busca pela obtenção do consenso para a garantia da hegemonia burguesa, se faz fundamental para nós, avaliarmos como se deu o desenvolvimento do Estado brasileiro a partir dos anos finais do século passado.

Nas últimas décadas do século XX houve mudanças na maneira como o Estado se reorganizou para superar a crise do Estado de Bem-Estar social. Tal reorganização pressupôs sua (re)conceitualização, baseada nas ideias neoliberais essenciais à reestruturação do capitalismo. Segundo Hypólito (2008, p. 64), “houve uma reconfiguração do poder de estado e uma reconstrução das fronteiras entre as esferas pública e privada”. Tais mudanças construíram as bases para o Estado Gerencial, diminuindo sua função de principal provedor dos direitos sociais e transferindo-a para o setor privado. De acordo com Hypólito (2008),

De fato, o que tem ocorrido é uma reconfiguração do ‘público’ e do ‘privado’. Clarke e Newman distinguem três formas de mudanças na relação entre ‘público’ e ‘privado’: privatização como venda direta das posses públicas para os setores privados/ comerciais (serviços, tais como gás, água, luz, etc.); processos de enfraquecimento das fronteiras entre público e privado (parceria público-privado, serviço de saúde privado, etc.); troca de responsabilidades do público para o privado compreendido como domínio familiar – visível em áreas sociais, área da saúde, em que as famílias e comunidades são chamadas a assumir esses serviços. (HYPÓLITO, 2008, p. 68)

Para Hypólito (2008, p. 68), “o enxugamento do estado e a expansão do seu alcance na sociedade civil (através do engajamento dos seus agentes não-estatais)”, caracterizaram uma das estratégias de reconstrução do Estado e sua reconfiguração em Estado Gerencial.

No contexto de tentativa de superação do Estado de Bem-Estar social, na década de 1990 foi sendo difundida a ideia de que seu papel deveria ser repensado, assim como suas políticas precisavam ser reformuladas para possibilitarem a constituição de um “Estado Inteligente” (MOTTA, 2012, p. 232). Segundo Motta, tal concepção de Estado foi adotada pelo Banco Mundial e difundida como a de um Estado Ativo

[...] que significa eficiente e competente, vai atuar como um agente complementar das atividades e necessidades dos mercados, isto é, ajudando os mercados a funcionarem de forma eficiente, cobrindo os hiatos deixados por eles e tratando os fatores externos. (MOTTA, 2012, p. 232)

A autora complementa

A tarefa do Estado não deve ser mais a de promover diretamente o desenvolvimento. Essa tarefa agora cabe ao mercado. Ao Estado cabe ser o facilitador do desenvolvimento em parceria com o mercado, administrando os riscos e a pobreza. (MOTTA, 2012, p. 232)

Segundo Motta (2012), o Banco mundial (BIRD, 2004, p. 5) socializou essa nova forma de funcionar do Estado, impulsionando a transferência da obrigação pública de prover os direitos sociais para o setor privado.

Estado e mercado são realmente complementares. A iniciativa privada operando por meio do mercado é o principal motor do crescimento econômico sustentado. Mas manter esse motor funcionando e garantir que ele impulse a redução da pobreza exige um Estado ativo em duas áreas-chave. Primeiramente, o governo precisa garantir que o clima de investimento seja propício ao crescimento [...]. Segundo, o governo precisa investir nas pessoas e empoderá-las, especialmente as de baixa renda. (MOTTA, 2012, p. 232).

Nesse sentido, devemos retomar a concepção de Estado de Gramsci, pois trata-se da principal concepção de mundo que fundamenta nosso entendimento a respeito de como devemos investigar a base material da política educacional brasileira. De acordo com o autor, podemos compreender como funciona tal política no Estado capitalista, ou seja, como se relacionam a economia, o trabalho e a política, e como se expressam tais relações, pois estas são a base material da política educacional. Assim, com base na concepção de Gramsci, entenderemos as razões dos interesses que compõe a política, para construir e oferecer a educação do capital e formar a classe trabalhadora que lhe for necessária, servindo-lhe melhor.

Tratar da política educacional brasileira no Estado capitalista pressupõe possuir consciência de sua história. Como bem elaborou Gramsci, não se trata de tentar analisar, isto é, compreendê-la na perspectiva apenas de seu progresso, seu desenvolvimento. Trata-se de analisá-la com base nos contextos que a envolvem, quais sejam, as relações de força travadas entre a sociedade política e a sociedade civil que sustentam a sociedade capitalista. Tais relações de força são expressas nas relações sociais que se transformaram e se modificaram

continuamente em razão de sua natureza dialética. (GRAMSCI, 1995, p. 43)

No caso do Brasil, as políticas educacionais formuladas na década de 1990, no contexto dos governos neoliberais, expressaram o modelo gerencial consolidado pela reorganização do Estado capitalista no mundo. O gerencialismo impactou na produção da educação tendo em vista a implantação de determinadas medidas na sua gestão e consequentemente na sua produção. O discurso da ineficácia das escolas públicas atestada por índices de repetência e imputadas especialmente à má formação de professores, justificou o empreendimento, por meio das políticas educacionais, de novas estratégias de produção da educação, “tanto no campo da organização e administração da escola quanto no campo pedagógico” (HYPÓLITO, 2008, p. 70). Segundo o autor,

[...] se revela uma enorme simplificação dos problemas educacionais, agora reduzidos a problemas de gestão e gerenciamento escolar que, somados à incompetência ou má formação dos professores, acabam constituindo as causas da baixa qualidade da educação. (HYPÓLITO, 2008, p. 73)

Nesse sentido, em nossa pesquisa, pensamos na política educacional contemporânea, institucionalizada, expressa nas medidas do Estado em conjunto com as ações tomadas na sociedade civil, não apenas de acordo com o período que se escolheu estudá-la – 2007/2015 –, pois não se deve interpretá-la nela mesma, mas pelo conjunto das relações sociais que a materializaram, isto é, em sua conjuntura. (FRIGOTTO, 2010)

Por isso é fundamental conhecer as forças progressistas que elegeram o governo do Partido dos Trabalhadores, em meados dos anos 2000, e entender o motivo pelo qual tais forças não possuíam no seu âmbito a tarefa de alterar a natureza do projeto societário brasileiro, como o tinham na sua origem, localizada na década de 1980. Em razão dessa continuidade do projeto neoliberal estabelecido pelos Governos brasileiros durante os anos 1990, todos os setores da sociedade sofreram reformas meramente superficiais, implementadas por políticas públicas focais, isto é, destinadas ao atendimento de determinados grupos sociais, que estabeleceram uma perpetuação das práticas que vinham sendo operadas pelo governo anterior. (FRIGOTTO, 2010)

A continuidade do projeto neoliberal do governo do Partido Social Democrata Brasileiro – anos 1990, pela administração operada pelo Partido dos Trabalhadores – anos 2000, impossibilitou

o desenvolvimento das condições necessárias para que grande massa de trabalhadores viesse a se constituir, ela mesma, em sujeito político, condição indispensável, como nos ensina Gramsci, para mudar um determinado panorama ideológico, construir bases para relações sociais de novo tipo e de caráter socialista. (FRIGOTTO, 2010, p. 238)

Estabeleceram-se assim, as condições para que se instalasse um

processo de modernização e de capitalismo dependente em que a classe dominante brasileira, minoria prepotente, se associa ao grande capital abrindo-lhe espaço para sua expansão, o que resulta na combinação de uma altíssima concentração de capital para poucos, com a manutenção de grandes massas na miséria, o alívio da pobreza ou um precário acesso ao consumo, sem a justa partilha da riqueza socialmente produzida. (FRIGOTTO, 2010, p. 238)

Tal panorama se expressa na produção das políticas públicas para a educação, construídas de acordo com as vontades não de caráter coletivo, unitário e orgânico representativo de uma “vontade coletiva popular nacional”, como Gramsci (1995) ensina, mas de acordo com os interesses dos aparelhos privados de hegemonia, que operam no âmbito da sociedade civil, supostamente em nome de um “coletivo”, mas que de fato só atende aos interesses da burguesia, ao buscarem perpetuamente a obtenção do consenso da classe trabalhadora que sustenta a exploração capitalista, por meio da educação. Assim, a burguesia constrói de maneira contínua sua hegemonia de classe, por meio da educação superior privada.

As organizações que representam a indústria, os bancos, os sindicatos, e demais aparelhos privados introduzem nas políticas educacionais, isto é, no conjunto de práticas propostas pelo Estado, entendido como sociedade política, medidas que não possuem a tarefa de promover a educação política do sujeito que poderia levá-lo ao alcance da sua emancipação (MÉSZÁROS, 2005), da compreensão de si mesmo, do despertar para uma crítica do contexto estabelecido e, por conseguinte, à associação para a sistematização de uma vontade coletiva (GRAMSCI, 1995), capaz de romper com a relação de dominação.

Ao contrário, as ações propostas pelas políticas educacionais, na medida em que constituem reformas pontuais direcionadas a uma parcela mínima de governados – a classe trabalhadora, funcionam como estratégia de obtenção e manutenção do consenso, para a garantia da hegemonia da classe governante – a burguesia. Tais políticas propõem um modelo de educação minimalista, porque restringem a formação de

uma classe trabalhadora condenada a desempenhar funções na base material do trabalho, sem questionar o grau de expropriação que sofrem, e a desigualdade de distribuição das riquezas provenientes do trabalho, contribuindo fundamentalmente para a perpetuação do sistema do capital. (MÉSZÁROS, 2005)

Nesse sentido, a compreensão do Estado capitalista, bem como da maneira como opera por meio das políticas educacionais para transformar a escola, que é um espaço de construção da cultura e, portanto, de possibilidade de formação de uma vontade coletiva popular nacional (GRAMSCI, 1995) em espaços de construção de hegemonia da classe burguesa, é essencial para nossa pesquisa porque nos auxilia a identificar as razões dos interesses que compõe a política educacional. Através de práticas pedagógicas, isto é, pela “pedagogia da hegemonia” (NEVES, 2005) que internaliza nos sujeitos a educação do capital, consistente na ideologia burguesa que faz a de dominação de classe parecer benéfica, as políticas educacionais garantem a perpetuação das expropriações que sustentam o sistema capitalista de produção.

A educação no Estado capitalista, então, passa a ser uma estratégia, um instrumento de dominação de classe que opera pela obtenção do consentimento ativo da ampla classe trabalhadora, ao projeto da classe dominante. (NEVES, 2005)

No mesmo sentido, Segundo Evangelista (2014, p. 13), “a educação em seu sentido geral, não apenas escolar, possui compromissos inexoráveis com o sistema capitalista [...] a tarefa da escola tem sido a de legitimá-lo, difundi-lo e consolidá-lo”. Porém,

Se é necessária a crueza da razão para enfrentar tal internalização, não podemos nos acomodar à leitura fatalista e mecânica da história; antes, impõe-se ver na educação a esperançosa condição de produção da contra-internalização. As contradições de classe nas quais vivemos e com as quais sofremos são educadoras. É possível, pela explicitação dessas contradições, a criação de uma contraconsciência ou de uma “educação para além do capital”. Há, pois, para além do capital, outro educador em cena – o trabalho – a travar o combate necessário à emancipação do ser humano. (EVANGELISTA, 2014, p. 13)

Desta maneira, no contexto da tentativa de desvelamento e compreensão do nosso tema de pesquisa em sentido amplo – a política de educação superior brasileira -, pensamos que é no âmbito da política educacional que o capital negocia o trabalho, porque, através de seus

aparelhos privados de hegemonia, a burguesia estabelece as diretrizes, os planos, as ações e grande parte da natureza material da educação superior para formar a classe trabalhadora, garantindo o cenário favorável à burguesia pelo estabelecimento do mais alto grau de exploração do proletariado, e da conseqüente obtenção da maior parte da riqueza proveniente das relações materiais de existência pela burguesia.

A educação do capital é a educação que não forma sujeitos críticos, coletivos (GRAMSCI, 2005), emancipados (MÉSZÁROS, 2015), capazes de questionar e de inverter a dominação perpétua do sistema capitalista de produção. Tal educação vai além: ela impede que os sujeitos, na maioria pertencente à classe trabalhadora alcancem um alto grau de consciência crítica. Para nós, a educação do capital serve para acorrentar os sujeitos ao sistema capitalista de produção.

Os aparelhos privados de hegemonia ao direcionarem os rumos da política de educação superior, priorizam os interesses da classe detentora dos meios de produção – a burguesia, principalmente por meio da instituição da educação técnica, mera instrução, a fim de garantir a formação de um exército de trabalhadores apaziguados, exatamente no perfil que o capital necessita para manter o mais alto grau de expropriação.

Assim, as políticas educacionais dentre elas a política de educação superior, expressam minimamente uma parcela das reivindicações da classe trabalhadora, apenas para elidir o interesse maior que é de manutenção da hegemonia e do poder da classe dominante. Operam de maneira focal no atendimento das necessidades mínimas de grupos específicos, com o intuito de garantir a fragmentação da classe dominada e impedir sua organização para a revolução – a quebra das correntes do capitalismo. (MÉSZÁROS, 2005)

Nossa pesquisa tem como premissa o fato de que a política de ES brasileira necessita ser situada no âmbito de um Estado capitalista erigido com base nas relações materiais de produção localizadas no trabalho e das estratégias burguesas de dominação impostas no trabalho. A partir de tal compreensão, podemos procurar identificar as expressões das correlações de força de interesses conflitantes, no “campo estratégico atravessado pelas lutas e resistências operárias e populares” (SGUISSARD, 2014, p. 15). Devemos ter em vista quais as ações tomadas pelo Governo do PT, de Lula da Silva nos anos de 2002 a 2010, e de Dilma Roussef nos anos de 2011 a meados de 2016, para empreender a política de educação superior visando sua expansão e sua democratização ao passo em que precisamos compreender também, se tal política produziu de fato a democratização da ES ou uma

“massificação elitista e de alta qualificação para alguns e, excludente ou de baixa qualificação, para muitos” (SGUISSARD, 2014, p. 165).

De acordo com Sguissard (2014, p. 165), mais de 80% das Instituições de Ensino Superior são privadas particulares “com fins de lucro – as maiores dentre elas tendo capital aberto e sendo participantes do mercado de capitais (financeiro) – e detêm cerca de 2/3 do total de matrículas do “sistema” (de graduação)”. O estudo do autor nos mostra que a política de educação superior empreendida no período de 2002 a 2012 provocou a multiplicação de IES privadas – empresas educacionais cujo foco é o comércio da educação, como é o caso do Grupo Kroton – grupo econômico especializado na acumulação pela via da finança. (ALMEIDA FILHO; PAULANI, 2011)

Assim, é pertinente iniciarmos algumas aproximações com o debate acerca da financeirização.

1.2 O fenômeno da financeirização

Para pensarmos numa concepção de financeirização que nos ajude a entender o fenômeno que determina a produção da Educação no Estado capitalista contemporâneo, apoiamo-nos nos conceitos de Marx (2008) de “capital financeiro” e de “capital portador de juros”. Segundo o autor,

O dinheiro efetua movimentos puramente técnicos no processo de circulação do capital industrial e, conforme podemos acrescentar agora, do capital comercial (pois neste se incumbe de parte da circulação do capital industrial, parte que se torna operação própria e peculiar do capital comercial). Esses movimentos – ao se tornarem função autônoma de um capital particular que os executa, como operações peculiares, e nada mais faz além disso – transforma esse capital em capital financeiro. (MARX, 2008, p. 421)

Isto é, no processo de produção (industrial) e de circulação (mercantil) de mercadorias, o capital financeiro assume uma função própria, autônoma e exclusiva que inclui não funcionar apenas e somente como capital industrial empregável no processo de produção direto das mercadorias. O capital financeiro se destaca e se torna autônomo na forma de dinheiro, se afastando da totalidade do capital empregado no processo produtivo direto, executando a função “capitalista de efetuar com exclusividade essas operações para toda a classe dos capitalistas industriais e comerciais” (MARX, 2008, p. 421).

O capital financeiro é exclusivamente para a circulação de capitais, ou seja, nunca é empregado em grande escala na produção material de mercadorias. Isso significa que o capital financeiro é oriundo, ele surge da produção de mercadorias (do trabalho), porém, não retorna em grande medida para ela, pois não lhe é empregado e escala elevada, mas sim utilizado prioritariamente em outras funções do processo, aquelas relacionadas à comercialização da mercadoria dinheiro.

Segundo Marx,

Dinheiro – considerado aqui expressão autônoma de certa soma de valor, exista ela em dinheiro ou em mercadorias – pode na produção capitalista transformar-se em capital, quando esse valor determinado se transforma em valor que cresce, que se expande. É dinheiro produzindo lucro, isto é, capacitando o capitalista a extrair dos trabalhadores determinada quantidade de trabalho não-pago – produto excedente e mais-valia – e dela apropriar-se. Por isso, além de valor-de-uso que possui como dinheiro, passa a ter outro valor-de-uso, isto é, o de funcionar como capital. (MARX, 2008, p. 453)

Ou seja, o valor de uso do dinheiro consiste no lucro que esse dinheiro produz e “nessa qualidade de capital potencial, de meio de produzir lucro, torna-se mercadoria, mas mercadoria de gênero peculiar” (MARX, 2008, p. 454).

Assim, o capital portador de juros é

[...] marcado por seu caráter específico. O dono do dinheiro, para valorizar seu dinheiro como capital, cede-o à terceiro, lança-o na circulação, faz dele a mercadoria capital; capital não só para si, mas também para os outros; é capital para quem o cede e a *priori* para o cessionário, é valor que possui o valor-de-uso de obter mais-valia, lucro; valor que se conserva no processo e volta, concluído seu papel, para quem o desembolsou primeiro, no caso, o proprietário do dinheiro. O dinheiro, portanto, se afasta do dono por algum tempo, passando de suas mãos para as do capitalista ativo; não é dado em pagamento nem vendido, mas apenas emprestado; só cedido sob a condição de voltar, após determinado prazo, ao ponto de partida, e ainda de retornar, como capital realizado, positivando seu valor-de-uso de produzir mais-valia. (MARX, 2008, p. 459)

Num sentido próximo à concepção de Marx (2008) acerca do capital financeiro ou capital portador de juros, Lenin (2012) ao formular sua teoria sobre o “capital financeiro” se apoiou no pensamento de Hilferding (1912). Segundo o autor,

Uma parte cada vez maior do capital industrial [...] não pertence aos industriais que o utilizam. Podem dispor do capital unicamente por intermédio do banco, que representa, para eles, os proprietários desse capital. Por outro lado, o banco também se vê obrigado a fixar na indústria uma parte cada vez maior do seu capital. Graças a isto, converte-se em proporções crescentes, em capitalista industrial. Este capital bancário – por conseguinte, capital sob a forma de dinheiro –, que por esse processo se transforma de fato em capital industrial, é aquilo a que chamo capital financeiro. Capital financeiro é o capital que os bancos dispõem e que os industriais utilizam. (LENIN, 2012, p. 75)

Lenin adverte que a definição de Hilferding é incompleta porque não inclui um elemento que considera fundamental: “o aumento da concentração da produção e do capital em grau tão elevado que conduz, e já tem conduzido, ao monopólio” (LENIN, 2012, p. 75). Para o autor, o conteúdo da concepção de “capital financeiro” é expresso na “concentração da produção”, nos “monopólios resultantes dela” e “na fusão ou junção dos bancos com a indústria” (LENIN, 2012, p. 75).

Segundo o autor,

É próprio do capitalismo, em geral, separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção; separar o capital-dinheiro do industrial ou produtivo; separar o *rentista*, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital-dinheiro, do industrial e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do rentista e da oligarquia financeira; implica uma situação privilegiada de uns poucos Estados financeiramente “poderosos” em relação a todos os restantes. (LENIN, 2012, p. 89)

Ou seja, o capital financeiro que é portador de juros depende das condições em que se realiza o processo de produção e de circulação de mercadorias, da sociedade que o protagoniza e da forma de Estado que o possibilita, que o favorece. Nesse sentido, tanto a concepção de Marx (2008) sobre o capital financeiro (portador de juros), quanto a teoria de Lenin (2012) sobre o capital imperialista, consistem em lentes teóricas fundamentais para o desvelamento do nosso problema de pesquisa porque é sob esta óptica que estamos concebendo o processo de produção e de comercialização da mercadoria educação no caso do Grupo Kroton.

Na mesma perspectiva teórica, Chesnais (2005, p. 35), nos ensina que “o mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica do capitalismo, na qual o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais”. Isto é, a produção do lucro, do capital financeiro depende e por isso determina as relações sociais e a sua base material: o trabalho. Pois, o grau de lucro mais elevado sempre dependerá do mais alto grau de expropriação do trabalho, já que é dele que provém a extração da riqueza que se transformará no capital portador de juros (financeiro ou excedente).

Para o autor,

O capital portador de juros (também designado “capital financeiro” ou simplesmente “finança”) não foi levado ao lugar que hoje ocupa por um movimento próprio. Antes que ele desempenhasse um papel econômico e social de primeiro plano, foi necessário que os Estados mais poderosos decidissem liberar o movimento de seus capitais e desregularizar e desbloquear seus sistemas financeiros. Foi igualmente preciso que recorressem a políticas que favorecessem e facilitassem a centralização dos fundos líquidos não reinvestidos das empresas e das poupanças das famílias. Nos termos dessas transformações, instituições especializadas (antes pouco visíveis) tornaram-se, pela intervenção dos mercados bursáteis, as proprietárias dos grupos: proprietários-acionistas de um tipo particular que tem estratégias inteiramente submetidas à maximização de uma nova grandeza, o “valor acionário”. (CHESNAIS, 2005, p. 37)

Chesnais localiza as funções dos Estados na realização do fenômeno da financeirização. Segundo ele há

[...] três elementos constitutivos na implementação da mundialização financeira: a desregulamentação ou liberalização monetária e financeira, a descompartimentalização dos mercados financeiros nacionais e a desintermediação, a saber, a abertura das operações de empréstimos, antes reservadas aos bancos, a todo tipo de investidor institucional. (CHESNAIS, 2005, p. 46)

O autor complementa:

Há uma interação ou um encadeamento profundo entre os três processos. A mundialização financeira remete tanto à “descompartimentalização” interna entre diferentes funções financeiras e diferentes tipos de mercados (de câmbio, de crédito, de ações e obrigações) quanto à interpenetração externa dos mercados monetários e financeiros nacionais e

sua integração nos mercados mundializados. A descompartimentalização externa se apoia sucessivamente na liberalização dos mercados de câmbio, na abertura do mercado de títulos públicos aos operadores estrangeiros e na abertura da Bolsa às empresas estrangeiras. (CHESNAIS, 2005, p. 46)

Segundo Chesnais (2005, p. 48), no processo de financeização há “um regime específico de propriedade do capital”:

Esta é dominada pela figura do proprietário-acionista e, mais precisamente ainda, pelo acionista institucional possuidor de títulos de empresas. A posição ocupada pela propriedade bursátil do capital coloca nas mãos do proprietário-acionista (que detêm ao mesmo tempo os serviços da dívida pública, que fazem dos governantes seus “devedores”) os meios de influir na repartição em duas dimensões essenciais: a da distribuição da riqueza produzida entre salários, lucros e renda financeira, e a da repartição entre a parte atribuída ao investimento e a parte distribuída como dividendos e juros – essa parte é consumida ou destinada ao moderno “entesouramento”, em que os capitais são cativos da finança e redirecionados continuamente para aplicações em títulos. (CHESNAIS, 2005, p. 18)

Portanto, “estamos diante de uma lógica econômica em que o dinheiro entesourado adquire, em virtude de mecanismos do mercado secundário de títulos³ e da liquidez, a propriedade miraculosa de gerar filhotes” (CHESNAIS, 2005, p. 50).

³ Uma das principais funções do mercado de capitais é possibilitar que as companhias ou outros emissores de valores mobiliários, com o intuito de viabilizar projetos de investimento, captem recursos diretamente do público investidor em condições mais vantajosas do que as oferecidas pelos empréstimos e financiamentos bancários. Quando as companhias decidem levantar recursos dessa forma, elas realizam uma nova emissão de valores mobiliários no mercado. O mercado primário é aquele em os valores mobiliários de uma nova emissão da companhia são negociados diretamente entre a companhia e os investidores – subscritores da emissão -, e os recursos são destinados para os projetos de investimento da empresa ou para o caixa. Entretanto, alguns desses valores mobiliários, como as ações, representam frações patrimoniais da companhia e, dessa forma, não são resgatáveis em data pré-definida. Da mesma forma, outros podem ter prazos de vencimento muito longo. Essas características, entre outras, poderiam afastar muitos dos investidores do mercado de capitais, caso eles não tivessem como negociar com terceiros os valores mobiliários subscritos, dificultando o processo de emissão das companhias. O mercado secundário cumpre essa função. É o local onde os investidores negociam e transferem entre si os valores mobiliários emitidos pelas companhias. Nesse mercado ocorre apenas a transferência de propriedade e de recursos entre investidores. A companhia não tem participação. Portanto, o mercado secundário oferece liquidez aos títulos emitidos no mercado primário. (BRASIL, Portal do Investidor, 2018)

encontrado no endereço eletrônico

Assim, a concepção a respeito do capital portador de Chesnais (2005) também se torna fundamental para nossa pesquisa, configurando uma de nossas principais lentes teóricas, porque nos auxilia a compreender de que maneira o Estado brasileiro, quando, por meio de leis, programas e políticas para a educação⁴, transfere grande parcela da obrigação pela garantia do direito social à educação à população, para o setor privado-mercantil comercializar, transformando-o em serviço, passando a atuar intensamente como favorecedor do processo de financeirização na produção da educação superior brasileira, imprimindo nela um caráter prioritariamente mercadológico, sem qualquer compromisso com a emancipação ou formação da classe trabalhadora, mas sim, confirmando sua incumbência, sua verdadeira missão inexorável com o sistema do capital. (EVANGELISTA, 2014)

Ainda no caminho teórico para tentar formular uma concepção acerca de como o processo de financeirização ocorre e impregna a produção e o comércio da mercadoria educação superior no caso do Grupo Kroton, apoiamo-nos na concepção de Fontes (2010), tendo em vista duas questões fundamentais, trazidas pela autora: a) a concentração de recursos sociais de produção, entendidos como os meios diretos de produção de mercadorias e b) a recriação permanente de expropriações sociais, concebidas como as explorações necessárias à produção da vida material.

Para a autora,

[...] a atividade do capital (ou a extração de mais-valor) [...] supõe a existência abstrata, de um lado, de trabalhadores e, de outro, de recursos sociais concentrados. No entanto, muitas vezes se deixa de lado o fato de que a existência de trabalhadores livres constitui a base social primordial para que seja possível instaurar-se a relação social que imbrica capital e trabalho. (FONTES, 2010, p. 21)

Fontes (2010) concebe o processo de produção de mercadorias que estamos entendendo como fenômeno da financeirização, como a expansão das relações sociais capitalistas, tendo em vista que “o relativo isolamento dos grandes proprietários de capital monetário (portador de juros) diante do capital funcionante (extrator de mais-valor) não significa a redução deste último, mas sua maior expansão” (FONTES, 2010, p. 22). Na busca da compreensão do processo de produção

http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/funcionamento_mercado/mercado_primario.html acesso em 25 de janeiro de 2018.

⁴ LDB de 1996, FIES de 2001, ProUni de 2005 e PNE de 2014.

envolvido pela financeirização, a autora destaca a diferença entre a propriedade dos recursos sociais de produção, da propriedade dos meios diretos de produção, de modo que aquela está relacionada ao capital financeiro (fictício e portador de juros) enquanto esta se relaciona com as matérias primas, os recursos humanos (trabalhadores), entre outros diversos meios de produção direta das mercadorias.

A autora ressalta que o processo de concentração de capitais “tende a adquirir uma nova forma, sob a qual a propriedade da capacidade potencial da produção se torna central no capitalismo monopolista” (FONTES, 2010, p. 23).

Apoiada em Marx, Fontes relembra uma interrogação feita por ele ao formular seu pensamento sobre o que seria o capital portador de juros. Segunda a autora, Marx se preocupou em pensar: “que implicações decorrem do momento histórico a partir do qual o capital se converte, ele próprio, numa mercadoria?” (FONTES, 2010, p. 23). Tal preocupação constitui elemento basilar para o nosso problema de pesquisa, qual seja: quais as implicações decorrentes da financeirização pela qual passa a educação comercializada pelo Kroton, que é internalizada pelos jovens da classe trabalhadora que buscam formação de baixo custo, para alcançarem sua inserção no mercado de trabalho?

Nosso problema de pesquisa é justamente a preocupação sobre quais as consequências de uma educação produzida em larga escala, com os mínimos recursos (já que as riquezas decorrentes do comércio apenas dela não retornam em grande medida para investimentos na formação dos professores, na confecção e na elaboração de materiais didáticos, entre outros elementos que compõe a prática educacional, pois tal lucro é direcionado para assumir outra função: aquela função técnica, de capital portador de juros, que é inserido na bolsa de valores em forma de ações) de acordo com as necessidades do Grupo Kroton.

Nesse sentido, a concepção de Fontes nos é fundamental porque segundo a autora,

[...] toda riqueza social provém do trabalho. Os juros, ou a remuneração do capital que se converte em mercadoria, correspondem a uma parcela do mais-valor extraído por outros capitalistas, cuja atividade destina-se a extrair sobretrabalho. Os juros são uma parte do lucro produzido. (FONTES, 2010, p. 23).

Fontes complementa:

O papel das instituições concentradoras dessas enormes massas monetárias se altera – quer sejam elas bancos ou outras instituições – para assegurar sob diversas modalidades o processo de venda de capital, venda que impõe a condição de que seus compradores o convertam em capital ativo, isto é, que os mutuários atuem socialmente como extratores de mais-valor. (FONTES, 2010, p. 24)

Para a autora, “o capital monetário converte seus mutuários em agentes funcionantes para a extração de mais-valor” (FONTES, 2010, p. 24). A extração de mais-valor a qual Fontes se refere, da qual provém todo o lucro excedente que se transforma em capital financeiro e segue para a bolsa de valores para ser comercializado em forma de ações, na nossa pesquisa é a produção direta da educação, isto é, sua atividade prática e material, consistente (no caso do Grupo Kroton) nos elementos relacionados no artigo 2º de seu Estatuto Social, que será analisado a seguir na seção “3” deste trabalho.

Segundo Fontes,

Na perspectiva do capital portador de juros, como detentor de recursos sociais de produção sob a forma monetária, todo o processo subsequente não lhe interessa e, portanto, a atividade específica da extração de sobretabalho não lhe diz respeito. Seu problema é assegurar a venda de capital monetário, tendo como contrapartida sua reprodução ampliada. (FONTES, 2010, p. 24)

Assim, se nós pensarmos na educação comercializada pelo Kroton para atender às necessidades desse Grupo Econômico especializado na acumulação pela via da finança poderemos compreender as razões que concorrem para sua má qualidade. É que o fim dessa educação financeirizada não é a formação humana. Trata-se de estratégia para a manutenção do sistema capitalista de produção, tanto em razão de seu caráter minimalista, que constrói indivíduos propícios à máxima exploração, quanto de seu caráter apaziguador, que pretende transformar sujeitos em exército de reserva e impedir que ultrapassem as barreiras da crítica capaz de formular uma concepção de mundo emancipadora.

Segundo Fontes, “a lógica absolutamente irracional da reprodução do capital tende a apresentar o capital monetário como a principal mercadoria do capitalismo” (2010, p. 35). Para ela, a produção do capital portador de juros

Expande as relações sociais que permitem a extração de mais-valor ao passo que se desloca ficticiamente das

condições reais da própria vida social. [...] expressa a existência de enormes massas de capital especulativo ou fraudulento [...] e exerce a mais exacerbada pressão sobre o trabalho, embora aparentemente totalmente apartado dele (ou seja, ficticiamente distanciado do trabalho). (FONTES, 2010, p. 35)

Para a autora,

O aparente deslocamento entre os dois momentos do capital – funcionante e monetário – expressa sua mais estreita e íntima imbricação. A aparente dissociação existente entre eles é, de fato, uma interpenetração crescente e resultante da concentração da propriedade de recursos sociais de produção e exige expandir formas brutais de extração de mais-valor. (FONTES, 2010, p. 35)

Desta maneira, a concepção de Fontes (2010) acerca do processo de produção qualificado pelo *modus operandi* da financeirização, se torna essencial em nossa busca pela compreensão do modo como ocorre a produção direta e a comercialização da educação superior no caso do Kroton, porque por meio de tal análise, poderemos enxergar as consequências do alto grau de expropriações sociais que se fazem necessárias para a confecção dessa educação (mercadoria) capaz de gerar o grau máximo de lucro passível de se tornar ele próprio (o capital fictício) a mercadoria, como é o caso das ações do Kroton na bolsa de valores.

1.3 O caminho da pesquisa

Visando entender o debate acadêmico sobre o fenômeno da financeirização, seus impactos na Educação Superior e sobre o Grupo Kroton, coletamos Teses, Dissertações e Artigos⁵, para serem estudados. Em razão da emergência recente do tema houve necessidade de estudarmos o conceito, o sentido que os autores estão atribuindo à financeirização de maneira ampla, ou seja, não só no âmbito da educação, mas no aspecto mais geral. Também estudamos como os intelectuais estão tratando da financeirização especificamente na Educação Superior e como estudam o Grupo Kroton. Percebemos que todos investigam tais elementos com o mesmo intuito, qual seja: descobrir as implicações do fenômeno na sociedade, porém percorrem caminhos diferentes na sua análise. Alguns entendem a financeirização

⁵ Ver apêndice “A”.

como um processo do âmbito do Estado, outros entendem-na como um fenômeno da economia e há aqueles que acreditam que se trata de uma fase avançada do capitalismo.

Para a aproximação com o tema desta pesquisa, também estudamos documentos que foram coletados da página virtual do Grupo Kroton com o intuito de conhecermos como e para quem oferece seus serviços educacionais. O Kroton foi escolhido como evidência empírica porque é uma das maiores empresas que comercializa a mercadoria educação no Brasil. Desde seu surgimento na década de 1960 o Grupo se especializou na produção e na venda da Educação Básica e da Educação Superior apoiado nas medidas do Estado que possibilitaram sua emergência. O objetivo preliminar da coleta de alguns documentos do Kroton foi entender como o Grupo produz, oferece e propaga seus serviços educacionais. Para tanto, foram coletadas as “Apresentações Institucionais” dos anos de 2007 e de 2016, o “Formulário de Referência de 2016”, o “Estatuto Social” do Grupo, o “Fato Relevante 2016” relativo à combinação de negócios com a empresa Estácio de Sá, e o “Fato Relevante 2014” referente ao parecer do CADE sobre a associação entre o Kroton e a empresa Anhanguera. Além de tais documentos, também foram coletadas informações da página virtual do Kroton nas abas: “Histórico”, “Mercados de atuação” e “Responsabilidade Social”. Em tais documentos é possível perceber que o Grupo Kroton produz a mercadoria educação desde a confecção de materiais didáticos como apostilas e *softwares*, até o treinamento de professores e gestão de escolas e Instituições de Ensino Superior.

1.4 A organização do texto

Esta pesquisa está dividida em dois capítulos. O primeiro, apresentado na seção “2” deste trabalho”, é uma apresentação do estado da arte sobre o tema da financeirização de maneira ampla e genérica, sobre seus impactos na Educação Superior e sobre o Grupo Kroton. Trata-se do debate acadêmico sobre tais assuntos e dos limites e contribuições que oferecem para a nossa pesquisa. De maneira preliminar observamos que de maneira geral a financeirização é reduzida às ações do Estado, aos resultados das políticas de Estado e aos fenômenos da economia. No âmbito da Educação Superior, a financeirização é limitada a novos tipos de privatização e de mercantilização da Educação, como se de tais processos decorresse. O Grupo Kroton vem sendo estudado como um dos elementos que caracteriza a financeirização, tendo sido indicado como uma de suas

mais fortes expressões em razão das práticas mercadológicas que imprime na produção de suas mercadorias.

O segundo capítulo, apresentado na seção “3” deste trabalho, é uma apresentação do Grupo Kroton com base no conteúdo dos seus documentos. Tal capítulo está dividido em cinco partes, a saber: a primeira apresenta um breve histórico do Grupo tendo em vista sua ascensão desde os anos 1960 até o ano de 2016. Nesta parte damos ênfase à expansão do Kroton na comercialização da Educação Básica intensificada nos anos 1990 e na produção e oferta da Educação Superior nos anos finais dos anos 2000; a segunda trata dos mercados de atuação do Kroton, mostrando como propagandeia seus serviços educacionais na Educação Básica e na Educação Superior, destacando a predominância de suas Instituições de Ensino no Brasil; a terceira descreve as “Apresentações Institucionais” dos anos de 2007 e de 2016, apontando como funciona a captação de alunos como clientes e de empresas como investidores; a quarta, apresenta informações que ajudam a caracterizar o processo de produção de mais valor do Kroton, com base na descrição de algumas de suas atividades comerciais, enfatizando as expropriações na produção da Educação Superior e a produção de mais valor a partir do próprio valor no Grupo; a quinta parte do segundo capítulo, apresenta como o Grupo Kroton fornece nos seus documentos informações sobre as medidas do Estado no favorecimento da sua atividade comercial, atestando a garantia do sucesso da companhia e a fecundidade da Educação como nicho de mercado, como decorrência de tal favorecimento.

A presente dissertação também está constituída desta “introdução”, que apresenta brevemente os conceitos de Estado, da política para a educação superior no Brasil nos anos de 2007 a 2015, o fenômeno da financeirização com base em concepções clássicas acerca do capital portador de juros e seu funcionamento, e informa “quem é” o Grupo Kroton, justificando a escolha por tal empresa para nosso estudo, e das considerações finais, onde apresentamos como o debate acerca da financeirização têm avançado nos estudos no campo da educação e como tal fenômeno está expresso nas práticas mercadológicas do Grupo Kroton. Além disso, concluímos que a educação do Kroton é a educação do capital, que forma sujeitos acrílicos, especialmente os jovens trabalhadores, que enfrentam dificuldades em despertar para a consciência crítica necessária à emancipação política (GRAMSCI, 1995) e humana (MÉSZÁROS, 2005) capaz de romper com a dominação capitalista.

2. O ESTADO DA ARTE SOBRE O TEMA DA FINANCEIRIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E NO GRUPO KROTON

Esta parte do trabalho pretende apresentar como parte dos intelectuais estão debatendo o tema da financeirização na educação superior e como estão estudando o grupo Kroton em relação ao tema. Tal análise se destina a nos auxiliar a estabelecer as mediações teóricas nas quais nos apoiaremos para refletir e debater o fenômeno da financeirização da educação superior no caso do Grupo Kroton.

Para verificar como os intelectuais estão tratando dos temas, escolheu-se as seguintes fontes: teses e dissertações que foram coletadas no banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (BTDC) e no banco de Teses do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência de Tecnologia (IBICT), e artigos acadêmicos no *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*.

Os descritores utilizados foram: “financeirização” e “kroton”, ambos em cruzamento. Após não terem sido encontrados arquivos por meio de tal busca, foi realizada nova busca utilizando apenas os termos “financeirização” e “kroton” separadamente.

Por tal caminho foram encontrados, utilizando o descritor “financeirização”, no *site* do *SciELO* 35 artigos, e todos foram coletados. No banco de Teses do IBICT 115 trabalhos foram encontrados, tendo sido coletados 24, a saber 12 dissertações e 12 teses. No BTDC foram encontrados 97 trabalhos, tendo sido coletados oito, dos quais um é tese e sete são dissertações. Utilizando o descritor “kroton” não foram encontrados artigos no *site* do *SciELO*; foram encontrados e coletados três trabalhos no banco de Teses do IBICT, dos quais um é tese e dois são dissertações, e quatro trabalhos no BTDC, dos quais dois são dissertações e dois são teses. Não foi utilizado nenhum período específico para a busca dos trabalhos tendo em vista captar o momento de emergência do tema.

Nesta primeira triagem foram analisados os títulos, as palavras-chave e os resumos dos trabalhos, pelo que, escolheu-se estudar do banco de Teses do IBICT com o descritor “financeirização”, quatro teses: Miranda, (2013); Silva, (2014); Aguiar, (2013); e Rocha, (2013); e três dissertações: Bem, (2009); Castelo Branco, (2009); e Lopes, (2010). Com o mesmo descritor escolheu-se três trabalhos no BTDC, sendo três dissertações: Roma, (2014); Tavares, (2014); e Santos, (2014); e nove artigos: Bresser Pereira, (2010); Giffin, (2007); Almeida Filho; Paulani, (2011); Carvalho, (2013); Cury, (2014); Mancebo,

(2013); e Oliveira, (2010), do *SciELO*. Entre os sete trabalhos encontrados e coletados com o descritor “Kroton”, foram estudados seis, sendo três teses: Ruas, (2015); Paiva, (2011); e Sebim, (2014); e três dissertações: Schwartzbaum, (2012); Souza, (2014); e Silvestre, (2014).

Entre os trabalhos escolhidos para o estudo, trataram da financeirização de maneira ampla nove trabalhos, sendo três artigos: Bresser Pereira, (2010); Giffin, (2007); e Almeida Filho; Paulani, (2011); duas teses: Miranda, (2013); e Silva, (2014); e quatro dissertações: Bem, (2009); Castelo Branco, (2009); Lopes, (2010); e Santos, (2014). Os trabalhos que apresentam uma discussão sobre financeirização na Educação Superior são sete, sendo quatro artigos: Carvalho, (2013); Cury, (2014); Mancebo, (2013); e Oliveira, (2009); uma tese: Aguiar, (2013); e duas dissertações: Roma, (2014); e Tavares, (2014).

Com o descritor “Kroton” selecionamos seis, sendo três teses e três dissertações. Deles, dois estudaram as fusões e aquisições em instituições de ensino superior e a formação de oligopólios, sendo uma tese: Ruas, (2015); e uma dissertação: Shwartzbaum, (2012). Dois estudaram instituições de ensino superior com capital aberto na bolsa de valores, sendo duas dissertações: Souza, (2008); e Silvestre, (2014). Uma tese apresenta um estudo sobre as estratégias nas instituições privadas de ensino superior: Paiva, (2011); e uma tese trata da intensificação do trabalho docente na financeirização do Grupo Kroton: Sebim, (2014).

2.1 O reducionismo da concepção acerca do fenômeno da financeirização

Bresser Pereira associa a financeirização à ideologia neoliberal. O autor a apresenta como “um arranjo financeiro distorcido, baseado na criação da riqueza financeira artificial, ou seja, riqueza financeira desligada da riqueza real ou da produção de bens e serviços” (2010, p. 52). Segundo o autor

Com o capitalismo neoliberal emergiu um novo regime de acumulação: a *financeirização*, ou capitalismo encabeçado pelo setor financeiro. O “capitalismo financeiro” antevisto por Rudolf Hilferding, em que o capital bancário e o industrial se fundiriam sob o controle do primeiro, não chegou a ocorrer, mas materializaram-se a globalização financeira — a liberalização dos mercados financeiros e um grande aumento dos fluxos financeiros em torno do mundo — e o capitalismo encabeçado pelo setor financeiro,

ou capitalismo financeirizado. Suas três características centrais são: um enorme aumento do valor total dos ativos financeiros em circulação no mundo como consequência da multiplicação dos instrumentos financeiros facilitada pela securitização e pelos derivativos; a separação entre a economia real e a economia financeira, com a criação descontrolada de riqueza financeira fictícia em benefício dos rentistas capitalistas; e um grande aumento da taxa de lucro das instituições financeiras, sobretudo de sua capacidade de pagamento de grandes bonificações aos operadores financeiros por sua habilidade de aumentar as rendas capitalistas. (2010, p. 55)

A concepção de Bresser Pereira (2010) em certa medida nos ajuda a compreender o fenômeno da financeirização visando entender como ele ocorre no caso do Grupo Kroton. Porém, o autor destaca que a riqueza financeira é separada da riqueza real, isto é, da riqueza oriunda da produção. Em razão de tal concepção, discordamos do autor na sua ideia de que a riqueza financeira (o valor fictício) no processo de financeirização do capital não está diretamente ligada à riqueza advinda da produção material de valor, porque segundo Fontes (2010), a riqueza financeira ou o capital fictício provém da produção direta de mercadorias, ou seja, o valor fictício e o valor real são imbricados, isto é, não se separam. De acordo com Fontes (2010), o capital monetário (dinheiro ou crédito), fictício (funções técnicas do capital monetário) ou portador de juros, está em poder de grandes grupos econômicos que o investem no capital industrial ou funcionante para que este o empregue nos meios diretos de produção, com o fim de extrair o maior grau possível de mais valor, para que uma parte do lucro excedente oriundo de tal produção seja empregado no capital industrial (na produção direta de mercadorias) e a outra (sua maior parte) seja transformada ela própria em mercadoria: a mercadoria dinheiro (ou uma de suas variações). Assim, enquanto Bresser Pereira (2010) entende que no fenômeno da financeirização, os capitais financeiro (fictício ou portador de juros) e industrial (oriundo e investido na própria produção direta de mercadorias) são separados, Fontes (2010) nos ensina que se trata do contrário, porque o capital industrial e o capital financeiro se fundem, mas com a nuance de que sua menor parte é investida na produção material de mercadorias ao passo que sua parte maior é transformada ela própria, em outra mercadoria: a mercadoria dinheiro.

Por outro lado, a concepção de Bresser Pereira (2010) sobre como ocorre o processo de financeirização nos ajuda em nossa pesquisa porque torna possível entendermos qual o papel que o Estado ocupa em

tal processo. Para o autor, a liberalização dos mercados financeiros é um elemento fundamental para o processo porque é o que possibilita a expansão dos fluxos financeiros entre os Estados no mundo. Neste ponto, devemos retomar a teoria de Chesnais (2005) de que a desregulação, a descompartimentação e a desintermediação operada nos mercados financeiros como medidas do Estado para favorecer o funcionamento do neoliberalismo, é fundamental para a existência central do capital portador de juros.

Porém, a compreensão de Bresser Pereira (2010), limita nossa análise porque imputa à “ideologia neoliberal”, ou seja, a este determinado modelo econômico, a gênese do fenômeno da financeirização, e para nós, a financeirização é um fenômeno do capital, nasce no capitalismo, especificamente no processo de produção de mais valor do valor, como uma de suas formas de reprodução, manutenção e solução de crises (FONTES, 2010). Assim, tendo em vista que Bresser Pereira (2010) destaca que o capital bancário (financeiro ou fictício) e o capital industrial não se fundem no processo de financeirização, a concepção do autor não nos auxilia em nossa investigação, porque no processo de produção de mais valor do valor (quando o dinheiro se torna a mercadoria), o capital financeiro é investido no capital industrial justamente para o alcance de tal fim, e dele provém, isto é, o capital financeiro nasce da produção material capitalista, e é sim investido em menor medida na produção de modo suficiente para que a exploração ocorra em grau máximo possibilitando a extração intensa de mais valor e a consequente obtenção do lucro excedente (o capital financeiro). Portanto, a ideia adotada nesta pesquisa visando a o debate acerca de como ocorre tal fenômeno no caso do Grupo Kroton, é a de que capital industrial e capital financeiro se fundem.

Giffin (2007) entende a financeirização como fenômeno “político e ideológico” que ocorre no Estado, pela consolidação do neoliberalismo.

O Estado mercadológico se expressa na crescente dependência de empréstimos e investimentos internacionais, e no fato da desregulamentação de transações financeiras incluir o mercado de câmbio em moedas nacionais. Além de permitir a livre entrada e saída de capital, muitas vezes sem arrecadação de impostos que retornem à receita pública, isto gera volatilidade e vulnerabilidade extremas na tentativa de gerenciar recursos públicos e moedas nacionais que se encontram amarrados a moedas internacionais, o que os sujeitam a ‘ataques

especulativos’ de investimento/desinvestimento em papéis e ativos dos governos. (GIFFIN, 2007, p. 1497)

Ressalta que

A financeirização do Estado baixo às regras do FMI, BM e OMC, instituídas pelo G7 junto às corporações transnacionais e aos detentores de capital financeiro, pode ser vista como instaurando uma nova forma de acumulação de capital, chamada por Salama de “economia cassino”, que é particularmente frágil e pobre em criação de empregos. (GIFFIN, 2007, p. 1499)

E faz uma crítica importante

[...] os grupos financeiros dominam não somente os mercados financeiros e as principais redes comerciais locais e internacionais, senão, também, a elaboração genética de alimentos e a produção e disseminação de ‘produtos’ culturais, por exemplo. Acompanhando sua hegemonia econômica/política. As operações globais das corporações agora subordinam funções do estado, e em nome da competição, da produtividade e da liberdade, o espaço público está sendo marcadamente reduzido [...] A função da universidade está sendo transformada [...] em gestão industrial [...] uma redução inegável do seu papel público e crítico. (GIFFIN, 2007, p. 1499)

[...]

Com grupos de investimento privados assumindo jogadas de risco maior na tentativa de conseguir lucros maiores, a partir de instrumentos financeiros que desafiam a transparência, são “crescentemente perigosos”, criam problemas “quase surreais” e “formas de dados cruciais que não podem ser coletados e analisados, deixando tanto banqueiros como governos no escuro. (GIFFIN, 2007, p. 1500)

A concepção de Giffin (2007) nos auxilia a pensar sobre a financeirização no que concerne às medidas tomadas pelo Estado como um agente mediador de tal processo. Destaca-se a sua ideia de “Estado mercadológico” que empreende ações que possibilitam e garantem a consecução da financeirização. De acordo com o autor, tais ações compreendem: flexibilização de transações financeiras entre capitais internacionais expressa na desregulamentação e na não arrecadação devida de impostos; estabelecimento de uma política econômica que facilite o investimento e reinvestimento em setores diversos e variados cujo controle fiscal é quase impossível. Para Giffin (2007) a intensificação da financeirização faz com que os setores públicos fiquem

prejudicados em face da hegemonia dos grandes grupos econômicos que ditam a maneira como a vida social é produzida. Tal concepção é importante em nossa investigação sobre a financeirização da educação superior no caso do Grupo Kroton porque nos deixa entender que as políticas e programas do Estado (LDB, PNE, PROUNI, FIES, entre outros) são meios de garantir que o processo se desenvolva, como veremos adiante.

Ademais, entendemos que a concepção de Giffin (2007) pode ser um pouco limitada porque para o autor a financeirização é um fenômeno do Estado, isto é, criado e empreendido por tal instituição. Observamos que Giffin autonomiza o Estado e suas medidas políticas, porque para o autor, tais medidas são de caráter neoliberal e a financeirização é em nome de sua consolidação. Em decorrência, segundo o autor, instaura-se uma nova forma de acumulação capitalista, ou seja, a financeirização se configura com um processo destinado a consolidar o neoliberalismo.

A análise do autor nos parece limitada e, portanto, não nos auxilia em nossa pesquisa porque entendemos que o Estado (e suas medidas legislativas – políticas e programas) não é a instituição criadora da financeirização. Pensamos que o Estado é um agente mediador no processo assim como nos demais empreendimentos de sustentação do capital (MÉSZÁROS, 2015). Concebemos assim, a financeirização como um fenômeno do capital que possui gênese na forma de ser de certa fase alcançada pelo capitalismo, como medida solucionadora de suas crises, de modo que não se deve reduzir tal fenômeno às medidas do Estado, pois esta age em nome do capital – sistema que o fez erigir como uma de suas maneiras de existência (MARX, 2013). Desta forma, o entendimento do autor acerca do tema nos auxilia em nossa investigação porque nos ajuda a entender o papel do Estado no processo de financeirização, porém, não concordamos que se trata de fenômeno que ocorre apenas no âmbito daquela instituição, justamente porque para nós, o próprio Estado existe para possibilitar o sistema do capital.

Almeida Filho e Paulani (2011, p. 243) realizaram uma análise sobre “como a associação entre as teses da regulação social e da acumulação por espoliação pode ampliar o escopo de caracterização do processo social de reprodução no capitalismo”, com base na “interpretação da natureza do capitalismo contemporâneo de David Harvey”, e nas teses sobre a financeirização de Chesnais. Segundo os autores, a financeirização é um traço particular do novo tipo de capitalismo que está em curso, caracterizado pelas finanças que ocupam o centro das relações econômicas e sociais. (2011, p. 247)

A concepção dos autores nos auxilia fundamentalmente em nossa pesquisa porque nos ajuda a compreender o fenômeno da financeirização concebendo-a como uma nova forma de funcionar do capitalismo, isto é, o modo de produzir mercadorias que objetiva inserir o capital portador de juros no centro das relações sociais porque determina, o grau de expropriação no processo de produção de mais valor, visando a produção de mais valor do próprio valor. Ou seja, a concepção dos autores nos faz entender que o processo de produção de mercadorias tem o fim de produzir uma outra mercadoria: a mercadoria dinheiro. (FONTES, 2010)

Miranda (2013) realizou um estudo acerca da constituição do processo de financeirização na economia brasileira apontando suas implicações nas empresas de capital aberto. O autor entende que se trata de “um novo regime de acumulação, no qual as atividades produtivas são subordinadas às finanças” e ressaltou que em tal processo “tem-se uma busca por resultados de curto prazo, em detrimento dos de longo prazo, comprometendo o desempenho das empresas e da economia” (MIRANDA, 2013, p. 9).

Segundo o autor

[...] a busca por resultados de curto prazo e a convergência à maximização da riqueza do acionista, elementos presentes na financeirização da economia brasileira, aumentou a fragilidade destas empresas e da economia, pois as primeiras aumentaram o endividamento em sua estrutura patrimonial sem que estes recursos se destinassem necessariamente às atividades produtivas. (MIRANDA, 2013, p. 9)

A concepção de Miranda (2013) nos ajuda a pensar sobre a financeirização no caso de nossa investigação porque para o autor, em tal fenômeno o processo de produção de mais valor está subordinado ao capital portador de juros. Concordamos com seu pensamento nesse ponto, porque é justamente a concepção de Fontes (2010). Porém, a análise de Miranda se mostra relativamente limitada porque indica que a financeirização é um processo que nasce na economia e caracteriza um novo regime de acumulação. O autor separa o campo da “economia brasileira”, do capital mundial e reduz o processo de financeirização a medidas simplesmente econômicas, sem considerar o movimento do capitalismo que envolve tais relações. Nossa pesquisa não compartilha da preocupação do autor no que concerne ao desempenho das empresas e da economia sob os impactos da financeirização, porque pensamos que

o debate que se propõe neste trabalho, qual seja: o processo de financeirização que ocorre na produção da mercadoria educação no caso específico do Grupo Kroton, possui relação com o grau de expropriações sociais necessários à consecução de tal fenômeno, e tudo o que envolve. Sabemos de acordo com Marx (2008), Lenin (2012), Chesnais (2005) e Fontes (2010) que, para que o capital portador de juros surja, é necessário que a extração de mais valor do trabalho que embasa a produção de mercadorias seja máxima, intensa, perpetuando a desumana exploração capitalista, bem como a manutenção da dominação da burguesia sobre o proletariado – a classe trabalhadora. Assim, o entendimento do autor contribui com nossa investigação porque concebe que o processo de produção de mercadorias está subordinado à produção do capital portador de juros, porém, para esta pesquisa é fundamental entender como tal processo se torna possível, isto é, determinar de que maneira acontecem as expropriações no trabalho em grau máximo, que possibilitam a criação do lucro excedente que se transforma em capital fictício (financeiro ou portador de juros).

Verificamos que Miranda (2013), desconsidera que o mundo da produção social das condições materiais de existência é o âmago da produção de mais valor do valor, pois é nele, com a intensificação das expropriações, que nasce o capital tão excedente, capaz de se tornar ele próprio, em grande parte, a mercadoria. (MARX, 2008) e (FONTES, 2010).

Silva (2014) apresentou um estudo sobre a distribuição da renda no Brasil e os impactos que as instituições financeiras produzem sobre ela. Para o autor, tal distribuição de renda possui impactos subsequentes no crescimento econômico brasileiro. Os fenômenos de financeirização iniciaram com a “abertura econômica financeira desde os anos 90” (SILVA, 2014, p. 4), decorrendo até os dias atuais.

Para o autor, “o setor financeiro demonstrou-se muito significativo na explicação dos impasses distributivos das últimas décadas” e sua forma de atuação “se dá predominantemente por meio de estratégias de aculturação e definição de hábitos na sociedade” (SILVA, 2014, p. 70). O fenômeno da financeirização na economia brasileira para o autor apresenta-se como a propriedade do dinheiro que progressivamente se autonomiza, potencializando seu valor como capital portador de juros.

A ideia de Silva (2014) com respeito ao fenômeno da financeirização como sendo a propriedade do dinheiro que se autonomiza, nos auxilia nesta investigação. Porém, tal afirmação deve prescindir do entendimento de que o “dinheiro” é o capital fictício,

portador de juros, que só se autonomiza se houver, no campo da produção direta de mercadorias, um grau determinado e máximo de expropriação do trabalho que faça nascer o capital excedente, que se transformará no capital financeiro (fictício, bancário). De acordo com os referenciais teórico-metodológicos adotados nesta pesquisa, quais sejam: Marx (2008), Lenin (2012), Chesnais (2005) e Fontes (2010), o fenômeno da financeirização não pode ser reduzido à alguns eventos de uma economia, tomada como elemento separado e autônomo do capital, da política e das relações sociais que produzem a vida e que são o âmago do fenômeno da financeirização, isto é, não se pode entender as implicações sociais, no mundo do trabalho e na classe trabalhadora, se o processo não for tomado na totalidade das expropriações que o sustentam. (FONTES, 2010)

A concepção do autor nos ajuda em nossa análise ao indicar que a forma de funcionamento do setor financeiro é predominantemente por meio de aculturação e definição de hábitos sociais. Apoiamo-nos em Silva (2014) em tal ponto, porque a lógica do processo de produção das condições da vida, na sua forma financeirizada, requer e impõe que sua base material funcione de determinada maneira, que seja mais propícia e favoreça a necessidade de expansão das expropriações necessárias à manutenção do sistema do capital (FONTES, 2010). Por isso, o setor produtivo, isto é, da produção direta de mercadorias, é subordinado ao setor financeiro e o modo de operar das empresas de capital aberto da bolsa de valores é prejudicial à base material de tais empresas, porque pouco da riqueza auferida por ela retorna para esse setor.

Bem (2009, p. 5), apresenta a financeirização como “a mais poderosa força do capitalismo em sua luta contra a estagnação”, caracterizada pelo “desvio do excedente da esfera produtiva para a esfera financeira”. Segundo o autor, a ocorrência de tal processo acarreta “uma importância crescente dos mercados financeiros, motivos financeiros, das instituições financeiras e das elites financeiras nas operações da economia e de suas instituições de governo, a [sic] nível nacional e internacional” (BEM, 2009, p. 71).

Para o autor

A financeirização transforma o funcionamento do sistema econômico, tanto a [sic] nível macro como micro. Seus principais impactos (PALLEY, 2007) são elevar a importância do setor financeiro em relação ao setor produtivo, transferir renda do setor real para o setor financeiro e contribuir para o aumento na desigualdade de renda e estagnação dos salários, que carregam consigo uma

necessidade permanente de aumento do endividamento e de intensificação na especulação com ativos financeiros para garantir o *status quo* do sistema e o ganho de grandes lucros por parte da classe dirigente. (BEM, 2009, p. 71)

A concepção de Bem (2009) nos auxilia nesta pesquisa porque na sua concepção, o processo de financeirização transfere a renda do setor produtivo para a esfera financeira. Isto porque é característico do fenômeno, que a maior parte do mais valor produzido na produção material de mercadorias por meio da expropriação do trabalho, intensificada justamente para produzir o lucro excedente, seja investido em maior medida no capital portador de juros (que se tornará a própria mercadoria) e em menor medida para o capital funcionante, industrial. Desta maneira, a concepção de Bem (2009) servirá de lente teórica nesta pesquisa quando adiante, analisarmos como ocorre o processo da financeirização na produção e no comércio da educação superior do Grupo Kroton.

Castelo Branco (2010) fez um estudo sobre a financeirização e a acumulação de capital fixo no Brasil com foco nas políticas neoliberais de desregulamentação dos mercados e liberalização dos capitais. Destacou que com “o surgimento dos investidores institucionais e da governança corporativa, as empresas passaram a ter uma gestão voltada à maximização do valor do acionista com implicações nas decisões de investimento em acumulação de capital fixo” (CASTELO BRANCO, 2010, p. 7).

O autor constatou que

Primeiro, as oportunidades de elevado lucro financeiro levariam a um crescimento dos investimentos financeiros, resultando em redução dos investimentos produtivos. Segundo, os aumentos nos pagamentos financeiros sob a forma de juros e dividendos diminuem os fundos disponíveis para investimento em acumulação de capital fixo. (CASTELO BRANCO, 2010, p. 7)

A análise de Castelo Branco pode ser um tanto limitada porque o autor concebe a financeirização como uma decorrência das políticas que empreenderam medidas de desregulamentação de mercados e liberalização de capitais. Segundo o autor, tais políticas são de caráter neoliberal e a financeirização funciona como uma de suas estratégias de consolidação. A concepção do autor limita a nossa análise nesta pesquisa porque para ele, as medidas do Estado, as políticas de viés neoliberal e o fenômeno da financeirização são elementos separados,

distintos e paralelos. Ou seja, a ideia do autor não indica que ele reconheça a existência de uma relação orgânica e inseparável entre Estado, política e economia dentro da totalidade do sistema do capital. Não concordamos com o autor a este respeito porque entendemos a financeirização como um fenômeno do capitalismo, que lhe serve de resposta à uma de suas crises cíclicas (MÉSZÁROS, 2008) e que tem gênese no processo de produção de mais valor do valor.

Lopes (2010) realizou um estudo sobre as possibilidades de superação da atual fase do processo de financeirização. Apontou que O sistema financeiro, liberalizado com a prerrogativa de assegurar o equilíbrio nos balanços de pagamentos e fortalecer o comércio internacional, tornou-se uma “locomotiva sem freio”, cujo controle por parte das autoridades governamentais é limitado. “As finanças internacionais desenvolvem-se, atualmente, seguindo sua própria lógica que não guarda mais do que uma relação indireta com o financiamento do comércio e dos investimentos produtivos na economia mundial” (PLIHON, 1998: 112). (LOPES, 2010, p. 111)

Segundo a autora,

O “fazer” dinheiro nada mais é do que a consolidação da lógica de financeirização da riqueza, em desenvolvimento há 40 anos. A especulação, presente na sociedade desde as formas mais primitivas de comércio e exacerbada em alguns momentos históricos específicos (como durante a década de 20 do século XX), atualmente se configura como norteador único das decisões individuais. (LOPES, 2010, p. 111)

Como conclusão, afirma que

[...] os mercados financeiros tornaram-se extremamente complexos, envolvendo uma infinidade de instituições e produtos financeiros. Da mesma forma, os riscos advindos das operações financeiras passaram a ser muito difusos, dificultando a ação das autoridades governamentais em supervisioná-las. Conseqüentemente [sic], a vulnerabilidade do sistema como um todo aumentou, em virtude da intrincada relação desenvolvida entre os vários agentes participantes do jogo das finanças. (LOPES, 2010, p. 11)

A concepção da autora é importante em nossa investigação porque nos auxilia na compreensão dos elementos que possibilitam a consecução do processo de financeirização, de maneira geral. A autora indica que a liberalização dos sistemas financeiros é responsável pela flexibilização das operações de câmbio entre países e ressalta que tais

operações são de difícil controle para o Estado. Concordamos com Lopes nesse sentido, inclusive porque Chesnais (2005) nos ensina sobre tal papel do Estado. Porém, entendemos que não se deve tomar o fenômeno da financeirização de maneira reduzida às medidas dos “sistemas financeiros” dos países, tampouco às medidas dos Estados. Pensamos, de acordo com nossos referentes teóricos, que o fenômeno da financeirização faz parte do sistema do capital e se expressa no funcionamento dos sistemas financeiros e nas medidas do Estado, não o contrário. Também discordamos da ideia da autora acerca do fenômeno, no que diz respeito às finanças, no sentido de que possuem uma relação “indireta” com o financiamento do comércio e dos investimentos produtivos. Isto porque, vimo em Fontes (2010) que a financeirização se dá pela aplicação de uma pequena parte do capital excedente, auferido na produção direta de mercadorias, nesta própria produção, enquanto que sua maior parte, se transforma no capital fictício, portador de juros que se tornará outra mercadoria: a mercadoria dinheiro. Assim, a relação entre o capital fictício ou financeiro (MARX, 2008) não pode ser “indireta” aos “investimentos no comércio e no setor produtivo” como entende Lopes (2010), justamente porque ambos estão diretamente relacionados, inclusive, imbricados com o capital financeiro.

Santos (2014, p. 5) fez um estudo sobre “o fenômeno da financeirização em meio à globalização financeira e a evolução do fenômeno da financeirização na economia brasileira”. Segundo o autor

[...] a financeirização inaugurou uma nova fase no que tange às alternativas de alocação de recursos, que é marcada pela sofisticação e multiplicidade de possibilidades de investimentos neste novo ambiente macroeconômico. Deste modo, a possibilidade de se auferir lucros do setor privado através de uma alocação financeira dos recursos disponíveis aos detentores de capital se materializou a partir de um leque de produtos financeiros mais complexos (opções, derivativos, swaps, operações a termo, e etc.) que acabou por desencorajar o investimento produtivo em capital fixo. (SANTOS, 2014, p. 52)

Para Santos (2014, p. 52)

[...] nos países em que a globalização financeira foi mais intensa, como em países europeus e os EUA, a financeirização contribuiu para uma queda da participação do capital fixo total na composição do estoque de capital total da economia, que por sua vez leva a uma queda das taxas de crescimento a longo prazo e a elevação do desemprego. (SANTOS, 2014, p. 52)

O autor indica que no Brasil,

ao contrário do que já ocorre em países desenvolvidos em que a financeirização tende a se desenvolver através do endividamento privado e com taxas reduzidas de juros, a financeirização desenvolveu-se sobre uma base de renda de juros apoiado ao endividamento público interno. (SANTOS, 2014, p. 52)

A concepção de Santos (2014) auxilia nosso estudo porque aponta algumas características do fenômeno da financeirização, que ajudam nossa investigação no caso do Grupo Kroton. O autor indica que tal fenômeno requer a comercialização de novos tipos de produtos, produtos de natureza financeira, tais como: opções, derivativos, *swaps*, operações à termo, entre outros. Segundo Santos (2014), o comércio desse tipo de mercadoria “desencoraja” o investimento de capital fixo no setor produtivo. Concordamos com Santos nesse ponto, porque se aproxima do que Fontes (2010) nos ensina. Ademais, é necessário entender que o investimento de capital fixo em menor medida no setor produtivo, não decorre dos novos tipos de mercadorias (produtos financeiros) que estão sendo comercializados, mas da própria natureza do processo de financeirização do capital, que requer que uma pequena parcela do capital advindo da produção seja investido nela própria, enquanto a outra maior parcela se torna capital portador de juros – a mercadoria dinheiro.

Quanto ao caso específico da financeirização no Brasil, Santos (2014) destaca que neste caso o fenômeno ocorre com base na renda de juros que se apoia no endividamento público. Concordamos com o autor nesse ponto, porque é da natureza do processo de financeirização, que tem seu fim justamente na maximização do mais valor excedente que retorna para o capital financeiro na forma de juros, se sustentar com base na renda de tais juros. Esta é a forma de funcionar do processo - o endividamento público ocorre porque o Estado subsidia com o dinheiro público grande parte das operações envolvendo empresas privadas, nacionais e internacionais.

2.1 A limitação do conceito de financeirização a novos tipos de mercantilização e de privatização da Educação Superior

Carvalho (2013) realizou um estudo sobre as estratégias das instituições de ensino superior lucrativas com foco na mercantilização da educação superior brasileira.

[...] o fenômeno recente de mercantilização da educação superior brasileira, dado pelo crescimento das Instituições de Educação Superior (IES) lucrativas e a adoção de diversas estratégias de mercado na direção da financeirização, oligopolização e internacionalização. (CARVALHO, 2013, P. 761)

A autora apresenta três estratégias adotadas por tais empresas: a “profissionalização da gestão dos estabelecimentos educacionais” (p. 767), a formação de oligopólios do setor privado de educação (p. 768/769) e a internacionalização que “consiste na venda parcial do estabelecimento nacional ao capital estrangeiro” (CARVALHO, 2013, p. 769). Ela indica que a financeirização é uma estratégia para a profissionalização da gestão dos estabelecimentos educacionais.

A concepção de Carvalho (2013) nos ajuda nesta pesquisa porque nos faz entender como funcionam as instituições de ensino superior financeirizadas, isto é, quais as práticas que colocam em ação na produção da mercadoria educação. Em nossa concepção, tendo em vista o conceito de financeirização ao qual estamos vinculados, a partir das elaborações de Marx (2008), Lenin (2012), Chesnais (2005) e Fontes (2010), as práticas que as IES lucrativas empregam na produção da educação destacadas pela autora (internacionalização, formação de oligopólios e profissionalização), também caracterizam o fenômeno da financeirização. Nesse ponto, a concepção da autora se torna importante para nossa pesquisa.

Ademais, sua análise pode nos limitar se pensarmos no fenômeno da financeirização como decorrente do modo de funcionamento das empresas que comercializam produtos ligados à educação, isto é, se pensarmos que a financeirização decorre da crescente mercantilização que lança mão de estratégias como a internacionalização, a formação de oligopólios e a profissionalização. O ponto em que discordamos é com relação ao fato de que não é a maneira como as empresas operam nas suas atividades comerciais que dá origem à financeirização, mas sim, a gênese, a essência de seu processo de produção da mercadoria educação

tendo em vista a extração do lucro excedente que se tornará ele próprio outra mercadoria. Assim, pensamos que o fenômeno da financeirização é mais amplo do que as ações das IES que comercializam a educação, pois trata-se de um fenômeno da fase atual do capitalismo, baseada na acumulação pela via da finança. (PAULANI, 2008)

A concepção de Carvalho (2013) indica que a autora enxerga a financeirização como decorrente do crescente processo de mercantilização da educação. Não concordamos com ela nesse ponto, pois nos parece que a mercantilização é que decorre da financeirização, pois a intensificação da mercantilização entendida como o comércio irrestrito e feroz da educação superior (EVANGELISTA, 2014) é que dá lugar ao fenômeno da financeirização, entendida como um movimento do capital, expressada numa certa fase do capitalismo, que utiliza como estratégias de manutenção outros processos, como a mercantilização e a privatização.

Cury (2014) apresentou um estudo sobre a formação e o conhecimento na perspectiva da expansão da educação superior entre os anos 1998 e 2004. Para Cury (2014, p. 603), “as instituições privadas passaram a se reger por processos de financeirização e oligopolização, resultando em enormes conglomerados financeiros mais do que educacionais”, o que provocou um “impacto sobre a solidez dos conhecimentos e das práticas que deveriam fazer jus aos princípios estabelecidos na legislação”.

O autor entende a financeirização como

[...] uma espécie do gênero mercantilização. A financeirização é um diferencial do capitalismo contemporâneo no qual o capital financeiro não financia o setor produtivo, ele especula com todo o tipo de rendimentos para os rentistas, distorcendo o que deveria o ser financiamento. (CURY, 2014, p. 621)

A ideia de Cury (2014) sobre a financeirização não nos ajuda a pensar no tema desta pesquisa de maneira alargada. Para o autor, assim como para Carvalho (2013), o fenômeno decorre da mercantilização, sendo uma de suas formas. Não concordamos com Cury (2014) neste aspecto porque compreendemos o processo num sentido mais amplo, no qual localizamos sua gênese no processo de produção de mais valor do valor, dentro do sistema do capital, portanto não decorre da mercantilização, mas a utiliza como uma de suas formas de consecução. Também discordamos da concepção do autor acerca do que signifique a financeirização na educação superior, porque ele a entende como o não

investimento do setor financeiro no setor produtivo. Tal concepção não nos auxilia na compreensão do fenômeno, porque pensamos de acordo com Fontes (2010), quando nos ensina que o capital financeiro é sim investido no setor produtivo, porém, tais investimentos são realizados em pequena medida em vista da aplicação deste capital financeiro no comércio da mercadoria que ele próprio se torna, a mercadoria dinheiro. Mancebo (2013) apresentou um estudo acerca da expansão da educação superior privada sobre a Universidade Estácio de Sá. Indica que “os rumos privatistas da educação superior no país, acompanham seus movimentos da ditadura militar à denominada era das consolidações” (2013, p. 81). Para a autora

[...] a expansão da educação superior no Brasil é uma arena em que se desenrola uma longa luta entre o particularismo, o privatismo – característicos do capitalismo dependente e do padrão de escola superior daí resultante – e o público representado por forças democratizantes, estrutural e dinamicamente articulados na e pela formação social brasileira. (MANCEBO, 2013, p. 82)

Segundo Mancebo (2013, p. 88), a financeirização

[...] não aparece sem engendrar um intenso e extenso processo de reestruturação produtiva, apoiada sob a base tecnológica construída a partir das novas tecnologias da comunicação e informação. Nesta perspectiva, a própria produção do conhecimento e da tecnologia é atravessada por novas demandas, que concretizam certa racionalidade, exigindo a reforma dos sistemas educacionais, especialmente no nível da educação superior.

A concepção da autora indica que entende a financeirização como um processo de produção social que dá base à privatização da educação superior. Mancebo (2013) destaca que as novas tecnologias de comunicação e informação demandam por novos sistemas educacionais, para construir as bases da reestruturação produtiva. Nesse sentido a autora enxerga a financeirização como uma demanda da privatização. Tal concepção nos ajuda a conhecer uma parte dos impactos que o fenômeno da financeirização causa na produção social da vida, mas não concordamos que ele seja decorrente ou uma “demanda” do caráter privatista impresso na educação superior. Não podemos limitar o processo à uma das estratégias da privatização da educação ou do que quer que seja, pois acreditamos que se trata da base das relações de

produção que o possibilitam, e que requer outros fenômenos para a sua consecução.

Oliveira (2010, p. 739) apresentou um estudo sobre o “[...] processo de penetração dos fundos financeiros na educação superior no Brasil e, posteriormente, a emissão de ações de instituições de ensino diretamente na bolsa de valores”. Para o autor

A forma mais visível desse crescimento é a compra de outras instituições e seu aperfeiçoamento, por meio da implantação de uma gestão mais profissionalizada. Tal processo tem propiciado o crescimento acelerado de algumas instituições, generalizando a educação como uma mercadoria, assim como a tendencial oligopolização da oferta. (OLIVEIRA, 2010, p. 739)

O que o autor está denominando “financeirização” é a inserção dos fundos financeiros em empresas educacionais que, com isso se tornam empresas com capital aberto da bolsa de valores. O autor destaca que o modo de operação de tais empresas consiste na compra de outras instituições educacionais menores para aperfeiçoá-las por meio do empreendimento de medidas de gestão profissionalizada, o que imprime um caráter de mercadoria à educação. A concepção de Oliveira (2010) nos auxilia em nossa pesquisa nesse aspecto, pois os pontos que destaca como sendo caracterizadores do processo de financeirização da educação, nos permitem conhecer uma parte dos impactos que o fenômeno possui. Contudo, não entendemos a financeirização como um processo de simples “penetração dos fundos financeiros na educação” ou na produção de qualquer outra mercadoria. Ao contrário, enxergamos o fenômeno de maneira mais ampla, forjado na base material, no setor produtivo que cria a mercadoria educação superior. A inserção dos fundos financeiros na produção da educação não é o que determina fundamentalmente a modo como se dará tal produção. O que determina essa base material do processo é o grau de expropriação que necessita ser alcançado na produção da educação de maneira que garanta o alto grau de lucro excedente, que se tornará a mercadoria dinheiro. (FONTES, 2010)

Aguiar (2013, p. 11) realizou um estudo sobre os “dezesseis anos decorridos entre o começo do governo de Fernando Henrique Cardoso e o fim do governo Lula (1995-2010)”, indicando que “o sistema de educação superior brasileiro sofreu uma mudança estrutural, passando de um sistema de acesso de elite para o de acesso de massa”.

Segundo Aguiar (2013, p. 11)

[...] o setor privado assumiu o atendimento preferencial da nova demanda de massa, caracterizada pela ampliação e diversificação do público-alvo da educação superior, mediante a incorporação de estudantes oriundos das camadas mais baixas da estratificação social.

Tornou-se, pois,

[...] um objeto a ser compreendido fora da equação qualidade de ensino e/ou mercantilização da educação. O estudo procura mostrar que a demanda de massa, amparada em políticas públicas favoráveis, transformou o ensino superior privado em um setor econômico altamente concorrencial, com seus corolários de financeirização e oligopolização crescentes. (AGUIAR, 2013, p. 11)

O estudo de Aguiar (2013) indicou uma preocupação com o modo como a financeirização e a oligopolização incidem na oferta da educação superior. Para a autora, há políticas públicas que favorecem a massificação da procura pela educação superior, e isso possibilita que o setor privado se torne concorrencial, empreendendo medidas operacionais que dão lugar à financeirização e à formação de oligopólios. A concepção da autora nos ajuda a atentar para a função que as políticas públicas possuem no processo de financeirização da educação, pois pensamos que elas criam o contexto que possibilita e favorece a consecução do processo que dá lugar ao fenômeno. Porém, sua ideia sobre o que seja tal processo em si, limita nossa análise. Não concordamos que a financeirização decorre do número elevado e do tipo de público que demanda por educação superior, mas entendemos que o fenômeno tem base na classe trabalhadora que ocupa dupla função no processo: função de produção da mercadoria e função de nicho de mercado em que é comercializada. Assim, a financeirização não decorre da necessidade da classe trabalhadora buscar formação de nível superior em IES privadas, mas tem base, ou seja, o fenômeno se materializa tanto na base material da produção da educação constituída pela classe trabalhadora, quanto no campo do comércio da mercadoria, pois a classe representa o grande nicho de mercado explorado pelos capitalistas da educação.

Roma (2014) apresentou um estudo sobre a financeirização do ensino superior privado no governo Dilma Rousseff. Para a autora, a financeirização é uma nova forma de mercantilização, caracterizada pela

“crescente presença dos fundos de investimentos, em especial os fundos de *Private Equity*, no controle da educação superior privada” por meio da “abertura de capital na bolsa de valores e nas fusões e aquisições realizadas pelas empresas em anos recentes” (ROMA, 2014, p. 6).

Segundo Roma (2014, p. 6), “a desregulamentação da educação acompanha o movimento maior de desregulamentação da economia a [sic] nível nacional e internacional” fazendo com que deixe “de ser um direito e vire uma mera mercadoria a ser negociada no mercado de capitais”.

A concepção de Roma (2014) nos ajuda a caracterizar algumas das formas de ser do processo de financeirização. As operações comerciais envolvendo fundos de investimento financeiro pertencentes a bancos ou grupos econômicos do Brasil e de outros países, favorecidas pelas medidas do Estado de flexibilização de tais operações, expressam a consecução da financeirização, ou seja, o modo como o fenômeno ocorre. Devemos retomar Chesnais (2005), quando nos mostrou que a desregulamentação, a descompartimentação e a flexibilização para o funcionamento dos mercados nos Estados, favoreceu os processos de produção qualificados pela necessidade da financeirização.

A preocupação de Roma (2014) nos impactos do processo, para nós é pertinente, pois ressalta o problema do “direito à educação se tornar uma mercadoria e ser negociada no mercado de capitais”. Ademais, a análise do autor indica que ele imputa a financeirização às medidas de desregulamentação de uma “economia” por parte do Estado, como se delas decorresse. Ou seja, Roma autonomiza o Estado e a economia como se tais elementos se relacionassem de maneira independente e paralela, isto é, como se a financeirização fosse um produto de ações que ocorrem no âmbito de um Estado e de uma economia que não estão inseridos no movimento maior do capital. Não concordamos com o autor neste aspecto, pois para nós a financeirização é um fenômeno do capital que requer determinadas ações do Estado para se tornar possível, se concretizar. Assim, pensamos de acordo com Chesnais (2005), quando destaca que as medidas tomadas no âmbito do Estado são justamente para possibilitar que os novos processos de produção direta de mercadorias e de circulação dos capitais financeiros se deem na forma da financeirização, de modo que aquelas medidas não são as causadoras do fenômeno, mas sim, se trata de decorrências dele.

Tavares (2014) estudou os fundos de investimento e o movimento do capital no ensino superior privado, com foco na investigação da mercantilização da educação. Para o autor a financeirização é uma “mercantilização de novo tipo”, caracterizada pelo “controle de um

número expressivo de instituições de ensino superior pelos fundos de investimentos (*private equity*), controlados pelo capital financeiro” (TAVARES, 2014, p. 7).

Segundo Tavares (2014, p. 7)

[...] grupos ou fundos que têm controlado parcela cada vez maior das matrículas do ensino superior e sustenta que o crescente controle do capital financeiro requer sistemática indução do Estado, por meio do fundo público que, neste caso, claramente é parte do circuito que possibilita a valorização do capital.

Conclui que

a financeirização da educação é uma dimensão particular de um processo mais amplo e que, no caso da educação, a quase totalidade das aquisições e fusões de instituições de ensino superior privadas pelos referidos Fundos se deu no governo de Lula da Silva, em especial a partir de 2008 e que, justamente neste governo e no de sua sucessora é que encontramos o apoio mais consistente e amplo, do Estado ao setor privado mercantil, notadamente por recursos públicos repassados por meio do FIES e do ProUni. (TAVARES, 2014, p. 7)

A análise do autor é fundamental para nossa pesquisa, pois nos ajuda a entender o *modus operandi* do Grupo Kroton na produção e comercialização da educação. É importante tal concepção para nossa pesquisa porque nos ajuda a entender como se caracteriza o processo de financeirização da educação e qual o papel do Estado nele. Segundo o Tavares (2014), o fenômeno só é possível em razão da indução do Estado por meio do investimento do fundo público em empresas que comercializam educação. Para o autor, o Estado desempenha tal papel por meio de programas do Governo Federal anunciados como democratizadores da educação. Concordamos e ressaltamos a concepção de Tavares neste ponto. Contudo, entendemos que o Estado com suas ações que direcionam o investimento do fundo público para o setor privado, quais sejam: políticas públicas, programas sociais, legislações que flexibilizam o pagamento de impostos e a celebração de negócios jurídicos que sacramentam a transferência da obrigação pública de ofertar a educação para empresas como o Grupo Kroton, atua como um mediador, um possibilitador, um favorecedor do processo de financeirização – tal como o clássico Estado capitalista. Não concordamos com a ideia do autor sobre a financeirização ser uma “mercantilização de novo tipo”. Para nós, a mercantilização, seja da

mercadoria educação ou de qualquer outra, é uma das maneiras de funcionar do processo de financeirização do capital, e por isso não podemos limitar sua concepção à um “novo tipo de mercantilização”. Nosso entendimento se baseia no fato de que a financeirização – entendida como um fenômeno amplo decorrente da fase atual do sistema capitalista de produção, que se baseia na acumulação pela via da finança (PAULANI, 2008), isto é, que surge com base nos processos de produção direta de mercadorias, especializados na extração do mais alto grau de lucro possível – do capital excedente, fictício, financeiro ou portador de juros, necessita, portanto, da intensificação da mercantilização, isto é, da expansão das mercantilizações. Desta maneira, pensamos que os processos de financeirização é que determinam as mercantilizações, e não o contrário.

2.2 O Grupo Kroton como agente caracterizador do fenômeno da financeirização

Ruas (2015, p. 9) construiu uma tese estudando o grupo Anhanguera Educacional no período de 2007 a 2012, com foco na maneira de gestão de tal instituição como “estratégia necessária para a inserção e permanência lucrativa no mercado de capitais”. Segundo a autora, no ano de 2007 “as instituições de educação superior privadas, com fins lucrativos, abriram seu capital, promovendo o processo de F&A⁶ e consolidando a formação dos grandes oligopólios da educação superior privada”.

Ruas (2015, p. 9) constatou

um modelo de gestão gerencial oligopólico, como exigência do capital financeiro, guiado por estratégias racionalizadora, reducionista, otimizadora e padronizadora, apontando como tendência a monopolização do setor, pelo próprio movimento de F&A.

A análise da autora nos ajuda a perceber a maneira pela qual as empresas educacionais financeirizadas realizam suas atividades comerciais. Ruas também indica no seu estudo um elemento importante para compreendermos o período em que tais empresas começaram a se inserir na bolsa de valores com seu capital aberto. Ou seja, a partir do ano de 2007 tais empresas expressando seu modo de produção de mais valor do valor pela expropriação do trabalho e negociação da mercadoria

⁶ Processo de fusões e aquisições.

educação, direcionadas pela lógica de tal processo de produção, começaram a ocupar um lugar estratégico no mercado de capitais para que o capital financeiro pudesse investir no capital industrial e ter garantido o retorno do capital excedente na forma de juros. O trabalho de Ruas demonstra que a empresa Anhanguera Educacional (atualmente Grupo Kroton Educacional) intensificou seu processo de produção financeirizado em meados de 2007, o que nos direciona para pensar os motivos de tal fenômeno ter ocorrido naquele período. O trabalho de Ruas nos ajuda a conceber o Kroton como um elemento do processo de financeirização do capital, cuja mercadoria é a educação. Trata-se de uma expressão do fenômeno no campo da produção e do comércio da educação superior.

Shwartzbaum (2012) investigou as fusões e aquisições no setor de educação superior privada do Brasil, com base no caso do Grupo Kroton S/A. Seu foco foi o da educação superior privada porque “[...] merece destaque, não apenas pela frequência de transações, mas também pelo porte de algumas delas, colocando as empresas líderes do mercado brasileiro entre as maiores instituições do mundo” (SHWARTZBAUM, 2012, p. 5).

Segundo Shwartzbaum (2012, p. 5), há motivações econômicas para tal processo

[...] existem sinergias nas transações realizadas no setor de educação superior no Brasil, que têm sido convertidas em ganhos econômicos para as empresas adquirentes e para os seus acionistas.

A análise do autor nos auxilia na compreensão do nosso objeto de pesquisa porque chama atenção para a grandeza das operações comerciais na bolsa de valores envolvendo o Grupo Kroton. Ele destaca que as fusões e aquisições envolvendo a mercadoria educação superior, são as de maior porte comparadas com empresas que comercializam outros tipos de produtos e que tais negócios acontecem inclusive entre empresas brasileiras e empresas estrangeiras. A concepção de Shwartzbaum é importante para nós conhecermos em que medida o Grupo Kroton atua na condição de empresa educacional financeirizada e de que maneira isso acontece. A afirmação do autor de que as empresas adquirentes (maiores) auferem ganhos elevados com a compra de empresas educacionais menores, no leva a constatar que o Kroton atua no seu processo de produção de mais valor do valor com base na expropriação do trabalho no maior grau possível, para garantir a criação do capital excedente que retornará na forma de juros para o capital

financeiro. Desta maneira, a concepção de Shwartzbaum (2012) também configura uma das lentes teóricas de nossa pesquisa, pois iremos investigar o modo de funcionar (na produção e no comércio da educação) do Grupo Kroton, com base em sua concepção.

Souza (2008) estudou os caminhos da internacionalização de instituições de ensino superior do Brasil, com foco no caso de quatro IES brasileiras, entre elas o Grupo Kroton. Para o autor “há vantagens específicas oferecidas pelo Brasil e por outros países para a instalação de atividade internacionais nas IES”, e com isso a “implementação de um conjunto de práticas de gestão da educação transnacional e acadêmica” (SOUZA, 2008, p. 7).

Souza nos ajuda a enxergar mais um dos impactos da financeirização do capital na educação superior. O autor destaca as vantagens oferecidas pelo Brasil na consolidação das operações comerciais envolvendo empresas educacionais brasileiras e empresas internacionais. Para nós, a análise do autor é importante porque nos indica que um elemento importante para pensar no fenômeno da financeirização é a função que o aparelho de Estado desempenha para sua consecução. As facilidades que o Brasil apresenta para que tais projetos se concretizem residem na flexibilidade que o ordenamento jurídico estabelece para que sejam empreendidos. Um conjunto de ações estabelecidas pelas políticas públicas anunciadas como empreendedoras de uma “gestão educacional” que adequará os alunos-clientes brasileiros às “exigências do mercado internacional”, é capitaneado pelo Estado e favorecem a consolidação das estratégias do capital educador (EVANGELISTA, 2014). Ademais, a concepção de Souza pode estar limitada em certa medida porque ao analisar a financeirização como um processo inerente ao campo da economia ou do Estado, nos parece que o autor não vê o fenômeno como pertencente à totalidade do sistema do capital. Da mesma maneira, a ideia do autor pode estar restrita ao conceber o Grupo Kroton com suas fusões e aquisições internacionais como um agente causador do processo. Neste ponto, discordamos do autor porque para nós a financeirização é um fenômeno inserido na totalidade do capital, que se expressa nas ações do Estado capitalista e que demanda processos como a internacionalização para que possa haver o mais alto grau possível de produção de mais valor do valor pela expropriação do trabalho.

Silvestre (2014) analisou o desempenho econômico-financeiro das companhias brasileiras de educação superior com capital aberto. Para o autor, “no Brasil, em 2007, surgiram as primeiras empresas educacionais de capital aberto, Anhangüera, Estácio e Kroton, cercadas

por grandes expectativas de resultados futuros positivos e de elevados e rápidos retornos aos investidores” (SILVESTRE, 2014, p. 6). Ele indica que o Grupo Kroton “destruiu/consumiu valor dos acionistas no período de estudo, entretanto, iniciou um processo de recuperação em 2012 e em 2013, após seis anos destruindo/consumindo valor, pela primeira vez gerou valor aos acionistas” (SILVESTRE, 2014, p. 6).

O estudo de Silvestre nos auxilia a pensar numa outra característica da financeirização, qual seja: a capacidade da empresa financeirizada recuperar-se economicamente numa fração maior que o esperado. Além de o autor chamar atenção assim como Ruas (2015) para o período em que se intensificou o processo no caso do Grupo Kroton, qual seja: o ano de 2007. A concepção do autor nos ajuda em nossa investigação quando destaca a capacidade da empresa financeirizada se recuperar economicamente em determinado período de tempo, superando as expectativas dos capitalistas investidores, tal como veremos, ocorre com o Grupo Kroton. Isso porque é inerente ao processo produtivo na financeirização que o capital financeiro investido no capital industrial eleve seu montante em grande medida, em razão do grau de expropriação do trabalho elevado na produção de mais valor do valor. Contudo, a ideia do autor pode estar limitada porque indica que está pensando no fenômeno de maneira restrita ao campo da economia sem considerar que integra o sistema maior do capital. Assim como indica que o Grupo Kroton é um agente causal do processo e não uma de suas expressões, que atua como aparelho privado de hegemonia na busca pela manutenção da dominação de classe, por meio de suas práticas financeirizadas e empreendedoras de uma educação comprometida com os interesses da burguesia, como pensamos.

Paiva (2011) examinou as estratégias e o desempenho financeiro de IES privadas de educação superior brasileira, entre elas o Grupo Kroton. Segundo o autor, determinados fatores “influenciaram a geração de valor das instituições privadas de ensino superiores brasileiras entre os anos de 2006 e 2009”. Tais fatores consistem em

Envolvimento do País em Negócios Internacionais, Fatores Nacionais de Produção, Fatores Macroeconômicos, Fatores Sociais, Condições de Oferta, Condições de Demanda, Regime de Incentivo e de Regulação da Concorrência, Estrutura de Mercado, Firma e Estratégia. (PAIVA, 2011, p. 6)

A análise de Paiva nos ajuda em nosso estudo porque apresenta alguns dos fatores que indica como favorecedores da ascensão

econômica de IES brasileiras incluindo o Grupo Kroton. Para o autor, a política econômica que empreende medidas para serem praticadas nas operações comerciais entre empresas nacionais e empresas internacionais, aliadas àquilo que o autor denomina “fatores sociais e de mercado”, possibilitam o bom desempenho financeiro de tais empresas. A concepção de Paiva (2011) nos auxilia a entender nosso tema de pesquisa, pois pensamos que as condições do capitalismo no Brasil, incluindo as medidas do Estado como seu mediador e como possibilitador de um sistema econômico que aparece como autônomo, mas que na realidade trata-se de uma manifestação das bases materiais localizadas no campo da produção capitalista, é que criam as condições necessárias à consecução do processo de financeirização.

Porém, a visão de Paiva (2011) se mostra um tanto limitada porque preconiza que o processo de financeirização ocorre em virtude de fatores, quais sejam, “fatores sociais e de mercado”, que na verdade, em nossa concepção são expressão do fenômeno e não seus causadores. Para nós, o funcionamento do mercado e o contexto social que o envolve são elementos funcionantes que se expressam de acordo com as determinações do fenômeno da financeirização, isto é, são as necessidades dos processos materiais de produção de mercadorias qualificados pelas necessidades da fase atual do capitalismo, que requerem que o mercado funcione de maneira a favorecer a financeirização, bem como que a sociedade passe a exprimir as características do fenômeno. Além disso, para o autor, o sistema econômico é autônomo e independente, de modo que não considera o movimento maior do capital, isto é, a totalidade em que se localiza o fenômeno da financeirização e os processos que o tornam possível.

Sebim (2014) pesquisou a intensificação do trabalho docente na financeirização da educação superior, com foco no caso do Grupo Kroton situado no estado do Espírito Santo. Segundo a autora, houve transformações no trabalho docente decorrentes do “processo de inserção da educação superior na Bolsa de Valores” (SEBIM, 2014, p. 9).

A autora destaca que após o grupo Kroton adquirir, em 2008, duas IES privadas situadas no ES e iniciar seu gerenciamento sob a marca “Pitágoras”

[...] houve uma intensificação da exploração do trabalho docente e uma redução da autonomia do professor no que concerne às atividades de planejamento e ensino foi confirmada: pelo excessivo acréscimo de trabalho (Termo e Aula estruturada); pela diversidade de disciplinas a que o

professor esteve sujeito a ministrar; pelo regime de tensão que balizou a organização do trabalho (aumento das demissões); pela exclusão da participação do professor na escolha do referencial teórico e metodológico. (SEBIM, 2014, p. 9)

A pesquisa da autora bem como sua concepção acerca de como funciona a produção e o comércio da educação superior do Grupo Kroton, é uma importante lente teórica em nossa investigação porque indica uma das consequências do fenômeno da financeirização no caso específico de tal empresa. Concordamos com a autora e apoiamos-nos em sua ideia porque pensamos que para a criação de mais valor a partir do valor (para a criação da mercadoria dinheiro a partir do valor extraído da produção material), ou seja, quando a mercadoria principal é o valor, é necessário um alto grau de expropriação do trabalho que possibilite a criação do capital excedente que se transformará no capital fictício, ou portador de juros. Assim, é necessário que o Grupo Kroton intensifique a exploração do trabalho docente e aumente seu tempo de trabalho, como o de todos os outros trabalhadores que produzem a mais valia na empresa. Tais fatores se expressam materialmente nas condições de trabalho dos professores e de todos os outros envolvidos no processo. Sebim (2014) também indica um elemento importante para pensar no tema, que é a questão do período em que a financeirização se intensificou no Brasil. Segundo a autora, teve início em 2007 o processo que possibilitou ao Grupo Kroton sua inserção como empresa de capital aberto na bolsa de valores, seguido de suas fusões e aquisições com empresas internacionais, da compra de empresas educacionais brasileiras menores, isto é, da expansão das expropriações sociais que possibilitam a produção do capital excedente que dá origem ao capital fictício, especulador, bem como de todo o processo.

Realizadas tais considerações acerca da concepção dos autores estudados nesta parte do trabalho, bem como identificadas as lentes teóricas que nos ajudam a analisar o modo de funcionamento do Grupo Kroton, na produção e no comércio da mercadoria educação superior, para a criação do capital excedente, portador de juros, que se constitui em outra mercadoria (a mercadoria dinheiro), que, no caso específico do Kroton se trata de ações na bolsa de valores, podemos passar a discussão acerca de como tal empresa empreendeu o negócio da educação nos anos de 2007 e de 2016.

3. O GRUPO KROTON

Esta seção apresenta e analisa uma parte do Grupo Kroton, qual seja, as informações relativas à produção e a comercialização da educação que nos mostram a maneira como se dá o processo, com o objetivo de verificar o fenômeno da financeirização na produção e no comércio das mercadorias do Kroton, de acordo com as informações encontradas em sua página virtual. Segundo o site, trata-se de “uma das maiores organizações educacionais privadas do Brasil e do mundo” (KROTON, 2016a) e funciona sob a égide da lei de sociedades anônimas (BRASIL, 1976) e do seu próprio *Estatuto Social* (KROTON, 2016a). Segundo o Grupo, possui

Mais de 40 anos no mercado brasileiro de educação. Operações integradas do Ensino Básico ao Ensino Superior com presença nacional. Marcas reconhecidas no setor de educação (Pitágoras e INED⁷). Gestão Qualificada e Alto Padrão de Governança Corporativa. (KROTON, 2016a)

É o responsável por 80% das matrículas na Educação Superior privada brasileira, caracterizando-se como seu maior provedor (KROTON, 2016a).

Para nós, o Kroton é um Grupo econômico especializado na produção e na comercialização de mercadorias diretamente relacionadas à educação, visando auferir a partir de tal produção o capital excedente que se transformará em outra de suas mercadorias: a mercadoria dinheiro. A mercadoria dinheiro, por sua vez, é comercializada na Bolsa de Valores, em forma de ações.

Com respeito a mercadoria educação superior do Grupo Kroton, cuja produção direta e o comércio dá lugar à produção de mais valor do valor (produção de dinheiro a partir do próprio dinheiro), encontra-se no artigo 2º de seu *Estatuto Social*, a listagem seguinte:

Artigo 2º. A Companhia tem por objeto social⁸ exercer as seguintes atividades: (a) desenvolvimento e/ou a administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação em todos os níveis; (b) desenvolvimento e/ou administração de atividades de ensino, regulamentada ou não regulamentada, em todos os níveis, utilizando metodologias presenciais ou à distância; (c)

⁷ Instituto Nacional de Educação à Distância.

⁸ Objeto social de uma empresa é aquilo que ela comercializa, sua atividade econômica. É um elemento formal necessário que compõe os estatutos sociais. O objeto social deve indicar com clareza e precisão as atividades, mercadorias e serviços que a empresa vende.

desenvolvimento e/ou administração de atividades de pesquisa e extensão; (d) edição, produção, distribuição e comercialização de conteúdos e materiais didáticos impressos ou digitais; (e) comércio atacadista e varejista, distribuição, importação, exportação de material didático, paradidático, revistas, jornais, livros e demais publicações dirigidas à educação de todos os níveis, bem como licenciamento para produtos escolares e de natureza pedagógica; (f) intermediação e representação de venda de material didático, paradidático, revistas, jornais, livros e demais publicações dirigidas à educação de todos os níveis, inclusive com o recebimento de comissões pelas vendas; (g) gestão de direitos autorais de obras literárias ou objetos de aprendizagem, impressos ou digitais; (h) prestação de serviços educacionais e serviços de treinamento, qualificação, assessoria, avaliação e demais serviços relacionados a educação; (i) administração de bens e negócios próprios; (j) guarda e conservação de mercadorias e gêneros educacionais e/ou didáticos pertencentes a terceiros; e (k) participação, na qualidade de acionista ou quotista, em outras sociedades que explorem ou exerçam as atividades acima indicadas, no Brasil ou no exterior. (KROTON, 2016a)

De acordo com o documento - o *Estatuto Social*, o Grupo Kroton tem como sua principal atividade econômica a produção, gerência e comercialização de produtos educacionais, compreendendo diversas práticas que compõe a produção direta da educação. Podemos entender tal prática como o monopólio da educação privada, porque o Kroton detém, de maneira predominante, uma elevada quantidade de meios de produção da educação, bem como possui as condições mais favoráveis à sua comercialização, atuando por meio da concentração destes capitais. Com respeito aos monopólios como elementos característicos da produção capitalista, Lenin (2012), nos explica que

Os monopólios são frutos da intensificação da concentração e da centralização do capital. A concentração se baseia na ampliação do capital constante na produção, na forma de maquinaria e equipamentos; a centralização do capital se refere à conformação das fusões e aquisições que formarão enormes blocos de capital organizados na grande e típica empresa capitalista, sob a forma de sociedades anônimas. (LENIN, 2012, p. 17)

De acordo com o dispositivo (artigo 2º) do *Estatuto Social* do Kroton apresentado, o Grupo possui, tanto os meios de produção direta da educação de maneira maciça e concentrada, quanto o poder necessário para empreender grandes aquisições e fusões no setor

educacional brasileiro, como veremos adiante, exatamente como Lenin (2012) nos ensina sobre a natureza dos monopólios.

Para demonstrarmos como o direito social à educação foi transformado em mercadoria no caso do Grupo Kroton, assim como para entendermos, de que maneira a educação vêm sendo produzida para a manutenção da capilarização das bases sociais do capitalismo, por meio da formação da classe trabalhadora nos moldes que melhor servem às expropriações sociais e às mercantilizações que regem a vida social (FONTES, 2010), pensamos ser necessário conhecer uma parte do desenvolvimento econômico e territorial do Grupo, a partir de meados da década de 1960, quando iniciou o negócio da educação, passando pela década dos anos de 1990, quando consolidou sua atividade econômica com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 permitindo que IES privadas pudessem ter “fins lucrativos” (SGUISSARDI, 2008), até os anos 2000 (KROTON, 2016b), época em que o Governo do Partido dos Trabalhadores empreendeu políticas educacionais focais para a anunciada democratização da educação por meio de programas de financiamento educacional em Instituições Privadas de Ensino (LEHER, 2010).

3.1 Histórico do Grupo Kroton⁹

O Grupo Kroton surgiu em 1966 com o curso pré-vestibular Pitágoras em Belo Horizonte - MG, como um “empreendimento na área de educação” (KROTON, 2016b). Em dois anos se expandiu e em 1972 foi criado o Colégio Pitágoras. Em 1974 inaugurou o Colégio Pitágoras Cidade Jardim e “nascia então, o que é hoje um dos maiores grupos educacionais do Brasil” (KROTON, 2016b).

Na década de 1980 o Pitágoras dirigiu escolas no Iraque e na Mauritània, visando atender alunos brasileiros que viviam naqueles países. Em 1990 foi criada a Rede Pitágoras de Ensino para a construção de um “modelo diferenciado para a expansão do Ensino Básico”. Podemos observar que os *slogans* (EVANGELISTA, 2014) do Kroton são expressão do seu processo de produção da educação, pois procuram indicar um trabalho social empreendido pela empresa para o bem comum, elidindo o objetivo maior dela, qual seja: a produção e o

⁹ As informações utilizadas para construção desta parte do trabalho foram coletadas da página virtual do Grupo Kroton: <http://www.kroton.com.br/> nas seguintes abas: “Sobre a Kroton”, “Histórico”, “Anos 60” até “2013”. Acesso em 24 de março de 2016.

comércio da educação visando o alcance do capital excedente que se tornará a mercadoria dinheiro.

O Grupo econômico que iniciou seu negócio no final de década de 1960, tendo como meta o empreendimento educacional, imprimia no seu modelo de ensino a natureza de mercadoria. No decorrer dos anos 1990, tal modelo possuía um caráter “diferenciado”, indicado pelo Grupo como “um conjunto de escolas comprometidas com o aperfeiçoamento contínuo da qualidade dos serviços prestados” (KROTON, 2016b) objetivando ocupar mais espaços na sociedade pela oferta da Educação Básica.

Em 1999, objetivando “viabilizar projetos educacionais em instituições públicas e privadas”, surgiu a Fundação Pitágoras. No início dos anos 2000 no contexto do “novo marco regulatório do setor de educação” surgiu a primeira Faculdade Pitágoras, com um sistema de ensino criado em parceria com a *Apollo International*¹⁰ (KROTON, 2016b). Tal marco regulatório do setor da educação foi a promulgação da LDB de 1996, inclusive, segundo o Grupo Kroton,

A partir da promulgação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Governo Federal lançou uma série de medidas para incentivar o investimento privado no segmento de educação superior. As principais iniciativas adotadas foram a flexibilização das regras para a abertura de cursos e instituições e a regulamentação da lei que permitiu a existência de instituições de Ensino Superior constituídas como empresas com fins lucrativos. (KROTON, 2016c, p. 188)

Tendo em vista o referido documento, percebemos que a intensificação do negócio do Kroton, se tornou possível com a formulação da política educacional do Brasil no decorrer da década de 1990, que autorizou às instituições de ensino superior privada que comercializassem a educação com fins lucrativos. Assim, foi em 1996 com o advento da LDB que a educação privada se consolidou mercadoria no Brasil (SGUISSARD, 2014).

Podemos analisar esse fragmento do documento do Kroton, na perspectiva das ações do Estado para possibilitar a criação e a circulação do capital portador de juros a partir da produção direta e do comércio da educação superior, que, financeirizada exprime determinadas

¹⁰ É uma empresa dos EUA que oferece sistemas de segurança nos negócios (APOLLO, 2016). Disponível em <http://www.apollointernational.com/>. Acesso em 24 de março de 2016.

características que veremos adiante. Neste ponto, devemos retomar a concepção de Chesnais (2005), quando nos mostrou que os movimentos de desregulamentação, descompartimentação e desintermediação da economia, favoreceram a produção do capital portador de juros por meio da extração de mais-valor em grandes concentrações de capitais (monopólios). No caso do Brasil, verificamos a flexibilização para a produção e o comércio da educação na política educacional, no texto da LDB de 1996 – que autorizou que IES pudessem ter fins de lucro. Verificamos ainda, a concentração de capitais no caso do Grupo Kroton através de suas fusões, associações e aquisições – negócios empreendidos para garantir o mais elevado grau de expropriações sociais (FONTES, 2010), capazes de produzir o lucro (a finança).

Em 2007, no contexto das condições favoráveis¹¹ expressadas na chancela do Estado para que o Kroton produzisse educação como mercadoria, o então Grupo Pitágoras abriu seu capital na BM&FBovespa¹² sob o nome “Kroton Educacional - KROT11, possibilitando a consolidação de uma fase de grande expansão e desenvolvimento da companhia”. Uma empresa abre seu capital na BM&FBovespa quando por meio de tal entidade oferece participação em seus negócios à outras empresas. Tal participação ocorre por meio de investimentos financeiros, fusões, aquisições, compra e venda de unidades de um grupo econômico, entre outras atividades comerciais reguladas tanto por leis federais quanto pelas regras do próprio “centro de negócios” (BM&FBovespa, 2017).

Em 2009 “recebeu um novo aporte financeiro de um dos maiores fundos de *Private Equity*¹³ do mundo, a *Advent International*¹⁴”, que

¹¹ Em 2007, as políticas de expansão para a democratização da educação superior intensificadas e empreendidas pelo Governo do PT consolidaram a possibilidade de empresas privado-mercantis com fins de lucro (SGUISSARD, 2014), comercializarem a ES por meio da abertura de ações na bolsa de valores. Este movimento deu lugar ao ingresso de empresas de diversos setores, nacionais e internacionais, no campo da produção educacional, pois, com a garantia do alcance a um elevado grau de lucro no mercado educacional brasileiro, empresários rentistas passaram a fazer parte de maneira direta da formulação das bases da educação superior brasileira.

¹² A bolsa de valores é o mercado organizado onde se negociam ações de sociedades de capital aberto (públicas ou privadas) e outros valores mobiliários (BOVESPA, 2016). Disponível em http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/. Acesso em 24 de março de 2016.

¹³ É um tipo de atividade financeira realizada por instituições que investem em empresas que ainda não são listadas em bolsa de valores, com o objetivo de alavancar seu desenvolvimento. Esses investimentos são realizados via Fundos de *Private Equity* (BM&FBovespa, 2017). Disponível em http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/. Acesso em 15 de outubro de 2017.

¹⁴ “Advent International tem vindo a investir no Brasil, desde a abertura do seu escritório em São Paulo em 1997. Nossa equipe local de 16 profissionais já trabalhou em 19 investimentos no Brasil e em outros mercados latino-americanos e apoiado numerosas aquisições por

passou a compartilhar o controle da companhia com os sócios fundadores. No ano de 2010 realizou “a maior aquisição do setor de educação superior do Brasil”. Comprou a IUNI Educacional, “instituição que oferece programas de graduação e pós-graduação sob as marcas UNIC, UNIME e FAMA¹⁵” (KROTON, 2016b).

Só no ano de 2011, o Kroton comprou quatro instituições de Ensino Superior. No mês de julho adquiriu a Faculdade Atenas Maranhense, em São Luís e Imperatriz – MA, e a Faculdade União, em Ponta Grossa – PR. No mês de novembro comprou a FAIS – Faculdade do Sorriso no Mato Grosso – MT, e em dezembro, realizou “a maior aquisição da história da educação”, comprou a UNOPAR – Universidade do Norte do Paraná, tornando-se “líder no setor de educação à distância do Brasil” (KROTON, 2016b).

Em abril do ano de 2012 o Grupo comprou o Centro Universitário Cândido Rondon (UNIRONDON) em Marechal Cândido Rondon - PR, e em maio, adquiriu o Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI) em São Paulo, “fortalecendo sua liderança na educação à distância” (KROTON, 2016b).

Em 2013 deu início ao processo de associação com a Anhanguera Educacional para “formar a maior empresa de educação do mundo”; a fusão possibilitou a expansão do mercado de atuação do Grupo, que passou a possuir “125 unidades de Ensino Superior, presentes em 18 estados e 83 cidades brasileiras, além de 726 Polos de Graduação EaD credenciados pelo MEC em todos os estados brasileiros e também no Distrito Federal” (KROTON, 2016b). Neste ano também houve a expansão de 40 polos de educação à distância da UNOPAR.

O processo de associação com a Anhanguera foi aprovado pelo CADE¹⁶ em 2014, mediante acordo celebrado entre as companhias após

empresas da carteira existentes. A equipe se concentra em aquisições e investimentos de crescimento de capital em cinco setores principais do Advento: negócios e serviços financeiros; cuidados de saúde; industrial, incluindo infraestrutura; varejo, consumo e lazer, inclusive a educação; e tecnologia, media e telecomunicações” (ADVENT, 2016). Disponível em <https://www.adventinternational.com/global-reach/brazil/>. Acesso em 24 de março de 2016.

¹⁵ São instituições de Ensino Superior que o Kroton adquiriu. Informações sobre UNIC (Universidade de Cuiabá) em <http://www.unic.br/> - sobre a UNIME (União Metropolitana para o Desenvolvimento da Educação e Cultura Ltda) em <http://www.unime.edu.br/>, e sobre a FAMA (Faculdade de Macapá) em <http://www.faculadademacapa.com.br/>. Acesso em 24 de março de 2016.

¹⁶ O Conselho Administrativo de Defesa Econômica é uma autarquia federal brasileira, vinculada ao Ministério da Justiça, que tem como objetivo orientar, fiscalizar, prevenir e apurar abusos do poder econômico, exercendo papel tutelar da prevenção e repressão do mesmo. O Tribunal do CADE tem o papel de julgar sobre matéria concorrencial os processos encaminhados por sua Superintendência-Geral. Desempenha os papéis preventivo, repressivo e

os pareceres da Superintendência-Geral do CADE (KROTON, 2016d) e da Procuradoria Federal Especializada junto ao CADE (KROTON, 2016e). O acordo que selou a fusão entre Kroton e Anhanguera se baseou num “Acordo de controle de concentrações” (KROTON, 2016d), que estabeleceu o seguinte:

Por meio do ACC, as Companhias se comprometeram a alienar a Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda., detentora do Centro Universitário Leonardo da Vinci, que oferece cursos de graduação na modalidade de ensino a distância (EAD) sob a bandeira Uniasselvi, bem como duas instituições de ensino superior que oferecem cursos presenciais em Rondonópolis e Cuiabá. As Companhias também assumiram, com o ACC, o compromisso de limitar o número de alunos que poderá ser captado por suas bandeiras em determinados cursos EAD em 48 municípios específicos, até 2017. Além disso, e pelo mesmo período, as Companhias se comprometeram a não utilizar concomitantemente suas bandeiras para captar novos alunos em determinados cursos EAD em municípios nos quais ambas venham a atuar. Com relação aos cursos EAD/municípios não afetados por tais compromissos, as atividades de Unopar e Uniderp permanecem inalteradas, inclusive no que se refere a seus respectivos planos de expansão. As Companhias também assumiram o compromisso de investir na capacitação de professores e tutores, reiterando seu compromisso contínuo de oferecer ensino de qualidade a seus alunos. (KROTON, 2016d)

Pensamos que o compromisso firmado pelo Kroton, segundo o documento (KROTON, 2016d) sobre não monopolizar a captação de alunos em determinadas localidades por certo período de tempo, não garante que o seu modelo de educação não será produzido nas IES que comercializarem a mercadoria nas mesmas condições, isto é, com base na extração da mais valia advinda da produção da educação, baseada na concentração de capitais, constituindo o monopólio (LENIN, 2012).

Notamos que a lógica da financeirização, como nos ensina Marx (2008), Lenin (2012), Chesnais (2005) e Fontes (2010), está impregnada na totalidade do processo de produção da educação empreendida pelo Grupo Kroton, porque é o próprio fenômeno que conforma e determina a produção e o comércio de tal educação. O Kroton, de acordo com as informações de seu próprio histórico é um Grupo Econômico especializado na produção e no comércio de maneira genérica (artigo 2º

do *Estatuto Social*) e em larga escala, justamente com o fim explícito de gerar o mais alto grau de lucro, anunciando a oferta de uma educação de alto padrão de qualidade e garantidora de oportunidades no mercado de trabalho e de aumento de salário, para atrair a classe trabalhadora¹⁷.

Para nós, o que o referido “acordo de controle de concentrações” estabelece é que seja amenizada a formação dos oligopólios, assim como nos ensina Ruas (2015), entendidos aqui como blocos econômicos formados por IES privadas (SGUISSARD, 2014).

Verificamos que as restrições impostas pelo CADE ou por outros órgãos do Estado que funcionam como fiscalizadores das fusões e aquisições dessas empresas capitalistas de educação, como é o caso do Grupo Kroton, na realidade servem mais para encobrir o processo material de financeirização que sustenta a produção direta da educação, do que para combatê-lo. Estamos concebendo a produção direta da educação, no caso do Kroton como o empreendimento daquelas práticas constantes no artigo 2º de seu *Estatuto Social* (KROTON, 2016a), apresentado anteriormente. No caso do Grupo Kroton, que nesta pesquisa constitui a expressão do fenômeno da financeirização criador de um alto grau de lucro excedente, isto é, do capital portador de juros e fictício (MARX, 2008), proveniente do processo de produção da mercadoria educação com base no mais alto grau de expropriações sociais possíveis (FONTES, 2010) - pois sem elas não seria possível a obtenção de lucros tão elevados - verificamos que o fenômeno da financeirização envolve a maneira do Grupo produzir e comercializar a mercadoria educação (larga escala, por meio de oligopólios, de acordo com as práticas estabelecidas no artigo 2º do *Estatuto Social*). Também podemos perceber aspectos caracterizadores da financeirização na prática do Grupo Kroton em inserir e comercializar ações (capital fictício, portador de juros) na bolsa de valores, ou seja, o Kroton transforma o capital excedente, produto da extração de mais valia do processo de produção direta da educação, em capital financeiro, fazendo com que ele próprio se torne mercadoria: a mercadoria dinheiro. Assim, pensamos que as mercadorias do Kroton se constituem em: educação (atividades constantes no artigo 2º do *Estatuto Social*) e dinheiro (finança, capital portador de juros) proveniente do comércio da educação.

Em 2015, visando cumprir as condições estabelecidas no acordo celebrado perante o CADE sobre a associação com a Anhanguera, o

¹⁷ Ver anexo 2.

Grupo Kroton alienou algumas das instituições que integram a UNIASSELVI. (KROTON, 2016f)

E, finalmente, em 2016 o Grupo se associou à Estácio Participações S.A. numa “combinação de negócios” (KROTON, 2016g). Segundo o documento,

O Grupo [...] acredita que a mesma traria benefícios para ambas as empresas, seus negócios, alunos, acionistas e demais *stakeholders*. A operação possui um forte racional estratégico em razão da alta complementaridade geográfica, do amplo potencial de sinergias e de ganhos de eficiência (conforme análises realizadas com informações públicas), e em especial, do fortalecimento dos investimentos na qualidade dos seus serviços educacionais. A base para tal potencial combinação consiste em uma operação que não envolveria pagamento em dinheiro, mas tão somente ações de emissão da Kroton. Para determinação dos valores das empresas em uma potencial combinação de negócios, a Companhia considera, com base em estudos internos com apoio dos nossos assessores, uma relação de troca de 0,977 ações ordinárias de emissão da Kroton para cada ação ordinária de emissão da Estácio baseada no preço médio ponderado pelo volume de negociação das ações das empresas na BM&FBovespa para os 30 (trinta) pregões imediatamente anteriores a este Fato Relevante. Com base nesta relação de troca, as ações da Companhia, após as emissões necessárias, seriam distribuídas entre os acionistas da Estácio e da própria Companhia na proporção de, aproximadamente, 15,7% e 84,3%, respectivamente. (KROTON, 2016g)

Desta maneira, podemos verificar que na biografia do Kroton, ou seja, nos documentos que registram o seu desenvolvimento, um dos pontos que merece destaque é a capacidade de se expandir e de intensificar seu negócio no setor de educação a partir dos anos finais da década de 1990, assim como Ruas (2015) nos mostrou. Além deste, outro ponto relevante é quanto sua capacidade de se transformar em empresa com capital aberto na bolsa de valores no final dos anos 2000. Notamos então, que houve uma acelerada expansão dos números de IES do Kroton, principalmente após a promulgação da LDB de 1996, caracterizando a formação de oligopólios (SGUISSARD, 2014).

Entendemos que tais empreendimentos se tornaram possíveis por meio da política de expansão da Educação Superior, que, empreendida nos anos finais do Governo neoliberal de FHC e intensificadas durante os Governos do PT (LEHER, 2010), estabeleceram práticas, quais sejam: a flexibilização para abertura de cursos de graduação, a

possibilidade de financiamento para estudantes do ES pelo FIES, a autorização para que IES pudessem ter fins de lucro, a oferta de bolsas pagas pelo fundo público às IES privadas para estas ofertarem vagas na educação superior via PROUNI.

No decorrer da consolidação de tal política educacional, programas que discutiremos adiante, tais como o PROUNI e o FIES foram formulados (no caso do PROUNI) e reformulados (no caso do FIES) para regulamentar a LDB, e possibilitar que valores pertencentes aos fundos públicos, fossem transferidos para IES como forma de financiamento da Educação Superior (SGUISSARD, 2014).

Assim, percebemos que meios foram encontrados para que empresas como o Grupo Kroton pudessem se tornar predominantes na produção e no comércio da educação superior, intensificando práticas mercadológicas no seu caráter. A educação superior privada, anunciada pelo Governo como direito social e oferecida como serviço pelo Kroton, consolidou-se como mercadoria por excelência, uma das mais rentáveis como nicho de mercado¹⁸ (tendo em vista a possibilidade da obtenção de alto grau de lucro extraído de sua produção direta e comercialização), tanto no campo da Educação Básica quanto no campo da Educação Superior. Tendo em vista a elevada presença (predominante) das atividades econômicas do Kroton no Brasil, vejamos seus mercados de atuação.

3.2 Mercados de atuação do Grupo Kroton¹⁹

Segundo o Grupo Kroton, a empresa comercializa serviços educacionais na Educação Básica e na Educação Superior vendendo cursos técnicos e preparatórios, em parceria com outras marcas²⁰. De acordo com o histórico do grupo (KROTON, 2016b), e segundo consta em seu Formulário de referência 2016 (KROTON, 2016c), as atividades comerciais se iniciaram com a participação do Kroton na oferta da Educação Infantil. Segundo o documento

¹⁸ Nichos de mercado são segmentos (grupos específicos de compradores ou clientes) cujas necessidades particulares são pouco exploradas ou inexistentes. Em tais condições, empresas empreendem estratégias para aproveitamento de nichos, consistentes na identificação das bases de segmentação, que quando explorados, representam vantagem competitiva à empresa.

¹⁹ As informações utilizadas para construção dessa parte do trabalho foram coletadas no endereço <http://www.kroton.com.br/>, abas: “Sobre a Kroton” e “Mercados de atuação”. Acesso em 25 de março de 2016.

²⁰ Anhanguera, Faculdade de Macapá (Fama), Instituto Luís Flávio Gomes (LFG), Pitágoras, Pitágoras Colégios, Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi) e Universidade de Cuiabá (Unic).

A Educação Infantil — oferecida em creches (para crianças de até três anos) ou pré-escolas (crianças de quatro até cinco anos de idade) — é a primeira etapa da Educação Básica e, por isso, tem por objetivo o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. A avaliação da educação infantil é realizada mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (KROTON, 2016c, p. 201)

Na Educação Básica mantém a Fundação Pitágoras como um “investimento social” (KROTON, 2016e). Segundo o Grupo

A responsabilidade social também faz parte da vocação da Kroton. A missão da Companhia é prover soluções em educação adequadas às necessidades das pessoas e instituições e, acredita que, a Kroton participa ativamente do processo de melhoria da qualidade educacional do País seja: formando cidadãos críticos e criativos; se relacionando de forma transparente e clara com seus *stakeholders*; e participando das comunidades onde está inserida através da atuação dos alunos, corpo docente e colaboradores, que promovem atendimentos melhorando a qualidade de vida das pessoas. Em abril de 1999, a Kroton criou a Fundação Pitágoras, que tem como missão melhorar a gestão de organizações educacionais, contribuindo para a qualidade da educação no País, especialmente nas redes públicas de ensino. As empresas parceiras são patrocinadores financeiros, o que torna a atuação da Fundação Pitágoras financeiramente auto-sustentável. É importante ressaltar que, ao atuar de forma tão abrangente perante a redes públicas, a Fundação favorece também a sua inserção empresarial como fornecedora de produtos e serviços para uma demanda potencial de enorme dimensão. (KROTON, 2016e)

Observamos que os fundamentos da educação do Kroton são “soluções adequadas” que visam atingir a “melhoria da qualidade educacional” e formar cidadãos “críticos e criativos”, pensamos que estes são *slogans* que o Grupo utiliza para propagandear sua mercadoria encobrindo seu real objetivo: produzir prioritariamente o lucro por meio do processo de produção financeirizado da educação e do comércio de tal mercadoria e da mercadoria dinheiro, que surge no fenômeno. O problema que destacamos é que tais soluções são adequadas preferencialmente às necessidades das empresas, ou seja, os cidadãos críticos e criativos são construídos para atender às demandas do “mercado” e do trabalho, para, a partir disso melhorarem sua qualidade de vida. Porém, pensamos que a qualidade da vida do sujeito trabalhador

não irá necessariamente “melhorar” pelo fato dele ter sua educação reduzida às exigências do mercado e do trabalho, o que isso garantirá é que o grau de expropriação que sofra seja o maior possível (FONTES, 2010). Além de produzir a educação em tais moldes e com tais objetivos, o Kroton provê produtos e serviços para escolas públicas e IES, consolidando seu oligopólio (RUAS, 2015) pela participação na Educação Básica e na Educação Superior, por meio de políticas e programas do Estado (SGUISSARD, 2014).

Segundo o Grupo, a Fundação Pitágoras “atua de forma integrada e diversificada, operando 2 [sic] escolas próprias e provendo serviços de educação, tecnologia de ensino e material didático para uma rede de mais de 800 escolas associadas” (KROTON, 2016h). É apresentada como

[...] uma organização sem fins lucrativos, que viabiliza projetos educacionais em instituições públicas e privadas. O objetivo é transferir tecnologia de gestão e capacitar os profissionais para melhorar o desempenho dos alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Adicionalmente, a Companhia possui projetos de responsabilidade social em todas as suas unidades de Ensino Presencial que no último ano realizaram mais de 1 milhão de atendimentos, principalmente nas áreas de saúde e Bem-estar. (KROTON, 2016h)

O Kroton tem no segmento da Educação Básica pública um dos seus nichos de mercado, pois, em acordos com o Estado, por meio de políticas e programas, vende as “tecnologias de gestão” e “capacitação de profissionais” para consolidar seu monopólio na produção da educação, encoberto por uma anunciada “responsabilidade social”.

Para o Kroton, “o Brasil é o maior mercado de Educação Básica da América Latina”. O grupo apresenta dados do relatório *Indicadores Estadísticos del Sistema Educativo del Mercosur* em sua página virtual (KROTON, 2016h), que indica 58 milhões de alunos matriculados na Educação Básica.

O foco dos investimentos do Governo Brasileiro nos últimos anos tem sido a promoção e a disseminação da Educação Básica, para o qual destina aproximadamente 80% da verba de educação. A rede pública de ensino concentra cerca de 83% das matrículas da Educação Básica, segundo o Censo Escolar de 2013 do INEP. (KROTON, 2016h)

Assim, segundo o documento (KROTON, 2016h), a Educação Básica desde os anos 1990 é um dos amplos nichos de mercado do Kroton. Ademais, o fundo público é que detém o maior número de matrículas na rede, como indica o documento (KROTON, 2016h). Em razão de 83% das matrículas na Educação Básica estarem concentradas nas escolas públicas, o Grupo Kroton atua pela comercialização de suas tecnologias, naquelas escolas, permanecendo inserido de uma forma (na oferta direta da educação por meio de suas escolas privadas) ou de outra (por meio da implantação de suas tecnologias nas escolas públicas) na produção da educação básica, também.

Contudo, é no setor da Educação Superior que o Kroton possui seu maior campo de atuação. É o campo onde investe em maior medida: “alinhado com os programas do Governo Federal, a Kroton também disponibiliza bolsas de estudo e financiamento estudantil com o objetivo de permitir o acesso de todos a um ensino superior de qualidade reconhecida pelo MEC” (KROTON, 2016h). Segundo o Grupo

[...] o setor de ensino superior é dominado por entidades privadas, as quais foram responsáveis por grande parte do crescimento no número total de matrículas nos últimos anos, consolidando seu papel de principal provedor de Ensino Superior no Brasil. (KROTON, 2016h)

Podemos observar que, favorecido pela política educacional formulada pelo Estado e pela sociedade civil, o Kroton tem na Educação Superior seu maior nicho de mercado.

Segundo o Kroton, a Educação Superior é um “mercado de dimensão internacional” (KROTON, 2016h), ou seja, o Grupo possui condições para comercializá-la em outros países, pois há espaços para sua inserção no mercado internacional de Educação. Ademais, segundo o documento, no Brasil ainda há a possibilidade de elevado grau de expansão do comércio da ES, em razão do número de matrículas neste nível de ensino ainda ser inferior ao de outros países: “dado o baixo nível de penetração deste mercado quando comparado a outras nações, inclusive países emergentes” (KROTON, 2016h).

Justifica tal argumento com dados da UNESCO e da *Hoper* Consultoria disponibilizados em 2010:

[...] enquanto no Brasil apenas 27% dos jovens em idade teórica de cursar o Ensino Superior frequentam esse segmento, esse índice chega a 59% no Chile e 71% na

Argentina. Já pelo nível etário²¹ adotado pelo MEC, menos de 15% da população em idade de cursar o Ensino Superior estava matriculada em instituições em 2011; um índice ainda muito abaixo da meta do Governo Federal que estabeleceu no Plano Nacional de Educação alcançar 33% em 2020, o que indica o potencial de crescimento desse mercado no Brasil. (KROTON, 2016h)

Podemos verificar no documento, que o Kroton atua na busca pela máxima captação de matrículas na Educação Superior em nome da “meta do Governo Federal” que estabeleceu o alcance de 33% do aumento nas matrículas desse nível de ensino, pontencializando o “crescimento desse mercado no Brasil” (KROTON, 2016h).

Uma das principais medidas que constituem a política educacional e que regulamenta a LDB é o Plano Nacional de Educação (SAVIANI, 2008). O PNE estabeleceu na “meta 12”

elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público. (BRASIL, 2014)

Como estratégia para o alcance de tal meta, o PNE estabeleceu ser necessário

12.5. ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes [...] (BRASIL, 2014)

Segundo o documento do Kroton (KROTON, 2016h) e o PNE, o FIES, é um dos programas do governo federal que mais expressa a transferência do fundo público para empresas privadas que comercializam educação, pois autoriza a retirada de dinheiro do fundo pertencente a educação pública para seu investimento em IES, tanto por

²¹Segundo o Plano Nacional de Educação (PNE) “Idealmente, em termos de frequência à escola, os jovens de 18 a 24 anos deveriam estar cursando o ensino superior (ES) [...]” (BRASIL, 2014, p. 78).

meio de bolsas de estudo quanto por meio de isenções fiscais para tais IES.

Outra estratégia do PNE para o alcance da meta 12 é

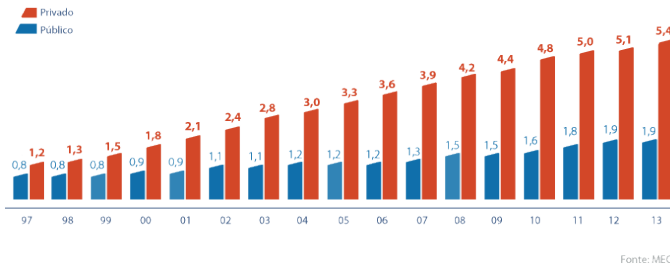
12.6. expandir o financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, com a constituição de fundo garantidor do financiamento, de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador; (BRASIL, 2014)

O “fundo garantidor do financiamento” é o público, que deveria ser aplicado nas Universidades Públicas e não ser entregue às empresas privadas. O Estado, por meio da política educacional é um dos grandes responsáveis pela transformação da educação em mercadoria, nicho de mercado mais lucrativo para as empresas capitalistas explorarem. Verificamos desta maneira, que o Estado articula predominantemente os interesses privados-mercantis. (SGUISSARD, 2014)

O Kroton justifica a estratégia de atuação em grande medida no setor de Educação Superior, também com base em dados do Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (MEC/INEP), e nos critérios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), apresentados em sua página virtual (KROTON, 2016h). Utiliza-os para demonstrar a prevalência de suas atividades comerciais na Educação Superior privada sobre o setor público e seu crescimento em relação a ele. Segundo o documento (KROTON, 2016h), “o mercado brasileiro de Ensino Superior foi o quinto maior do mundo em 2010, com aproximadamente 6,6 milhões de alunos matriculados. Em 2012, esse número alcançou a marca de 7,0 milhões de alunos”.

Vejamos o gráfico constante no documento (KROTON, 2016h) que ilustra a participação do Kroton na comercialização de serviços educacionais e a presença muito maior das IES privadas quanto ao número de matrículas na Educação Superior brasileira, em relação às instituições públicas, no período compreendido entre os anos de 1997 a 2013:

Gráfico 1 - Número de alunos matriculados no setor privado de ES na oferta da educação superior superior a IES públicas



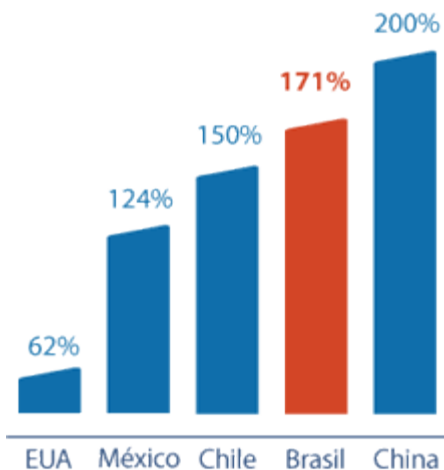
Fonte: Kroton, 2016h.

Segundo o Kroton (2016h) “a busca crescente por conhecimento e por mão de obra qualificada tem impulsionado a demanda por cursos de Ensino Superior”. O grupo alega que:

No Brasil, possuir um diploma superior causa um aumento salarial de 171% na renda média do indivíduo, segundo dados do estudo feito pela *Hoper Educacional*²² sobre tendências e perspectivas de 2005 a 2010. Em especial, há uma tendência de a classe trabalhadora buscar maior qualificação, gerando demanda por Ensino Superior. (KROTON, 2016h)

O documento (KROTON, 2016h) ilustra o argumento da empregabilidade com o gráfico que indica o aumento de salário para trabalhadores que possuem diploma de nível superior, no Brasil como sendo de 171%, no período compreendido entre 2005 e 2010:

²²É uma empresa especializada em “mercados educacionais”. Segundo a Hoper (2016) sua atividade consiste em: “Acompanhar de perto o comportamento da educação, no Brasil e no exterior, produzindo pesquisas e produtos variados que permitem compreender o mercado educacional. Com uso de metodologias exclusivas, desenvolvemos estudos por encomenda, qualitativos e quantitativos, sempre alinhados sob a ótica da inovação, comportamento e tendências. Investimos em novas tecnologias, metodologia e na qualificação das equipes de analistas, para garantir que a coleta de informações seja de alta qualidade e confiança” (HOPER, 2016). Informações disponíveis em <http://www.hoper.com.br/#!mercado/c1k2b>. Acesso em 25 de março de 2016.

Gráfico 2 - Aumento salarial para trabalhadores com diploma superior.

Fonte: Kroton, 2016h.

A “empregabilidade” é um dos *slogans* do Kroton na propaganda da mercadoria educação. Segundo o Grupo, seu modelo pode garantir que o aluno-cliente obtenha um espaço no mercado e no trabalho (KROTON, 2016h). O fato que elide é que sua saga na reprodução de capital pela exploração da educação, compele os indivíduos a “buscar maior qualificação”, sob a ilusão da conquista do pleno emprego, como se isso lhe garantisse o “aumento salarial” e a consequente “qualidade de vida” (SEBIM, 2014).

Para o Grupo, “o mercado brasileiro do Ensino Superior é caracterizado pela sua fragmentação” e “é dominado por entidades privadas”. De acordo com ele, “são 2.391 instituições de ensino, segundo informações do Censo da Educação do Ensino Superior de 2013, das quais 87% são instituições privadas”. Tendo em vista garantir a oferta suficiente à demanda pelo Ensino Superior, possui “125 *campi* em operação em todas as regiões do país” (KROTON, 2016h). Para o Kroton, o principal responsável por sua atuação no setor do ensino superior é o FIES²³, programa do governo federal que serve para “financiar a graduação na educação superior em instituições não-gratuitas” (KROTON, 2016h).

²³Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior. Informações disponíveis em <http://sisfiesportal.mec.gov.br/>. Acesso em 23 de março de 2016.

Verificamos então que, tanto na apresentação do seu histórico (KROTON, 2016b), documento que ilustra seus empreendimentos no setor da educação brasileira a partir da década de 1960 até meados da segunda década dos anos 2000, quanto na apresentação de seus mercados de atuação (KROTON, 2016h), o Grupo Kroton destaca o FIES, como um dos principais meios de participação na oferta da Educação Superior brasileira com o apoio financeiro e político do Estado. Percebemos a contradição na política de expansão/democratização da ES formulada nos anos 1990 (LDB e FIES) e intensificada no decorrer dos anos 2000 (PROUNI, PNE), em razão do elevado número de matrículas de alunos no ES (de acordo com os dados apresentados acima, constantes nos documentos do Kroton), porém, tais alunos estão usufruindo de uma educação mercadorizada, com caráter de serviço (pois é paga), e não de um direito público e gratuito à educação, como prevê o artigo 5º da Constituição Federal de 1988.

O Grupo também investe em grande medida na educação na modalidade do Ensino à Distância;

Segundo estudos da *Hoper Consultoria*, os fatores críticos de sucesso para as instituições que pretendem atuar no ensino superior a distância são (i) capilaridade, ou seja, a quantidade de Polos espalhados pelo país; (ii) a competência competitiva dos gestores dos Polos, de modo a captar novos alunos e reter os alunos já matriculados; (iii) a infraestrutura dos Polos e a sua adequação às necessidades dos alunos; (iv) visibilidade nacional, através de uma marca forte; e (v) credibilidade institucional e de conteúdo, tal qual a imagem que a instituição tem junto ao público alvo e a existência de alguns professores/autores com certa notoriedade nacional assinando o conteúdo educacional produzido. (KROTON, 2016h)

O Grupo “é atualmente a maior instituição de Ensino Superior a Distância do Brasil e conta com 726 polos espalhados nas principais cidades do país” (KROTON, 2016h). Verificamos então, que a Educação à Distância também é um potencial nicho de mercado para o Kroton. Com a aquisição da UNOPAR em 2011, empresa gigante do setor de EaD, o Grupo se tornou o líder nesse campo de operações, consolidando sua atuação na produção da Educação Superior. Tendo em vista tais informações/dados, percebemos que, com o aval das políticas para a expansão da ES brasileira, isto é, por meio de planos e ações estabelecidos na LDB 1996, no PNE, no FIES e no PROUNI, o Kroton encontrou a possibilidade de explorar a classe trabalhadora como principal nicho de mercado, isto é, principal grupo de sujeitos cujas

necessidades em obter uma formação de nível superior para o mercado de trabalho são fundamentais no sistema capitalista de produção. Inclusive, um dos maiores *slogans* do Kroton está na anunciada e suposta garantia que seus alunos/clientes possuem de conseguir um emprego, ao cursarem uma graduação de boa qualidade em um de seus polos de atuação.

3.3 A captação de alunos pelo Kroton: Educação é a mercadoria mais rentável para certo nicho de mercado

Quando acessamos o site do Grupo a página de início ou “home institucional” apresenta seis abas principais que dão acesso aos seus conteúdos. Além destas abas, apresenta suas marcas, algumas propagandas e três links: *i)* Destaques; *ii)* Trabalhe conosco; e *iii)* Novo Fies. As seis abas principais são referentes aos seguintes assuntos: a) Sobre a Kroton; b) Nossas marcas; c) Cursos oferecidos; d) Relações com investidores; e) Fale conosco e d) Governança corporativa.

As informações coletadas na página virtual do Kroton são aquelas que nos ajudam a compreender como funciona o processo de produção das mercadorias comercializadas pelo Grupo, quais sejam: produtos relacionados à educação de maneira direta e dinheiro. Isso quer dizer que tais informações nos mostram quais produtos educacionais (aqueles constantes no artigo 2º do Estatuto Social) o Kroton comercializa, tanto para a implementação de materiais relacionados à educação nas salas de aula: livros, computadores, aulas, professores, entre outros, quanto para a comercialização de ações e participações na bolsa de valores.

Nesta parte do trabalho escolheu-se analisar especificamente alguns elementos das “Apresentações institucionais” dos anos de 2007 e de 2016 no intuito de tentarmos captar o modo como a empresa se apresenta aos seus alunos clientes e aos seus potenciais investidores: bancos, grupos econômicos, empresas, entre outros, em dois momentos diferentes, quais sejam: o do ingresso do Grupo como empresa de capital aberto na bolsa de valores e o atual, em que acaba de consolidar mais uma grande fusão com outra empresa educacional. Tais documentos situam-se na aba “Relações com investidores” – “Sobre a Kroton” - “Apresentações institucionais”.

As informações que tais documentos apresentam são sobre o conceito do que são, para que servem, o período dos dados que informam, alguns dados da companhia referentes ao seu respectivo ano, os produtos à que atribuem ênfase, suas teses de investimento, suas principais estratégias de crescimento e seus destaques financeiros.

3.3.1 A Apresentação Institucional de 2007

O documento possui a seguinte estrutura: a) considerações iniciais; b) destaques da companhia; c) teses de investimento; d) principais estratégias de crescimento e e) destaques financeiros.

Nas considerações iniciais a “Apresentação institucional de 2007” (KROTON, 2016j) informa sua natureza.

O material que se segue é uma apresentação de informações gerais da Kroton Educacional S.A (“Kroton”). Esta Apresentação foi preparada com base em informações constantes no Informe do 3o Trimestre de 2007. Tratam-se de informações resumidas sem intenção de serem completas, que não devem ser consideradas por investidores potenciais como recomendação. Esta apresentação é estritamente confidencial e não pode ser divulgada a nenhuma outra pessoa. Não fazemos nenhuma declaração nem damos nenhuma garantia quanto à correção, adequação ou abrangência das informações aqui apresentadas, que não devem ser usadas como base para decisões de investimento. [...] (KROTON, 2016j)

Constatamos a incongruência de tal informação porque o documento está na página virtual do Grupo, portanto não é nem “estritamente confidencial” e tampouco “não pode ser divulgado”. O documento também contém propagandas baseadas nos produtos de maior destaque que comercializa, isto é, que aduzem produzir o mais alto grau de lucro, informações sobre a expansão de seus polos, sobre suas receitas financeiras, entre outras que claramente servem para atrair alunos e investidores, portanto também fica claro que tais informações são inverídicas, porque, ao contrário do que noticia sobre não possuir “intenção de serem completas” e sobre não dever ser “consideradas por investidores potenciais”, a natureza da própria informação (que é de propaganda) indica para quem ela serve: alunos/clientes (pois pagam pela graduação) e capitalistas investidores (na bolsa de valores).

Verificamos que as ressalvas constantes no documento são inverídicas, porque nas mesmas “considerações iniciais” informa o seguinte

[...] Advertimos os investidores de que as referidas declarações e informações prospectivas estão e estarão, conforme o caso, sujeitas a riscos, incertezas e fatores relativos às operações e aos ambientes de negócios da Kroton e suas controladas, em virtude dos quais os resultados reais de tais sociedades podem diferir de maneira relevante de resultados futuros expressos ou implícitos nas

declarações e informações prospectivas. [...] (KROTON, 2016j)

Se as informações propagandeadas na “Apresentação institucional de 2007” (KROTON, 2016j) não fossem para serem consideradas pelos alunos e possíveis investidores e de fato fossem confidenciais não podendo ser divulgadas, não haveria tal “advertência” no documento.

Nos “Destaques da companhia” o documento apresenta informações sobre a presença geográfica das unidades de venda de seus serviços educacionais, seus principais negócios, os *drivers* que o direcionam e ressalta que “Mais de 40 anos de Experiência Posicionam a Kroton para se Beneficiar das Tendências do Mercado [sic]” (KROTON, 2016j). Tais “tendências do mercado” são, na verdade possibilidades criadas pelas medidas do Estado que oportunizam ao Kroton, por meio das isenções fiscais, do repasse de verbas públicas pelo FIES e de manteça da educação privada por meio de custeio de bolsas pelo PROUNI, entre outros benefícios, para que continue expandido seu negócio da educação. (MINTO, 2014)

Quanto à presença geográfica das unidades de venda dos serviços educacionais do Kroton, o documento informa que em 2007 eram:

589 escolas do Ensino Básico no Brasil (+6 no Japão), 11 campi de Ensino Superior em Operação, e 13 campi de Ensino Superior em Implantação - esses números incluem cursos de bacharelado e tecnólogo oferecidos pela Kroton. (KROTON, 2016j)

Observamos o alto grau de presença das empresas integrantes do Kroton no Brasil, tendo em vista o elevado número de escolas e IES privadas que empreendem seus serviços educacionais.

O documento indica que em 2007 seus principais negócios eram na Educação Básica e na Educação Superior. A participação na receita do Grupo em 2007 era de 56% no Educação Básica e 44% na Educação Superior. As principais marcas que atuavam na venda desses serviços eram o Pitágoras na Educação Básica, e Pitágoras e Instituto Nacional de Educação a Distância (INED) na Educação Superior. O início das operações na venda desses serviços segundo o documento, foi em 1971 na Educação Básica e 2001 na Educação Superior. Na Educação Básica no ano de 2007, o Kroton oferecia “Soluções integradas para escolas associadas com: Material didático para os alunos; Capacitação profissional para professores e gestores; Apoio à gestão de marketing;

Monitoramento da aprendizagem” (KROTON, 2016j). E na Educação Superior oferecia cursos de bacharelado de quatro a cinco anos e tecnólogo de dois a dois anos e meio.

Verificamos a capacidade do Grupo de comercializar produtos que incidem de maneira direta na oferta da educação, desde o material didático e da formação dos professores, até o controle da educação, com a gestão e o monitoramento das atividades. De acordo com os números elevados de IES privadas que o Grupo Kroton possui e/ou administra por meio de sua direção, apresentados no documento (KROTON, 2016j), constatamos que tais medidas anunciadas como “soluções integradas para escolas”, na realidade são uma espécie de monopólio da prática e da produção da Educação Superior. Vejamos os dados:

O público alvo em 2007 foi classificado como: classe média, na Educação Básica, e classe média e classe média baixa na Educação Superior e no tecnólogo, com destaque para os “jovens trabalhadores” no tecnólogo. No mesmo ano, segundo o documento, o número de alunos na Educação Básica era de 183.956 mil, na Educação Superior era de 12.889 mil e no tecnólogo era de 1.974 alunos. (KROTON, 2016j)

Notamos que o Kroton produz um determinado tipo de educação direcionado para grupos de pessoas diferentes, quais sejam: classe média, classe média baixa, jovens trabalhadores, entre outros. A concepção de “classes” ou de “jovens trabalhadores” na qual se baseiam para produzir a educação, é expressão da divisão de classes (burguesia e proletariado) que sustenta o capitalismo. Tal maneira de operar indica uma estratégia empreendida por meio da educação, para a manutenção do sistema de classes, no qual cada indivíduo recebe o modelo de educação correspondente, de acordo com a concepção da empresa sobre aquilo que deverá ser oferecido para determinada classe. (MÉSZÁROS, 2005)

Fica evidente a contradição na maneira como o Grupo Kroton anuncia seu comprometimento em produzir uma educação que atenda classes diferentes de pessoas, determinados públicos alvos, ao mesmo tempo em que possui como “responsabilidade social” formar cidadãos “críticos e criativos” (KROTON, 2016j). Essa prática caracteriza o encobrimento do projeto de educação empreendido pelo Kroton com o favorecimento do Estado, por meio da política educacional e dos programas que transferem o fundo público para empresas como o Kroton, para formar seus alunos de acordo com as demandas da sociedade capitalista. (MÉSZÁROS, 2005)

[...] o objetivo de cumprir nossa missão que é de prover soluções em educação adequadas às necessidades das pessoas e instituições e cumprir nosso papel com a sociedade, por meio da formação de cidadãos críticos e criativos, a Kroton Educacional e suas marcas desenvolvem programas e ações sociais [...] Um dos principais diferenciais desses programas é o caráter transformacional, não assistencialista, que têm como traço comum oferecer as condições para que os indivíduos possam exercer seu máximo potencial, melhorando a qualidade de suas vidas e de suas famílias. (KROTON, 2016c)

No que tange às “teses de investimento”, o documento apresenta uma imagem em forma de quebra-cabeça onde cada peça que se encaixa contém uma tese.

São elas: Mercado brasileiro é amplo e está em rápida expansão; modelo de negócio altamente padronizado, escalável e replicável; operações integradas na Educação Básica e Superior; marcas fortes e bem posicionadas; e, gestão qualificada e alto padrão de governança corporativa. Tais informações nos ajudam a entender uma parte do processo de produção das mercadorias do Kroton, sejam elas produtos diretamente relacionados com a oferta da educação, tais como: materiais didáticos, formação de professores, entre outras; ou dinheiro, crédito, entre outras funções técnicas que o capital fictício pode desempenhar.

Dentre tais informações, destacamos o modelo de negócio padronizado, escalável e replicável, porque aqui conseguimos verificar que, sendo a produção direta da educação realizada em grande escala e “padronizável”, é claro que desta produção o Kroton conseguirá extrair o mais alto grau de lucro excedente (que se transformará em capital financeiro, fictício, portador de juros) para ser negociado em forma de ações da bolsa de valores. O fato da produção da educação do Kroton ser “padronizada, escalável e replicável”, também nos faz entender a concentração de capitais que baseia fundamentalmente o processo de produção da educação. Nestes moldes, o Grupo possui plenas condições materiais, meios de produção e poder de circulação para investir o mínimo de capital (industrial) na produção de suas mercadorias e direcionar o máximo de capital (portador de juros) para o próprio comércio do dinheiro (fictício) na bolsa de valores.

Com relação à tese de que “o mercado brasileiro é amplo e está em rápida expansão”, o documento apresenta as seguintes informações:

Faturamento total de aproximadamente R\$120 bilhões (~7% do PIB); Faturamento do setor privado de R\$36 bilhões - 42% no Ensino Superior; Maior mercado de Ensino

Básico na América Latina (~58 milhões de alunos matriculados); 6º maior mercado de Ensino Superior do mundo (~4,5 milhões de alunos matriculados). (KROTON, 2016j)

Com respeito a esta tese, qual seja, a de que o mercado brasileiro de educação superior é amplo e se encontra em rápida expansão, o documento indica que há “um crescente aumento da participação do investimento privado”, apresentando um gráfico que mostra as seguintes informações: investimento público focado no ensino básico (80% dos investimentos); demanda reprimida no Ensino superior; incentivos para atrair investimentos privados para o ensino superior; permissão para de instituições com fins lucrativos; e incentivos fiscais e financiamento subsidiado: PROUNI e FIES. Para o Kroton, a principal vantagem nas suas operações comerciais tem respaldo nas referidas medidas do governo federal, quais sejam, programas como o PROUNI e o FIES que se configuram, tanto como formas de expansão do acesso à Educação Superior, quanto como meios de inserção da classe dominante na produção da educação e de sua apropriação do fundo público.

Sobre a mesma tese, o documento apresenta quatro pequenos gráficos. O primeiro informa sobre as matrículas no Ensino Básico e indica um crescimento a partir do ano de 1995 até 2005. O segundo informa sobre a inserção do Grupo no Ensino Superior indicado que, em 2007, detinha 11% do total de alunos matriculados, com uma seta crescente para 30%, justificado pela “meta oficial do governo para 2010²⁴”. O terceiro gráfico é sobre o “aumento esperado de salário para adultos com nível superior”, indicando que nos EUA esse aumento era esperado em 2007 para 62%, no México 124%, no Chile 150%, no Brasil 171%, e na China 200%. O quarto gráfico apresenta um crescimento do número de jovens trabalhadores no ensino superior, de 14% de 2001 até 2010 (KROTON, 2016j). Notamos então que, além de apresentar o argumento da empregabilidade como elemento atrativo tanto para alunos quanto para potenciais investidores, no documento que trata dos mercados de atuação do Kroton (KROTON, 2016h), o Grupo também ressalta o mesmo argumento na Apresentação Institucional de 2007 (KROTON, 2016j), indicando que a classe trabalhadora é um dos seus principais alvos.

²⁴A meta 12 do PNE de 2011/2020 estabelece o seguinte: “Elevar, de forma qualificada, a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 15 a 24 anos” (BRASIL, 2014, p. 77).

A premissa do Grupo Kroton de que o Brasil é um “mercado amplo que está em rápida expansão”, serve de base para a compreensão sobre como produzem e como oferecem a educação. O Kroton não concebe o Brasil como um país de capitalismo periférico cujo as desigualdades sociais se aprofundam cada vez mais. Para o Grupo, o Brasil é um mercado local, fundamentalmente propício para a comercialização da mercadoria educação no mais alto grau possível. Em tal perspectiva, as expropriações nos seus graus primários e secundários possuem um amplo terreno para se realizarem. (FONTES, 2010)

O documento apresenta informações que sustentam também a tese do “modelo de negócio altamente padronizado, escalável e replicável”. Encabeça tal apresentação um *slogan* que diz o seguinte: “com sua experiência do ensino básico, a Kroton desenvolveu um nível de negócios único no ensino superior através de metodologias específicas”. Tais metodologias segundo o documento são: materiais didáticos padronizados – programas em todo o país seguem exatamente a mesma grade curricular; Treinamento unificado de docentes e gestores – histórico de treinamento de alta qualidade para docentes e gestores; Rígido monitoramento de resultados – constante avaliação do desempenho do corpo docente e discente; e ciclos de ensino diferenciados – 4 a 8 admissões por ano em Pitágoras e INED respectivamente. (KROTON, 2016j)

O “modelo de negócio padronizado, escalável e replicável” nos remete à uma ideia de produção de bens de consumo em larga escala, tal como, alimentos, eletrodomésticos, isto é, mercadorias de natureza fungível, possíveis de serem comercializadas em nível de massa, de acordo com uma certa demanda. Verificamos então que o Kroton produz educação em tais moldes, para atender as demandas da sociedade capitalista. Contraditoriamente, uma educação que alcance o seu anunciado objetivo de formar “cidadãos críticos”. Segundo a “Apresentação institucional 2007”, o “desempenho acadêmico e a rentabilidade” são resultados da tese do modelo altamente padronizado, escalável e replicável. Ou seja, a produção da mercadoria educação em larga escala, possibilita que sua produção possua um custo baixo e que sua comercialização obtenha um alto padrão de lucro, característica da produção de mercadorias no contexto da financeirização.

Sobre as “operações integradas entre Educação Básica e Ensino Superior [sic]”, nos parece que há uma articulação entre a comercialização da educação num determinado nível de Ensino que construirá bases para sua oferta no outro, objetivando manter o modelo de educação que o Grupo vende, em toda a formação do aluno.

As “marcas fortes e bem posicionadas” representam a estratégia de cooptação de investidores e aluno, sob os *slogans* da qualidade máxima da educação e da garantia de sua comercialização. A “gestão qualificada e o alto padrão de governança corporativa” caracterizam o modelo de gerenciamento dos produtos educacionais do Kroton, que representam certa garantia de eficiência, enfatizando a propaganda que atrai os sujeitos envolvidos no processo.

O documento em questão (KROTON, 2016j) informa sobre as principais estratégias de crescimento do Kroton, dividindo-as em estratégias para o crescimento do “Ensino Superior e do Ensino Básico”.

No “Ensino Superior”, a principal estratégia é “expandir operações [...] criando uma plataforma educacional completa no Brasil”. Tal estratégia se baseia num “modelo de negócios diferenciado – padronizado, escalável e replicável” representado por “grandes marcas”, quais sejam: Pitágoras e INED. Tais marcas “fortes e bem posicionadas” garantem a “sinergia das operações, os resultados operacionais e os melhores resultados”. A estratégia também tem como *modus operandi* a “abertura de novos *campi* e aquisições seletivas, o crescimento dos atuais *campi*, o crescimento orgânico no ensino básico e a criação de novos produtos” (KROTON, 2016j).

Segundo o documento, o “crescimento orgânico” do Grupo está inserido num contexto de “mercado em crescimento”. Tal “mercado em crescimento” baseia-se nas “relações institucionais” entre o Grupo e o Ministério da Educação (MEC). A estratégia para o crescimento na Educação Superior torna “o alcance de resultados empresariais e educacionais, desafiadores” (KROTON, 2016j). Com a chancela do Estado, pela constituição de uma política educacional favorável ao desenvolvimento das condições mais propícias ao funcionamento do negócio da educação, pois anunciavam em 2007 a intensificação dos programas de expansão do acesso à Educação Superior, tais como o PROUNI e o FIES, o Kroton possuía um amplo terreno para suas atividades e anunciava isso aos seus alunos e aos seus potenciais investidores.

Segundo o documento, na Educação Básica, as “principais estratégias de crescimento”, estão relacionadas às “oportunidades de crescimento”. A estratégia que se encontra em destaque, é baseada no “desenvolvimento de material didático customizado”, ou seja, na comercialização de “materiais didáticos para escolas católicas e técnicas”. Fazem parte da estratégia: fornecer serviços de ensino básico para escolas públicas e municipais; serviços de avaliação educacional; e

atrair novas escolas associadas para a Rede Pitágoras (KROTON, 2016j).

Nos “destaques financeiros”, o documento apresenta gráficos²⁵ que indicam: o crescimento da receita líquida do Kroton e o crescimento de seu lucro líquido ajustado, confrontando-os com gráficos que mostram o crescimento de seus serviços operacionais. Tais gráficos demonstram que a receita líquida e o lucro líquido do Grupo aumentam em maior medida com relação ao crescimento de custos de seus serviços operacionais (KROTON, 2016j).

Verificamos então que, os elementos constantes na “Apresentação institucional 2007” (KROTON, 2016j) têm natureza de propaganda. São informações que enfatizam a capacidade que o Grupo Kroton possuía naquele período, qual seja, no ano de 2007, para produzir e comercializar a mercadoria educação, seja na sua produção direta por meio de materiais didáticos e na formação dos professores ou na sua produção indireta, por meio da oferta de ações do Grupo econômico na bolsa de valores, possibilitando que investidores diversos e até de outros países, participem da construção da educação no Brasil. As propagandas também dizem respeito à garantia de produção do lucro, atestada por um conjunto de medidas que formam um sistema educacional anunciado como “modernizador”, que, segundo o Kroton, garante que sua mercadoria seja a mais rentável como nicho de mercado, ou seja, que sua mercadoria tenha um baixo custo de produção ao mesmo tempo em que possua um elevado grau de lucro em sua comercialização. Constatamos que, tais informações são apresentadas convenientemente de maneira a cooptar os sujeitos que sustentam o processo de produção deste Grupo Econômico, que realiza as expropriações sociais que tornam possível a manutenção de tal processo, isto é, que tornam possível que a mercadoria educação seja produzida com os mínimos custos possíveis de maneira a possibilitar ao Kroton o mais alto grau de lucro em sua atividade econômica, no mercado da educação. (FONTES, 2010)

3.3.2 A Apresentação Institucional de 2016

A Apresentação Institucional 2016 do Kroton foi confeccionada em inglês e é dividida nas seguintes seções, a saber: a) *Footprint* – apresenta o panorama geral das atividades do Grupo Kroton no Brasil; b) *Strategy* – apresenta os projetos estratégicos de maneira geral; c) *DI*

²⁵ Ver anexo 3.

Growth Strategy – apresenta os planos de crescimento e expansão das atividades comerciais educacionais; d) *Permanence Program* – informa os elementos que compõe as atividades comerciais educacionais; e) *Fies And Financing Alternatives* – informa algumas opções da participação do fundo público do Estado brasileiro na comercialização da educação do Kroton; f) *M&A Strategy* – apresenta outros tipos de estratégia de funcionamento das operações do Grupo; g) *Efficiency Management* – apresenta alguns aspectos de sua “gestão eficiente”; h) *Strategic Sourcing* – apresenta as estratégias de fornecimento da mercadoria educação; i) *Efficiency Opportunities On-Campus Business* – apresenta informações que mostram a promessa de eficiência e de oportunidade de realização de bons negócios nos campus operacionais do Kroton; j) *Efficiency Opportunities DI Business* – apresenta outras características dos negócios da educação; k) *Innovation* – apresenta o modelo modernizador de educação e a consequente promessa de obtenção de lucro; l) *Employability Platform* – apresenta a promessa de alcance de emprego para quem compra do Kroton sua mercadoria educação; m) *Corporate Governance And Meritocracy Management Model* – apresenta aspectos do sistema de governança corporativa e da gestão da meritocracia do Grupo; e n) *Operating And Financial Results* – informa dados sobre os resultados operacionais e financeiros do Kroton.

Nas suas considerações iniciais, o documento apresenta informações²⁶ direcionadas para seus potenciais investidores e para seus alunos. Portanto, se distingue da Apresentação institucional de 2007 (KROTON, 2016j) porque ao contrário do que informa aquele documento, a Apresentação institucional de 2016 (KROTON, 2016l), menciona especificamente que suas informações são dirigidas aos investidores e alunos, o que indica que em 2016, a cooptação para o comércio da educação do Kroton é uma informação aberta e esclarecida, e não levemente encoberta como em 2007.

²⁶ The statements in this document related to the business outlook, forecasts of operating and financial results and growth prospects of Kroton and Anhanguera, including the financial data and other estimates and evaluations for fiscal period 3Q14 and evaluations of synergies, are merely forecasts and as such are based exclusively on the expectations of the Managements of the Companies for the future of the business. These forward-looking statements depend substantially on obtaining the approvals and licenses required for projects, industry conditions and the performance of the Brazilian economy, the industry and international markets, and therefore are subject to change without prior notice. This performance report includes accounting and non-accounting data, such as pro-forma operating and financial data and forecasts that are based on the expectations of the Managements of the Companies. (KROTON, 2016l)

De acordo com tais informações os dados apresentados como perspectivas sobre os negócios, projeções de resultados operacionais, financeiros e expansão do Grupo Kroton e Anhanguera, se baseiam exclusivamente nas expectativas das gerências de cada empresa que integra o grupo econômico acerca do futuro de seus negócios educacionais.

O documento também informa que a consecução de tais atividades depende da obtenção das autorizações e licenças que forem necessárias para a realização dos projetos que as viabilizam. Informa ainda que a consolidação de tais perspectivas, dependem das condições da indústria, do desempenho da economia brasileira, do setor de educação e dos mercados internacionais. Verifica-se que o processo de produção da mercadoria educação do Kroton se baseia na garantia de criação de um nível de lucro “futuro”, que dependem de um grau de expropriação do trabalho determinado pelas expectativas de geração de tal lucro. Tal processo dá origem às expropriações primárias e secundárias que sustentam o fenômeno da financeirização. (FONTES, 2010)

Na seção *Footprint*, o documento mostra a visão geral das operações do Grupo Kroton no Brasil, baseado em *slogans* que propagandeiam seu “bom posicionamento” no negócio da educação. Tais *slogans* são os seguintes: Kroton é a maior empresa de educação do Brasil²⁷; presente em 638 municípios²⁸; possui estratégia de multimarcas²⁹; possui marcas nacionais e marcas regionais fortes³⁰; quem é o aluno do Kroton?³¹; e o Kroton possui o melhor desempenho entre todas as empresas de educação do Brasil³². De acordo com tais informações, podemos verificar que a propaganda da educação como nicho de mercado mais rentável é a maneira pela qual o Grupo investe em maior medida para a captação de investidores.

Na parte *Strategy* o documento indica que 573 novos cursos aguardam autorização para serem implementados³³, dos quais 79% na área de engenharias e 30% na área da saúde³⁴. (KROTON, 2016l, p. 12.).

²⁷ Brazil’s largest education company (KROTON, 2016l).

²⁸ Presente in 638 municipalities (KROTON, 2016l).

²⁹ Multi-brand strategy (KROTON, 2016l).

³⁰ Strong regional brands + national brands (KROTON, 2016l).

³¹ who is the Kroton student?(KROTON, 2016l).

³² Kroton is the best performing in market share gains among all of Brazil’s large education companies (KROTON, 2016l).

³³ 573 New Programs Pending Authorization (KROTON, 2016l)

³⁴ 79% Engineering and 30% Health (KROTON, 2016l)

O documento indica também o maior portfólio de expansão das operações comerciais do negócio da educação do Kroton³⁵, baseado no novo segmento de cursos com práticas especializadas que permitirão a oferta de produtos em mercados com demanda reprimida³⁶ (KROTON, 2016l, p. 16).

Na seção *Permanence Program* o documento indica que as *Key Initiatives* (principais iniciativas) são³⁷

Expansão de cursos de alavanca; Professor e tutor show; Expansão do *Winback*; Reinscrição acadêmica; Programa de Incentivo / Remuneração; Centro de retenção para ensino à distância; Programa de boas-vindas; Perfil e comportamento do aluno. (KROTON, 2016l)

Tais informações mostram que entre as principais atividades que sustentam as atividades comerciais do Kroton, está o projeto de expansão dos cursos que mais vendem matrículas no mercado da educação, a manutenção do modelo de professor “tutor”, o aumento das atividades comerciais que garantem o maior lucro, as estratégias de reinserção do aluno desistente nos cursos do Kroton, os programas de incentivo financeiro do governo federal e a análise do perfil dos alunos-clientes a serem captados pelo Grupo.

Tais notícias nos ajudam a entender gradativamente que o fenômeno da financeirização no processo de produção da educação do Kroton não se sustenta exclusivamente nas atividades comerciais no Grupo. O processo envolve ações de todos os sujeitos envolvidos nele, cujas medidas se complementam, possibilitando o alcance dos resultados almejados pelo capitalista da educação.

Na parte destinada às alternativas de financiamento para os cursos do Kroton, o documento informa³⁸ que o MEC anunciou que firmaria cerca de 310 novos contratos com o Grupo em 2016, indicando maior previsibilidade e transferência para o programa de bolsas. Diante de tal informação, podemos entender como o conjunto de ações do governo federal possibilita a consecução dos negócios do Grupo. Seja por meio de transferência do fundo público por meio de bolsas de

³⁵ Portfolio Expansion | Premium DL (KROTON, 2016l)

³⁶ New segment of programs with specialized practices that will enable the offering of products in markets with pent-up demand (KROTON, 2016l).

³⁷ Expansion of leveraging-up courses; Professor and tutor show; Expansion of Winback; Academic re-enrollment; Incentive / Remuneration Program; Retention center for Distance Learning; Welcome Program; e Student profile and behavior (KROTON, 2016l).

³⁸ MEC announced about 311k new contracts in 2016, resulting in enhanced predictability and transparency for the program (KROTON, 2016l).

estudo, ou pelo crédito bancário para pagamento das mensalidades, ou pelas isenções fiscais concedidas às IES privadas com fins lucrativos, o Estado favorece em grande medida a participação das empresas capitalistas na produção da educação superior. (KROTON, 2016l, p. 23)

No que concerne aos alunos qualificados para contratar o FIES, o documento apresenta algumas informações sobre a renda média dos alunos do Kroton³⁹: Além do FIES, o Grupo possui outras opções de financiamento para seus alunos-clientes, descritas na parte do documento referente à cronologia de estratégia de financiamento do Kroton⁴⁰. Segundo o documento, o Grupo está desenvolvendo um sistema de opções de parcelamento para seus alunos, priorizados pelo seu valor potencial para a empresa⁴¹. Tais opções de financiamento são as seguintes: *Public Credit* (crédito público) representado pelo FIES e recebido de maneira imediata, *Private Credit – Third Party* (crédito privado de terceiro) representado pelo FIES e recebido em curto prazo e *Privat Credit Own* (crédito privado próprio) representado pelo FIES e recebido em médio prazo. (KROTON, 2016l, p. 27)

Diante de tais informações, constatamos que de uma forma (por meio do FIES) ou de outra (por meio do FIES representado por crédito de terceiros), o fundo público está envolvido na manutenção dos negócios do Kroton.

Na parte do documento relativa à *Efficiency Management* (gestão eficiente do Kroton), o Grupo garante: “*Part of the levers yielded tangible benefits in 2015, but most will still impact 2016 and 2017*” (KROTON, 2016l) - (o comércio da educação proporcionou benefícios tangíveis em 2015, mas a maioria ainda iria impactar em 2016 e 2017).

O documento apresenta uma seção sobre *Efficiency Opportunities On-Campus Business* (eficiência e oportunidade de realização de bons negócios nos campus operacionais do Kroton). Segundo informações constantes nesta parte do documento, o Grupo trabalha com a ideia de otimização de recursos, tais quais: espaços físicos das salas de aula, calendário acadêmico e oferta do número de vagas. Tal estratégia, caracterizada também pela produção em série da educação, garante as condições para o mais alto grau possível de eficiência, isto é, de expropriações que permitem a produção da educação de maneira que sua comercialização atinja um grau elevado de eficiência, para a obtenção do mais alto nível de lucro. Segundo o documento, o sistema de

³⁹ Average income of Kroton’s students Undergraduate (KROTON, 2016l).

⁴⁰ Timeline of Kroton’s funding strategy (KROTON, 2016l).

⁴¹ Kroton is developing a portfolio of installment options for its students, prioritized by the potential value for the company (KROTON, 2016l).

levantamento operacional foi desenvolvido durante os últimos 18 meses em parceria com a IBM para criar condições para um processo muito mais eficiente em formar as classes com a utilização de recursos de serialização flexíveis⁴². (KROTON, 2016l, p. 38)

O *Slogan* da *Innovation* (inovação) também faz parte da propaganda do Kroton na captação dos sujeitos que envolvem seu processo de financeirização da educação superior. Segundo o documento, um *Academic Model* (sistema de modelo acadêmico) baseado em determinadas características⁴³, que garantem a eficiência da comercialização da mercadoria educação, consolidando as expectativas de lucro do Grupo.

Tal sistema de modelo acadêmico se caracteriza pela utilização de *softwares* para adaptar o aprendizado otimizando a gestão acadêmica, isto é, “faz mais com menos”. Estes *softwares*, segundo o documento, funcionam também na análise de desempenho dos estudantes, isto é, tem capacidade de desempenhar funções tanto na produção direta da educação como na sua gestão. Tal processo possibilita a obtenção do lucro na comercialização das diversas mercadorias do Kroton.

Uma das maiores propagandas do Grupo Kroton, possui uma seção de destaque no documento. Trata-se da *Employability Platform* (plataforma de empregabilidade). Segundo o documento, o Kroton com seu modelo de educação possui um projeto de empregabilidade no qual colocar os estudantes em contato mais próximo com as oportunidades no mercado de trabalho e otimizar o seu desenvolvimento acadêmico por meio do acompanhamento das competências em relação às demandas do mercado⁴⁴, possibilita que conquistem um trabalho. (KROTON, 2016l)

Na mesma seção sobre empregabilidade, o documento apresenta a tese sobre o poder de uma educação universitária no mercado de

⁴² The Operation Survey System was developed during the last 18 months in partnership with IBM to create conditions for a much more eficiente process of forming classes with the use of Flexible Serialization resources (KROTON, 2016l).

⁴³ focused on developing software for adaptive learning and optimizing academic management; Has capabilities (adaptive learning, student engagement, academic performance analytics) that help create value for Kroton's various business lines; Adaptive Learning is a strategic pillar in the development of KLS 2.0; Agility of a start-up; Plataforms present improvements in academic performance; Internalization of strategic knowledge; Innovation, agile development, Agility of a start-up Big Data and mobile-ready; Increase in quality, creating value for student (KROTON, 2016l, p. 47).

⁴⁴ Put students in closer contact with opportunities in the job market and optimize their academic development by monitoring the competencies in demand in the Market (KROTON, 2016l, p. 50).

trabalho⁴⁵. De acordo com as informações constantes no documento em questão, qual seja: a Apresentação institucional de 2016 do Kroton, para o Grupo, o trabalhador com nível superior de escolaridade ganha até 158% a mais que o trabalhador com nível médio de escolaridade⁴⁶. (KROTON, 2016l)

Segundo o documento, a empregabilidade e o crescimento da renda das pessoas é resultado do esforço do Grupo Kroton em melhorar suas vidas⁴⁷. (KROTON, 2016l, p. 54)

O documento também propaga a ideia dos resultados financeiros e operacionais do Kroton⁴⁸. Nesta seção, indica que o Kroton possui um desempenho financeiro extremamente sólido e consistente, em razão do seu alto padrão de operacionalização e do aumento de eficiência com a sinergia da fusão com a Anhanguera⁴⁹. (KROTON, 2016l, p. 60)

Desta maneira, na análise dos fragmentos constantes na Apresentação Institucional de 2016 do Grupo Kroton, identificamos as seguintes práticas que pensamos, configurar uma expressão do fenômeno da financeirização: a atividade econômica do Grupo funciona fundamentalmente com base nas expropriações sociais (FONTES, 2010) e na grande concentração de capitais (LENIN, 2012) com o aval e o favorecimento do Estado (CHESNAIS, 2005) para o alcance de um elevado grau de lucro, que se transforma no capital excedente (financeiro, fictício) passível de ser comercializado, ele próprio, o dinheiro, como mercadoria. Isto quer dizer que a produção direta da mercadoria educação no caso do Kroton é atravessada pelo fenômeno que Marx (2008) nos explica que funciona de maneira a garantir que a extração de mais valor decorrente do trabalho seja tão intensa que se torna capaz de criar um lucro excedente (capital portador de juros), transformando-se ele próprio na mercadoria. Assim, verificamos que o grupo Kroton, ao exercer a atividade econômica na produção direta da educação, nos termos do artigo 2º do Estatuto Social, tem o fim de produzir uma outra mercadoria: o dinheiro. Assim, o Grupo ganha na venda da educação e na venda do capital adquirido por meio da venda da educação. Tal processo, para nós, exprime o fenômeno que estamos concebendo como o da financeirização.

⁴⁵ The power of a college education in the job Market (KROTON, 2016l).

⁴⁶ Salary premium of 158% in Postsecondary Education vs. Secondary Education (KROTON, 2016l).

⁴⁷ The Income growth reflects Kroton's efforts to improve people's lives (KROTON, 2016l).

⁴⁸ Operating And Financial Results (KROTON, 2016l).

⁴⁹ Extremely solid and consistent Financial Performance, with the capture of operating efficiency and synergy gains from the Anhanguera merger (KROTON, 2016l).

A apresentação institucional de 2016 do Grupo Kroton, é uma forte propaganda do seu modelo de educação caracterizado pela natureza de mercadoria fungível, produzida em série, destinada para um grupo específico de indivíduos, os jovens trabalhadores. Também representa para os sujeitos envolvidos neste processo de reprodução de capital, a garantia implícita de obtenção de resultados, tanto para os alunos quanto para os potenciais investidores do Kroton.

3.4 O processo de produção de mais valor do Kroton: reprodução de capital tendo em vista as mercadorias “Educação” e “dinheiro”

O Formulário de referência de 2016⁵⁰ do Grupo Kroton foi coletado de sua página virtual, na aba “Relações com investidores” – “Documentos CVM⁵¹” – “Formulário de referência”. Tal documento possui informações importantes para a nossa pesquisa porque por meio delas, podemos entender como se caracteriza uma parte do processo de produção das mercadorias comercializadas pelo Grupo. No formulário estão descritas as atividades do Kroton no ano de 2016, de que maneira e em que medida elas são realizadas, especificamente no que se refere à produção da educação e à produção do capital excedente que retorna para o portador de juros em forma de lucro, isto é, às expropriações que possibilitam o processo. (FONTES, 2010)

As informações mais importantes para este estudo estão localizadas nos itens “7) Atividades do emissor” e “3) Informações financeiras selecionadas”. Isto porque, pensamos que a compreensão sobre o processo de produção de mais valor a partir da comercialização da mercadoria “educação” tem por base a análise das condições e das expropriações (FONTES, 2010) presentes na produção da mercadoria educação (aqueles itens indicados no art. 2º do Estatuto Social) do Grupo Kroton. Já a compreensão sobre o processo de produção de mais valor do valor, ou seja, da criação do capital excedente retornável para o portador de juros na forma de dinheiro, crédito, entre outras funções técnicas que o capital fictício assume (MARX, 2008), se baseia na

⁵⁰ O documento possui a seguinte estrutura: 1) Responsáveis pelo formulário; 2) Auditores independentes; 3) Informações financeiras selecionadas; 4) Fatores de risco; 5) Gerenciamento de riscos e controles internos; 6) Histórico do emissor; 7) Atividades do emissor; 8) Negócios extraordinários; 9) Ativos relevantes; 10) Comentários dos diretores; 11) Projeções; 12) Assembleia e administração; 13) Remuneração dos administradores; 14) Recursos humanos; 15) Controle e grupo econômico; 16) Transações partes relacionadas; 17) Capital social; 18) Valores mobiliários; 19) Planos de recompra/tesouraria; 20) Política de negociação; 21) Política de divulgação.

⁵¹ Comissão de valores mobiliários.

análise do funcionamento do Grupo Kroton na condição de Grupo econômico, isto é, operador de grandes fusões e aquisições financeiras e emissão de ações na bolsa de valores.

3.4.1 Expropriações na produção da Educação Superior

Segundo o documento, o Grupo Kroton possui

[...] uma presença nacional, contando com 120 unidades de Ensino Superior Presencial e 910 polos ativos de graduação de Ensino a Distância, localizados em todos os Estados e em 638 municípios do Brasil. (KROTON, 2016c, p. 167)

O Kroton anuncia um modelo de educação baseado numa

[...] proposta de valor abrangente e diferenciada com uma oferta completa, suportada por um modelo acadêmico inovador, que atende a diferentes segmentos de negócios – o Ensino Superior e a Educação Básica. No Ensino Superior, oferecemos aos estudantes egressos do Ensino Médio cursos de graduação, pós-graduação e técnicos, presencial e a distância, e na Educação Básica vendemos às nossas Escolas Associadas, Sistemas de Ensino, que compreendem os serviços de educação, tecnologia de ensino e material didático. (KROTON, 2016c, p. 175)

Na Educação Superior o Grupo oferece

[...] produtos e serviços na modalidade presencial e a distância, tendo como missão prestar um serviço de qualidade, principalmente para jovens trabalhadores e adultos das classes média, média-baixa e baixa, por meio de nosso modelo acadêmico padronizado e suportado por um relevante componente tecnológico, tendo por objetivo maximizar a empregabilidade dos nossos alunos. (KROTON, 2016c, p 169)

O Kroton direciona a comercialização de suas mercadorias predominantemente para um determinado conjunto de pessoas, os jovens trabalhadores, e adultos das classes média e classe média-baixa, na promessa de “socorrer a sociedade” do alegado problema generalizado da má remuneração para os trabalhadores que não possuem nível superior de graduação. Ou seja, o Grupo fez da classe trabalhadora seu principal nicho de mercado, elemento que para nós, significa que o capital empreende sua educação qualificada pela financeirização

justamente na base material que o sustenta (MÉSZÁROS, 2005).
Vejam os que informa o documento

Acreditamos que o segmento com maior potencial de crescimento na área do Ensino Superior é o de jovens trabalhadores de 17 a 25 anos e de renda média e média baixa. Pretendemos continuar a investir em estratégias para aumentar a nossa penetração nesse segmento. (KROTON, 2016c, p. 226)

Em dezembro de 2015 o Grupo possuía “mais de 300 cursos” de pós-graduação e 600 cursos de graduação, dos quais 37,19% eram na área das ciências humanas e sociais aplicados; 23,29% na área de engenharias; 18,87% na área de ciências da saúde; 10,59% na área de ciências exatas e da terra; 4,75% eram cursos tecnólogos; 4,40% eram “outros cursos” e 0,91% na área de ciências agrárias (KROTON, 2016c, p. 175).

Ou seja, investe predominantemente no campo das ciências humanas e sociais onde mais se concentram os cursos de licenciatura. Com seu modelo de educação fundado numa “metodologia própria de ensino e um modelo acadêmico padronizado, replicável e escalável” (KROTON, 2016c, p. 175).

Na produção da Educação Superior, segundo o documento, o Kroton atua na condição de possuidor, isto é, capitalista industrial (FONTES, 2010), e “aprimora continuamente”

[...] um modelo pedagógico próprio que orienta as atividades dos coordenadores de curso e professores em sala de aula. O modelo inclui materiais didáticos, compostos de livros-texto, Guia do Professor e Guia do Aluno, distribuídos aos alunos do Ensino Superior antes do início dos ciclos letivos. O nosso modelo pedagógico permite que os alunos e professores se preparem com antecedência para as aulas e monitorem o cumprimento do conteúdo programático. O nosso modelo pedagógico é altamente replicável e possibilita a expansão de nossa operação em ritmo acelerado com a manutenção da qualidade do ensino em todos os nossos campi, independentemente da sua localização geográfica. (KROTON, 2016c, p. 182)

Segundo o documento, o Kroton trabalha com as seguintes metodologias de ensino: aulas presenciais, ensino à distância e materiais midiáticos. As aulas presenciais são expositivas com “diversas atividades de laboratório” nas quais os alunos possuem “a oportunidade de experimentação prática”. Para o Grupo, “a utilização de laboratórios

é essencial ao aprendizado, em especial no que se refere aos cursos na área da saúde, tecnologia e engenharia” (KROTON, 2016c, p. 182).

O Kroton anuncia que possui

[...] mais de 13.468 integrantes em nosso corpo docente, sendo a maioria profissionais de mercado que atuam como docentes em período parcial, possibilitando trazer para a sala de aula as experiências reais do ambiente de trabalho. Em adição à titulação acadêmica (Especialistas, Mestres e Doutores), nosso corpo docente conta com intenso e contínuo treinamento em competências pedagógicas e administrativas. (KROTON, 2016c, p. 182)

O Grupo também anuncia a EaD como uma de suas modalidades de ensino. Segundo o documento

No modelo da Unopar e da Anhanguera Educacional, o EAD é realizado por meio do Sistema de Ensino Presencial Conectado, que oferece aulas transmitidas via satélite, ao vivo, com interatividade on-line, por chat ou áudio, desenvolvidas de forma bilateral, ou seja, alunos e professores interagem em tempo real. [...] As atividades de aula têm periodicidade semanal e ocorrem no polo de apoio presencial, onde o aluno encontra suporte pedagógico, além de ambiente acadêmico adequado. (KROTON, 2016c, p. 182)

No que concerne aos “materiais didáticos” segundo o documento, o Kroton desenvolveu um modelo de “aula estruturada” no qual o professor

[...] obrigatoriamente antes da aula, deve elaborar um conjunto de atividades de aprendizagem que permite aos alunos acessarem o estudo antecipadamente, definindo os objetivos da aula, os textos que deverão ser lidos ou estudados, os vídeos e objetos de aprendizagem que devem ser assistidos, as ações que deverão ser realizadas, ou seja, todos os materiais didáticos digitais sugeridos que possam ajudar o aluno a aprender por si mesmo. Segundo nosso sistema, o período durante a Aula Presencial deve ser utilizado para as explicações dos pontos essenciais acerca do assunto, a fim de que o professor otimize o tempo de aula e evite perda de tempo com anotações desnecessárias no quadro ou na distribuição de material para as atividades da aula. (KROTON, 2016c, p. 183)

Tal modelo de educação impõe que o aluno que “aprenda por si mesmo”, isto é, o professor do Kroton atua como um “tutor”, um sujeito

que deve “otimizar” seu tempo na sala de aula, na produção direta da educação, como se estivesse produzindo qualquer outra mercadoria fungível: roupas, automóveis, utensílios domésticos, entre outras.

Os conteúdos dos materiais didáticos do Kroton são “encomendados” a “autores cujos direitos autorais” são pagos pelo Grupo.

Encomendamos todo o desenvolvimento do conteúdo do material didático que utilizamos a autores cujos direitos autorais são pagos por nós. Atualmente são mais de 180 autores que, em sua maioria, nos fornecem conteúdo há mais de 15 anos. Temos exclusividade na publicação e distribuição dos livros escritos por tais autores. (KROTON, 2016c, p. 183)

Tais autores funcionam como intelectuais orgânicos do capital que atuam na formulação de conceitos, ideias e práticas que ao serem internalizadas nos alunos por meio da educação do Kroton, consolidam seu projeto hegemônico. (NEVES, 2005)

Na formação dos sujeitos envolvidos na produção da educação, o Grupo “oferece”

[...] um programa de formação continuada para professores, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, diretores, psicólogos, agentes administrativos, equipe de apoio administrativo, etc. Em consórcio com a forma presencial, são oferecidas atividades em EAD — educação a Distância com a possibilidade de os profissionais das escolas cursarem pós-graduação ou MBA com certificação reconhecida. Também é empregado o recurso do ensino tele presencial que é capaz de viabilizar a formação ou qualificação em larga escala, com transmissão de cursos, via satélite, para todo Brasil, utilizando-se de infraestrutura com estúdios, ilhas de edição e finalização e uma central de tele atendimento em tempo real. (KROTON, 2016c, p. 184)

A produção da formação docente também é realizada em “larga escala”, como se fosse mercadoria fungível.

O Kroton atribui as condições favoráveis para a consolidação de seus negócios educacionais, dentre outros fatores,

Fatores macroeconômicos: (a) crescimento econômico brasileiro; (b) demanda por mão-de-obra qualificada; (c) crescimento da renda disponível, devido ao aumento da oferta de empregos e da população economicamente ativa, resultando no crescimento da Classe C no Brasil, nosso público alvo (cerca de 39 milhões de novos indivíduos na

Classe C de 2003 a 2011 (maio/2011), segundo dados da FGV/IBRE de 2011). (KROTON, 2016c, p. 187)

De acordo com o documento, a concepção do Grupo sobre a educação pública, justifica seu negócio na educação privada

No Brasil, as instituições de Ensino Superior públicas são direcionadas para servir como centros de excelência e pesquisa, com padrões de admissão extremamente competitivos e capacidade de expansão limitada. Já as instituições de Ensino Superior privadas voltam suas atenções para as exigências profissionais impostas pelo mercado de trabalho e desenvolvem programas flexíveis para atender às necessidades dos jovens trabalhadores. (KROTON, 2016c, p. 189)

Para o Grupo Kroton, as principais “alavancas de crescimento” da Educação Superior no Brasil, são:

Crescimento do ensino a distância (“EAD”), que aumenta consideravelmente o público alvo das empresas de ensino; A oferta de alternativas atrativas (PROUNI, FIES e projetos de iniciativa privada) que possibilitam às classes de baixa renda acessar o ensino superior; Expansão do segmento formado por trabalhadores que estudam; e Fragmentação do mercado que oferece oportunidades de crescimento por aquisição. (KROTON, 2016c, p. 189)

Observamos que o Grupo encontra na classe trabalhadora um de seus “públicos-alvo” mais propícios para a consecução das expropriações (FONTES, 2010) na educação superior.

A perspectiva de ascensão profissional e o aumento salarial significativo para os trabalhadores com diploma superior são dois fatores centrais associados à expansão do setor de Ensino Superior brasileiro. De acordo com a OECDE, o Brasil é um dos países onde o fato de possuir um diploma superior representa uma das maiores diferenças salariais no mundo, aumentando, em média, em 256% a renda daqueles que o detém [...] (KROTON, 2016c, p. 189)

A reprodução de capital do Kroton tendo em vista a mercadoria “educação” se baseia no sistema de operações do processo direto de produção da educação, qual seja,

[...] elevado nível de centralização e padronização de nossos serviços e processos, o que nos permite alcançar ganhos de escala e continuar crescendo com ganhos adicionais de eficiência, já que a nossa

atual estrutura corporativa está preparada para atender uma operação ainda maior. (KROTON, 2016c, p. 219)

Por meio de tal modelo de educação superior, o Kroton promete ao seu público alvo, a “empregabilidade” como resultado de sua formação.

[...] os projetos pedagógicos de nossos cursos de graduação são desenvolvidos por meio de uma metodologia acadêmica que acreditamos ser inovadora, em que o conteúdo de cada curso é definido de acordo com a competência necessária à execução de determinada atividade profissional, maximizando a aderência do curso à realidade. (KROTON, 2016c, p. 220)

A pedagogia das competências, isto é, a educação internalizada para servir ao mercado (capital) tendo em vista as individualidades que fragmentam a classe trabalhadora ao mesmo tempo em que consolidam o grande projeto de classe neoliberal, imprime seu caráter minimalista, tecnicista na produção da educação superior do Kroton. (NEVES, 2005)

3.4.2 A produção de mais valor do valor no Grupo Kroton

A produção de mais valor tendo em vista a criação de capital excedente representado pelo dinheiro ou por qualquer uma de suas variações, tem por base o grau de expropriação do trabalho que sustenta o processo produtivo, ou seja, a produção direta da educação superior do Kroton. No entanto, o processo aparece para nós nos fenômenos que encobrem a produção de mais valor do valor em si, isto é, que elidem a sua essência. (FONTES, 2010)

Tais fenômenos são fundamentalmente representados pelas grandes fusões e/ou aquisições operadas pelo Grupo Kroton, pela emissão e pela oferta de suas ações na bolsa de valores, e por demais outras atividades financeiras que, sustentadas pelo processo de expropriação do trabalho na produção da educação superior (FONTES, 2010), garantem que o Grupo econômico obtenha o mais alto grau de lucro possível. Para nós, tal prática configura a financeirização da educação superior no caso do Grupo Kroton.

Segundo o documento, a produção de mais valor do Grupo Kroton decorre da venda direta da mercadoria educação aos seus alunos

A [...] principal fonte de receita é o recebimento das mensalidades cobradas de nossos alunos. Do total de nossos custos e despesas durante o ano de 2015, 52,3% decorrem de custos com professores, quadro técnico e serviços de terceiros e 13,9% com aluguéis. (KROTON, 2016c, p. 34)

Isso significa que é na produção da educação, conformada pelas mencionadas despesas do Grupo, que o capital excedente, retornável na forma de lucro para o portador de juros, é produzido. O processo de produção de mais valor do valor do Kroton, que possibilita a emissão e oferta de suas ações na bolsa de valores, depende fundamentalmente do grau de expropriações realizado da produção direta da mercadoria educação.

Ou seja, para que o Grupo obtenha o mais alto grau possível do lucro que se transformará ele próprio na mercadoria “dinheiro” (ou ações, crédito, ou qualquer outra de suas variações), a produção direta da educação superior (daqueles itens constantes no art. 2º do Estatuto Social) precisa se basear na exploração máxima de mais-valia do trabalhador que cria a mercadoria educação, do mesmo modo em que os custos para tal produção sejam os mínimos e que a própria produção seja a máxima. O “fazer mais com menos” no processo da produção direta da educação no Kroton requer que o trabalhador seja explorado num grau máximo capaz de garantir a extração da mais-valia também em grau máximo, para que desta produção possam surgir duas mercadorias: a educação superior e o lucro excedente decorrente de sua comercialização, este último se tornará ele próprio a mercadoria, caracterizando o fenômeno da financeirização. (FONTES, 2010)

Tais expropriações se realizam quando o Grupo coloca em prática o modelo de educação que anuncia como “modernizador”, produzido em “larga escala”, de maneira “otimizada”, pautado na “gestão de eficiência”, esses, entre outros elementos possibilitam que as expropriações na prática alcancem um grau máximo, criando o mais valor necessário, excedente que retornará ao portador de juros, financeiro na forma de lucro. (FONTES, 2010)

De acordo com o Formulário de referência 2016, vejamos a título de exemplo uma das últimas grandes operações comerciais financeiras do Kroton, que lhes garantiu a manutenção do seu processo de produção de capital excedente.

A conclusão da venda da Uniasselvi, cujo Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças (“Contrato”) foi celebrado em 23 de outubro de 2015, ocorreu em 29 de fevereiro de 2016 quando todos os atos necessários a esta transação foram considerados concluídos. Na celebração do referido “Contrato” foi acordada a venda, mediante a execução de certos atos precedentes, à Treviso Empreendimentos e Participações S.A. (“Compradora”) da totalidade das participações societárias detidas por subsidiárias da Companhia nas seguintes sociedades:

Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda.; ASSEVIM –Sociedade Educacional do Vale do Itajaí Mirim Ltda.; Instituto Educacional do Alto Vale do Itajaí Ltda.; Sociedade Educacional do Vale do Itapocu S.S. Ltda.; e Sociedade Educacional do Planalto Serrano Ltda. (em conjunto “Uniasselvi”). (KROTON, 2016c, p. 10)

No referido negócio, segundo o documento, o Kroton disponibilizou os seguintes valores, mediante as seguintes condições

Em contrapartida pela aquisição da Uniasselvi, a compradora pagará à Companhia o preço global de até R\$1.105.000, seguindo a seguinte forma de pagamento: (a) R\$400 milhões serão pagos à vista na data de fechamento; (b) R\$450 milhões serão pagos em 5 parcelas anuais, de 2018 a 2022, corrigidas pela variação do IPCA até a data de pagamento da respectiva parcela; (c) até R\$255 milhões serão pagos na forma de preço adicional, em valor variável a ser calculado com base em metas financeiras e operacionais pré-estabelecidas, em parcelas anuais, de 2018 a 2022, corrigidas pela variação do IPCA até a data de pagamento da respectiva parcela. b) Recebimento do saldo remanescente FIES de 2015 Conforme Termo de Acordo Judicial celebrado entre a ABRAES - Associação Brasileira para o Desenvolvimento Do Ensino Superior, a União Federal, a SESU - Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e o FNDE - Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, as Instituições de Ensino Superior associadas da ABRAES receberão os créditos do FIES não quitados pelo FNDE durante o ano de 2015 nos exercícios de 2016, 2017 e 2018, sendo 25% do saldo em 2016; 25% em 2017 e 50% em 2018. A quitação dar-se-á até junho de cada ano e as parcelas serão corrigidas pela variação do IPCA desde a data de seu respectivo vencimento no ano de 2015 até o efetivo pagamento. (KROTON, 2016c, p. 10)

Os pagamentos que serão quitados em parcelas anuais bem como os que possuem natureza de “preço adicional” são garantidos pelo Kroton por “metas financeiras e operacionais pré-estabelecidas”. Tais metas são possíveis de serem alcançadas com base no grau de expropriação do trabalho que produzirá a mercadoria educação (em larga escala, num modelo padronizado, cujos custos são baixos, entre outras características já mencionadas). Tal processo garante que se instalem as condições mais favoráveis para a produção do capital que na sua medida excedente retornará para sua fonte, o portador de juros. Em razão do sistema de operações comerciais financeiras do Grupo Kroton, das garantias de lucro estabelecidas por metas é que suas ações, suas

quotas partes, representadas pelo capital fictício e adjetivadas pelo capital fetiche, são emitidas na bolsa de valores. Uma questão importante para nós, de se compreender nesta investigação, além do processo de produção do dinheiro a partir da produção direta da educação superior, é como a cooperação, o favorecimento que as medidas do Estado, independente de qual seja seu governo, mediam e consolidam a financeirização da educação superior. Segundo o documento (KROTON, 2016c), a operação financeira realizada contou com o aval de vários órgãos do Estado, inclusive com uma parcela do fundo do FIES. Ou seja, o Estado prioriza os interesses privados-mercantis (SGUISSARD, 2014) barganhando o direito social à educação, funcionando exatamente como Marx (2013) o concebeu: um comitê para administrar os negócios da burguesia.

Merecem destaque os efeitos das medidas do Estado na consecução deste processo de financeirização da educação superior, pois o documento atribui à tais ações, em grande medida, a possibilidade de consolidação das operações comerciais do Grupo Kroton. De acordo com o documento, constitui um fator de risco para as atividades comerciais do Grupo a possibilidade de modificação por parte do Estado na política de investimento da área da educação.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Governo Federal deve priorizar investimentos públicos no ensino fundamental e médio e estimular investimentos no Ensino Superior por entidades privadas. Historicamente, o apoio financeiro direto do governo ao Ensino Superior concentra-se em determinadas universidades públicas que atuam como centros de excelência e pesquisa. O número limitado de vagas e processos de admissão altamente competitivos restringe significativamente o acesso a essas universidades. O Governo Federal pode alterar essa política e aumentar a concorrência que enfrentamos por meio (i) do aumento do nível de investimentos públicos no Ensino Básico e Superior em geral e uma maior oferta de vagas e melhoria na qualidade do ensino oferecido e (ii) da transferência dos recursos de incentivo a instituições privadas às públicas. (KROTON, 2016c, p. 35)

O Grupo Kroton anuncia e ressalta que se o governo brasileiro aumentar os investimentos (do fundo público) na Educação Básica ou na Educação Superior pública, prejudicará intensamente sua atividade comercial, porque o principal fator para que suas atividades comerciais tenham lugar no nicho de mercado que classe trabalhadora representa, são os incentivos do Governo federal que favorecem o processo, seja no

campo da legislação fiscal que beneficia IES em contrapartida à sua prestação de serviços educacionais, ou da política para a educação superior em marcha que “expande” e “democratiza” o acesso à ES por meio de IES privadas como as unidades pertencentes ao Grupo Kroton. Assim, se o Estado com suas medidas (leis, políticas, programas) direcionar uma grande parte de investimentos para a educação pública e gratuita, conseqüentemente investirá em menor medida no setor privado, prejudicando o negócio do Kroton.

Tendo em vista tal preocupação, é certo que a diretoria do Grupo econômico disputará no Estado que tais medidas prejudiciais não sejam realizadas. O interesse privado do Kroton, buscará de todas as maneiras que a política de educação superior não empreenda ações que priorizem o investimento do fundo público na Educação Superior pública em detrimento da Educação Superior privada.

O documento informa também, que houve certas “alterações na política governamental em educação” e que tais medidas “poderão eventualmente nos prejudicar”.

Em Dezembro de 2014, o Ministério da Educação editou as Portarias Normativas 21 e 23. Tais Portarias trouxeram mudanças significativas no FIES que podem causar impactos negativos em nossos negócios. Pelas Portarias, dentre outros pontos, somente alunos que obtiveram nota igual ou superior a 450 pontos e não tiveram zerado a redação serão elegíveis ao FIES e as instituições de educação ou grupo de instituições com 20 mil ou mais contratos de FIES receberão, no ano de 2015, somente 08 recompras de certificados de FIES. (KROTON, 2016c, p. 35)

Desta maneira percebemos que quando minimamente o Estado capitalista empreende ações de caráter corretivo objetivando equilibrar o interesse público e o interesse privado, por meio de alterações na política que incidem no modo de funcionar da prática social, como no caso das portarias do MEC que tentaram refinar o funcionamento do FIES, prejudica a atividade comercial das empresas capitalistas que se sustentam com base na expropriação do trabalho e dos demais direitos sociais. Em tal contexto, o “relacionamento institucional” entre o Grupo Kroton e os aparelhos do Estado (MEC, CNE, SESU, FNDE, entre outros apresentados no documento) garante que o interesse privado se sobreponha ao interesse público, consolidando a principal função do Estado capitalista: perpetuar o sistema capitalista de produção e de manutenção da vida material.

3.5 O Estado como favorecedor da financeirização da Educação Superior

O Estado por meio das ações que constituem a política de educação superior cumpre seu papel histórico de criar as condições para a intensificação do negócio da educação.

O Formulário de referência 2016 do Kroton possui uma subseção específica sobre os “efeitos relevantes da regulação Estatal” no desenvolvimento de suas atividades comerciais, em que apresenta informações sobre a “necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades” e sobre o “histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações” (KROTON, 2016c). Essa parte do documento é importante para nossa pesquisa, pois ajuda a entender de que maneira o Estado atua como um agente possibilitador e favorecedor do processo de financeirização da educação superior brasileira. Com base em tais informações, podemos constatar que o Kroton tem respaldo na política educacional para desenvolver sua atividade econômica. O direito social à educação se transforma, nicho de mercado nos moldes da política educacional do Estado brasileiro, tanto, que o Grupo apresenta sua regulamentação nos seus documentos.

Segundo o documento,

A Constituição Federal do Brasil define educação como um direito de todos os Brasileiros e um dever do Estado e da família. Nesse sentido, o Poder Público deve garantir a todos os cidadãos brasileiros o acesso ao ensino fundamental obrigatório e gratuito, não estando, entretanto, tal atribuição, limitada ao Poder Público, vez que as atividades de ensino são livres à iniciativa privada, desde que observados os requisitos e critérios estabelecidos pela regulamentação aplicável. (KROTON, 2016c, p. 197)

O documento complementa

Além disso, a União, por meio da Lei n.º 10.172, de 9 de janeiro de 2001, ou Plano Nacional de Educação, estabeleceu o atual Plano Nacional de Educação, com duração de dez anos, contados da publicação da lei. O Plano Nacional de Educação definiu os objetivos que deveriam ser perseguidos pelo sistema federal de Ensino Superior. A principal meta estabelecida foi oferecer educação superior para, pelo menos, 30% da população entre a faixa etária de 18 a 24 anos. Em 2009, de acordo com o INEP, o número não atingiu 14%. Foi aprovado no

Congresso Nacional um novo plano para o período de 2014 – 2024. (KROTON, 2016c, p. 197)

O documento nos apresenta os órgãos do aparelho do Estado que funcionam como “reguladores da educação superior”, para convencer os alunos-clientes, os potenciais investidores e os demais sujeitos envolvidos no processo de financeirização da ES, que possui uma “relação com o Estado” que garante o desenvolvimento pleno de sua atividade comercial, pois possui as condições necessárias a ela. Portanto os grandes empresários capitalistas que detêm o capital advindo da produção e do comércio tanto da educação superior quando do lucro obtido com a mercantilização de tal mercadoria, isto é, a burguesia que é a classe interessada no sucesso da atividade comercial do Kroton, obterá certamente o lucro.

Segundo o documento

[...] O MEC é a autoridade máxima de Ensino Superior no sistema federal de ensino, a quem compete, entre outras prerrogativas: (i) homologar deliberações do Conselho Nacional de Educação (CNE) em pedidos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior; (ii) homologar os instrumentos de avaliação; (iii) homologar pareceres e propostas de atos normativos; (iv) expedir normas e instruções para a execução de leis, decretos e regulamentos; e (v) exercer as funções de regulação e supervisão da educação superior por intermédio de suas secretarias. (KROTON, 2016c, p. 202)

[...] O CNE é um órgão colegiado, vinculado ao MEC, e constituído pela Câmara de Educação Básica e Câmara de Educação Superior, sendo cada qual composta por 12 membros, indicados pelo Ministro da Educação e nomeados pelo Presidente da República. Ao CNE compete, entre outras atividades: (i) exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao MEC; (ii) deliberar sobre pedidos de credenciamento e recredenciamento de instituições de Ensino Superior para a oferta de cursos a distância; (iii) recomendar providências a Secretaria de Educação Superior, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e Secretaria de Educação a Distância, entre as quais a celebração de protocolo de compromisso, quando não satisfeito o padrão de qualidade específico para credenciamento e recredenciamento de cursos e instituições; (iv) deliberar sobre as diretrizes propostas pelas Secretarias para a elaboração, dos instrumentos de avaliação para credenciamento de instituições; (v) recomendar a aprovação dos instrumentos de avaliação; e (vi) aplicar penalidades como suspensão temporária da abertura de processos seletivos, cassação da autorização de

funcionamento da instituição de Ensino Superior ou do reconhecimento de cursos por ela oferecidos e demais advertências decorrentes de irregularidades. (KROTON, 2016c, p. 202)

[...] O INEP é uma autarquia federal, vinculado ao MEC, cujo presidente é indicado pelo Ministro da Educação e aprovado pelo Presidente da República. Ao INEP compete, entre outras atividades: (i) realizar visitas para avaliação in loco nos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação e sequenciais; (ii) realizar as diligências necessárias à verificação das condições de funcionamento de instituições e cursos, como subsídio para o parecer da Secretaria competente; e (iii) conduzir pesquisa e análise de dados relacionados à educação no Brasil; e (iv) implementar o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). (KROTON, 2016c, p. 202)

[...] A Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece que a educação superior será ministrada em instituições de Ensino Superior públicas ou privadas. As instituições de Ensino Superior privadas não têm personalidade jurídica própria e devem ser mantidas por Mantenedoras, responsáveis legais pela instituição. As instituições privadas podem ser mantidas e administradas por pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado. (KROTON, 2016c, p. 203)

O Kroton apresenta aos sujeitos envolvidos no processo de financeirização da ES as garantias que o Estado lhes fornece para o sucesso na comercialização de suas mercadorias demonstrando à tais sujeitos que o mercado e que o negócio da educação é o mais rentável para investirem. Isto porque, o Estado capitalista cederá sempre majoritariamente aos interesses defendidos pelos aparelhos privados de hegemonia, e pelas demais organizações que representam a burguesia em detrimento da garantia do direito social à educação superior, se esta fosse pública, estatal e gratuita.

O negócio da comercialização da educação superior do Kroton, segundo o documento, se respalda, entre outros, num programa do governo federal, o “Programa Universidade para Todos – PROUNI”.

O PROUNI foi criado em 2005, por meio da Lei n.º 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e tem por finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda em cursos de graduação e sequenciais de formação

específica, em instituições privadas de ensino superior. Em contrapartida, o Governo oferece às instituições de ensino superior aderentes ao PROUNI isenções fiscais. Ao fornecer isenções fiscais a instituições com fins lucrativos, o PROUNI também desempenha o importante papel de estimular o crescimento e o investimento privado no setor de educação superior, possibilitando que as instituições com fins lucrativos ofereçam cursos a preços competitivos comparados àqueles praticados por instituições filantrópicas e sem fins lucrativos. (KROTON, 2016c, p. 171)

Para o Kroton, o “governo federal cumpriu um importante papel” ao incentivar que empresas capitalistas pautassem a produção e reprodução do seu capital explorando a “mercadoria educação”. Tais incentivos possibilitaram que o Grupo vendesse a mercadoria por um preço menor, competitivos em vista dos preços pelos quais as IES sem fins lucrativos os ofereciam. O Estado por meio das ações políticas empreendidas nos anos 2000, cuja gênese está nos anos 1990, cumpriu sua função de favorecer os interesses privados, das empresas capitalistas, pela entrega do direito à educação para tais empresas mercantilizarem.

A propaganda do PROUNI pelo Kroton é intensa e funciona como meio de captação de alunos-clientes e investidores. O documento informa como funciona a relação entre o Kroton e o Estado, com sua participação/adesão ao PROUNI

As instituições privadas de educação superior, com ou sem fins lucrativos e não beneficentes, poderão aderir ao PROUNI mediante a assinatura do Termo de Adesão, cumprindo-lhes oferecer, ao menos, (i) uma bolsa integral para cada 10,7 alunos que pagam uma mensalidade regular e estejam regularmente matriculados no fim do ano letivo anterior; ou (ii) uma bolsa integral para cada 22 alunos que pagam a mensalidade regular em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, desde que também ofereçam bolsas de 50% ou 25%, na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos atinja o valor equivalente a 8,5% de sua receita anual. (KROTON, 2016c, p. 171)

[...]

O Termo de Adesão ao PROUNI é firmado por um período de 10 anos (renovável por mais 10 anos) estabelecendo o número de bolsas a serem oferecidas em cada programa, campus e curso. Portanto, para aderir ao PROUNI, a instituição deve: (i) cumprir suas obrigações fiscais; e (ii) oferecer bolsas de estudo. (KROTON, 2016c, p. 171)

[...]

As instituições privadas de ensino superior, aderentes ao PROUNI ficam isentas, durante toda a vigência do Termo de Adesão ao PROUNI, de contribuições e impostos como: (i) COFINS e PIS sobre a receita de cursos de graduação e sequenciais de formação específica; e (ii) IRPJ e CSLL sobre o lucro da exploração de atividades de Ensino Superior provenientes dos cursos de graduação e sequenciais de formação específica. (KROTON, 2016c, p. 171)

Tendo em vista estas informações constantes no documento, para o Grupo Kroton, o sucesso na produção de sua mercadoria mais rentável é devido “às recentes medidas de estímulo à educação, em especial o PROUNI” (KROTON, 2016c, p. 171).

Além do PROUNI, o Grupo apresenta outro programa do governo federal como uma das formas que torna possível sua inserção na produção da Educação Superior privada. Trata-se do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior Privado – FIES. Sobre o programa, o documento informa,

[...] foi criado em 1999, tendo sido regulamentado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e oferece financiamento de até 100% de mensalidades junto às instituições de Ensino Superior com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. (KROTON, 2016c, p. 172).

O documento explica como funciona a relação do FIES com a IES e com o aluno.

De 2010 a 2014, 1,9 milhões de alunos contrataram o FIES e foram beneficiados pelo programa e cada vez mais, instituições de Ensino Superior são cobertas pelo programa no Brasil. Desde 2005, o FIES também oferece financiamentos a alunos que recebem bolsas de estudo parciais do PROUNI. Assim, esses alunos conseguem financiar os outros 50% de seus custos de educação superior com um empréstimo do FIES. (KROTON, 2016c, p. 172)

[...]

Atualmente, os empréstimos do FIES são concedidos pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil, e priorizam: a. Alunos que recebem bolsa de estudo de 50% do PROUNI; b. Alunos que recebem bolsas complementares e estão matriculados em cursos considerados prioritários pelo FIES (licenciatura em química, física, matemática e biologia, bem como cursos de engenharia, geologia e outros cursos incluídos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos); c. Alunos que recebem bolsas complementares e estão matriculados em outros cursos; d. Alunos matriculados em instituições de educação superior que aderiram ao PROUNI; e e. Outros alunos inscritos em instituições de educação superior que não aderiram ao PROUNI. (KROTON, 2016c, p. 172)

Os cursos considerados “prioritários” para o FIES são, entre outros, os de licenciatura. Realizam as expropriações na Educação predominantemente na formação de professores. (FONTES, 2010)

Segundo o documento, no ano de 2010 o FIES instituiu algumas modificações nas condições para que determinados grupos de alunos pudessem contratá-lo e para que um número maior de IES pudesse aderi-lo.

Em 2010, as normas do FIES sofreram algumas alterações a fim de trazer mais vantagens e tornar o programa ainda mais interessante para os alunos, principalmente para aqueles que pretendem se tornar professores e doutores. As principais mudanças foram as seguintes: a. Redução das taxas de juros de 6,5% para 3,4% ao ano, capitalizada mensalmente à taxa de 0,27901%; b. Redução de 1% ao mês no valor da dívida para professores e doutores que optarem por trabalhar no setor público após a graduação (professores precisam trabalhar em educação pública básica e doutores em áreas determinadas pelo Ministério da Saúde); c. Aumento dos prazos. Atualmente, os alunos têm um prazo equivalente a três vezes a duração do curso para quitar o financiamento, além de um ano e meio de carência após a conclusão da graduação. Antes, o prazo era equivalente a duas vezes a duração do curso. (KROTON, 2016c, p. 173)

Diante de tais informações, percebemos que a política empreende modificações para tornar mais atraente a formação de professores pelas empresas financeirizadas.

Segundo o documento

Essas mudanças contribuem para o crescimento do número de matrículas nas escolas de graduação em virtude das melhores condições para os alunos que não podem arcar com seus custos de educação. Taxas de juros mais baixas, somadas a prazos de financiamento mais longos, impulsionam ainda mais as matrículas, favorecendo o setor como um todo. (KROTON, 2016c, p. 173)

O documento apresenta as anunciadas vantagens de o aluno contratar o FIES e o PROUNI, e dos investidores comprarem ações do Kroton, encobrendo o processo de criação de tal educação produzida sob essa lógica, qual seja: o processo de produção direta da mercadoria educação superior sustentado pela expropriação máxima do trabalho que produz tal mercadoria de maneira a extrair a mais valia num grau tão elevado capaz de criar o lucro, isto é, o capital excedente que se transforma ele próprio em outra mercadoria, esta, por sua vez, é comercializada no âmbito dos investidores por meio de ações na bolsa de valores, enquanto a mercadoria educação é mercantilizada predominantemente na classe trabalhadora.

Na nossa concepção, o que configura o processo de financeirização da educação superior no caso do Grupo Kroton, é o fato do processo de produção direto da educação possibilitar que dele próprio surja uma outra mercadoria, a mercadoria dinheiro. É o grau de expropriação intenso na produção da educação que garante que o lucro decorrente do comércio da mercadoria originária (a educação) seja excedente e por isso possa ser destinado: uma parte menor de volta para o processo de produção da mercadoria educação e outra parte maior para se tornar ele próprio outra mercadoria, a mercadoria dinheiro.

As razões do favorecimento do Estado no processo de financeirização aparecem para os sujeitos envolvidos no processo como medidas benéficas, que irão supostamente garantir o acesso de todos (as) à educação superior, aparecem assim, como medidas sociais. O que tais razões convenientemente elidem é que no Estado capitalista, a política social é minimamente social, pois, o que tais medidas realmente objetivam é a garantia e a manutenção dos interesses da classe burguesa, afinal, o Estado capitalista existe para formalizar o sistema de produção do capital (MÉSZÁROS, 2005), atuando de maneira contraditória entre o capital e o social, porque ao mesmo tempo em que empreende políticas que oferecem minimamente diretos sociais aos indivíduos, como o acesso à educação superior, também garante por meio das mesmas políticas que a burguesia mantenha seus objetivos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que o Grupo Kroton é um grupo econômico de porte elevado, tanto no campo do poder econômico e político, quanto no campo territorial, tendo em vista sua presença predominante no setor privado de educação no Brasil.

Pudemos estabelecer que o Kroton funciona por meio da acumulação pela via da finança, visto que extrai da produção da mercadoria educação superior, o máximo grau possível da mais-valia, garantindo que o lucro obtido seja excedente, podendo ser transformado no capital portador de juros, fictício, capaz de desempenhar as funções técnicas do dinheiro, isto é, ser comercializado na bolsa de valores em forma de ações.

Descobrimos que a produção da educação superior no caso do Kroton é atravessada pelo fenômeno da financeirização, porque esta é universal, e envolve a produção de qualquer mercadoria na fase contemporânea do capitalismo.

Além disso, a prática da produção da educação superior do Kroton se materializa exatamente nos moldes em que Marx (2008), Lenin (2012), Chesnais (2005) e Fontes (2010), nos ensinam, qual seja: o Grupo atua com base na grande concentração de capitais, ou seja, de meios de produção da educação superior, atuando nesse processo com base nas expropriações sociais no mais alto grau possível. Tais expropriações possibilitam que o lucro extraído da produção seja tão excedente, que se torna capaz de criar outra mercadoria além da educação: o dinheiro provindo daquela produção. Assim, pela via da financeirização, o Grupo Kroton produz uma educação superior com o mínimo de recursos possível (já que a maior parte da riqueza advinda desta produção não retorna para ela, pois é transformada em capital portador de juros para este próprio ser comercializado na forma dinheiro). O problema desse processo são suas consequências, isto é, a natureza e o caráter da educação que é oferecida para a classe trabalhadora.

Tal educação não é para a formação humana. Trata-se de estratégia para a manutenção do sistema capitalista de produção, tanto em razão de seu caráter minimalista, que constrói indivíduos propícios à máxima exploração, quanto de seu caráter apaziguador, que pretende transformar sujeitos em exército de reserva e impedir que ultrapassem as barreiras da crítica capaz de formular uma concepção de mundo emancipadora.

No mesmo sentido, notamos que a política educacional empreendida para regulamentar o funcionamento da educação superior brasileira, nos anos finais da década de 1990 até meados dos anos 2000, atendeu à um interesse específico: continuar a garantir as bases propícias à manutenção do sistema capitalista e produção, no Brasil. Isto porque, a LDB de 1996 autorizou que empresas capitalistas interessadas predominantemente em vender, comercializar (não importando o que!), ES com fins de lucro, passassem a oferecer a educação superior com o subsídio público. Em seguida, no ano de 2001, o FIES criou formas de estudantes cursarem a graduação em IES privadas, se endividando, através de financiamento vinculado a bancos privados e contraindo a obrigação de pagar por sua formação. Em 2005 foi criado o ProUni, que possibilitou que o fundo público passasse a custear bolsas de estudo para estudantes de ensino superior em IES privadas...

Na sequência, em 2014 foi promulgado um PNE, que estabeleceu números de matrículas (expansão) para serem atingidos num determinado período de tempo, garantido que as empresas capitalistas privadas adquiram cada vez mais um número mais elevado de alunos clientes.

Assim, percebemos que numa via de contradição, a política para a educação superior empreendida no Brasil desde os anos finais da década de 1990 até meados dos anos 2000 se comprometeu-se (e de fato o realizou!) tanto com a expansão/democratização da educação superior, quanto com a manutenção do sistema capitalista de produção por meio do favorecimento, através da transferência do fundo público para empresas privadas de propriedade da burguesia, que atuam como aparelhos privados de hegemonia em benefício da dominação de classe.

Vimos ainda, na literatura acadêmica e nos documentos analisados, que o nicho de mercado explorado pelo Grupo Kroton, é a classe trabalhadora. Daí o surgimento do problema que deu lugar ao objetivo geral desta pesquisa: tentar elaborar de maneira inicial uma discussão acerca do que seja o fenômeno da financeirização na produção da Educação Superior e por meio de quais processos se concretiza, através da análise sobre como tal fenômeno está sendo discutido por uma parte da comunidade acadêmica, elegendo como campo de evidências empíricas que expressam a financeirização, o Grupo Kroton, observando que tal empresa consiste num aparelho privado de hegemonia que atua em nome da consecução de seus próprios interesses (obtenção de lucro extremo) e da manutenção da dominação da classe burguesa sobre a classe trabalhadora.

De acordo com Marx (2013) a sociedade capitalista funciona com base na expropriação do trabalho e na divisão desigual de riquezas. No mesmo sentido, Mészáros (2005) nos ensina que o sistema do capital se encontra erigido com base no tripé formado por elementos que são complementarmente articulados: a) capital; b) trabalho; e c) Estado.

Tendo em vista tal concepção, pensamos que o capital atua por meio do Estado capitalista – que existe justamente para organizar e estruturar hierarquicamente o sistema do capital -, para sua manutenção e perpetuação. Em sua função de servidão ao sistema do capital, o Estado contemporâneo atua por meio de políticas para garantir que relações sejam construídas e mantidas, entre o poder público e as instituições privadas de hegemonia, pertencentes à burguesia, para a manutenção da ordem de dominação estabelecida.

A classe mantenedora das bases materiais, isto é, do trabalho vivo que produz as mercadorias e conseqüentemente as riquezas provenientes de sua circulação, é a classe trabalhadora, pelo que, o capital atua intensamente na sua formação por meio da educação. A educação superior (no caso desta pesquisa) ocupa então um papel central na consecução dos objetivos do capital (EVANGELISTA, 2014), adequando-se ao projeto que lhe for mais benéfico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Niemeyer; PAULANI, Leda Maria. **Regulação social e acumulação por espoliação**: reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do estado na caracterização do capitalismo contemporâneo. Econ. soc. [online]. 2011, vol.20, n.2, pp.243-272.

AGUIAR, Vilma. **Ampliação e diversificação do acesso no ensino superior**: a formação do sistema de massa no setor privado (1995-2010). 2013. 224 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

BEM, Augusto de Pinho. **Financeirização**: uma abordagem marxista. 2009. 117 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A crise financeira global e depois**: um novo capitalismo?. Novos estud. - CEBRAP [online]. 2010, n.86, pp.51-72.

BRASIL. Lei n. 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre a sociedade por ações. Diário oficial da União de 15 de dezembro de 1976. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm Acesso em 25 de janeiro de 2016.

_____. Lei 13.005 de 15 de junho de 2014. Plano Nacional da educação 2014 a 2024. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em 25 de janeiro de 2016.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 25 de janeiro de 2016.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 10.260 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10260.htm .
Acesso em 25 de janeiro de 2016.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 11.096 de janeiro de 2005.
Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI. Disponível
em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-
2006/2005/lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm). Acesso em 25 de janeiro de 2016.

CASTELO BRANCO, Iracema K. **Financeirização e acumulação de capital no Brasil: 1995-2007**. 2010. 88 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2013, vol.18, n.54, pp.761-776.

COSTA, Fábio Luciano Oliveira. **Financeirização do capital no ensino superior privado com fins lucrativos no Brasil (2007/2012)**. 2016. 367 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Formação e conhecimento: perspectivas filosóficas e sociológicas. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 603-629, nov. 2014.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 31, n. 111, abr-jun/2015. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n111/v31n111a10.pdf>>. Acesso em 27 de maio de 2018.

CHESSAIS, François. **A Finança Mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

EVANGELISTA, Olinda. (Org.) **O que revelam os slogans na política educacional**. Araraquara: Junqueira e Marin, 2014.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e Capital-imperialismo: teoria e história**. 3ª edição. EPSJV/Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16, n. 46, jan.-abr. 2011, p. 235-274.

GIFFIN, Karen Mary. Financeirização do Estado, erosão da democracia e empobrecimento da cidadania: tendências globais?. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2007, vol.12, n.6, pp.1491-1504.

GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 7. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
_____. **Concepção dialética da história**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HYPÓLITO, Á. M. Estado gerencial, reestruturação educativa e gestão da educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 63-78, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19239/11165>

KROTON. **Home institucional**. Disponível em http://www.mzweb.com.br/kroton2010/web/conteudo_pti.asp?idioma=0&conta=45&tipo=34091 . Acesso em 20 de setembro de 2016.

_____. **Estatuto Social**. Disponível em: http://ri.kroton.com.br/kroton2010/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=32838. Acesso em 20 de setembro de 2016.

KROTON. Formulário de Referência 2016. Disponível em http://ri.kroton.com.br/kroton2010/web/download_arquivos.asp?id_arquivo=10F04A97-4C22-48B2-93C8-65C605C43E73 Acesso em 20 de setembro de 2016.

_____. **Mercados de atuação**. Disponível em: http://ri.kroton.com.br/kroton2010/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=32819#2 Acesso em 20 de setembro de 2016.

_____. **Histórico**. Disponível em: http://ri.kroton.com.br/kroton2010/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=32813 Acesso em 20 de setembro de 2016.

_____. **Responsabilidade social.** Disponível em:
http://ri.kroton.com.br/kroton2010/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=32823 Acesso em 20 de setembro de 2016.

_____. **Fato relevante 2014:** Parecer do CADE sobre acordo de associação com a Anhanguera. Disponível em:
http://ri.kroton.com.br/kroton2010/web/download_arquivos.asp?id_arquivo=9F5D70EA-5455-4724-8884-3F6DB4E09D9B Acesso em 20 de setembro de 2016.

_____. **Fato relevante 2016:** Combinação de negócios com a Estácio. Disponível em:
http://ri.kroton.com.br/kroton2010/web/download_arquivos.asp?id_arquivo=0F3C4910-41E1-4F95-82EB-344A98CA7043 Acesso em 20 de setembro de 2016.

_____. **Apresentação institucional de 2007.** Disponível em:
http://ri.kroton.com.br/kroton2010/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=32827&conta=28&id_arquivo=158118 Acesso em 20 de setembro de 2016.

_____. **Apresentação institucional de 2016.** Disponível em:
http://ri.kroton.com.br/kroton2010/web/download_arquivos.asp?id_arquivo=98AE0455-362F-48B8-B55B-9FB0E58228F6 Acesso em 20 de setembro de 2016.

LENIN, Vladimir I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LEHER, Roberto. **Educação no governo lula da Silva:** a ruptura que não aconteceu. Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2010. p. 369-412.

LOPES, Rodrigo Lepski. **Crises financeiras e o paradigma da financeirização da riqueza abstrata:** os desafios para a superação do rentismo em suas formas contemporâneas. 2010. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP, 2010.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araujo do. Expansão da educação superior no Brasil e a hegemonia privado-mercantil: o caso da unesa. **Educ. Soc.** [online]. 2013, vol.34, n.122, pp.81-98.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O Capital**: crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital, volume 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. A ordem sociometabólica do capital e o Estado em falência. In: **A montanha que devemos conquistar**. Boitempo, São Paulo, 2015.

_____. **A educação para além do capital**. São Paulo, 2005.

MIRANDA, Bernardo de Pádua Jardim de. **Impactos da financeirização sobre a fragilidade micro e macroeconômica**: um estudo para a economia brasileira entre os anos de 1995-2012. 2013. 178 f. Tese (Doutorado) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MINTO, Lalo Watanabe. **A educação da miséria**: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

MOTTA, Vania Cardoso. **Ideologia do capital social**: atribuindo uma face mais humana ao capital. Rio de Janeiro: Eduerj/ Faperj, 2012.

NEVES, Lucia M.W. (Org.) **A nova Pedagogia da Hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **A transformação da educação em mercadoria no Brasil**. **Educ. Soc.** 2009, vol.30, n.108, pp.739-760.

PAIVA, Ricardo Viana Carvalho de. **Competitividade, estratégia e desempenho financeiro**: um estudo das instituições privadas de educação superior brasileiras. 2011. 303 f. Tese (Doutorado) – Centro de

Pós Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

ROMA, Cristiane da Costa Lopes. **Financeirização do ensino superior privado no governo de Dilma Rousseff**. 2014. 105 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

RUAS, Cláudia Mara Stapani. **Grandes oligopólios da educação superior e a gestão do grupo anhanguera educacional (2007-2012)**. 2015. 311 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2015.

SANTOS FILHO, João Ribeiro dos. **Financiamento da educação superior privado-mercantil: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais**. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SANTOS, Rafael Teixeira Leite Paes Leme dos. **A crise de 2008 e a “grande recessão”**: a alternativa póskeynesiana e a financeirização da economia brasileira no contexto da globalização financeira. 2014. 104 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

SHWARTZBAUM, Alan David. **Sinergias nas fusões e aquisições do setor de educação superior no Brasil**. 2012. 104 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

SOUZA, Eduardo Pinheiro de. **Mapeando os caminhos da internacionalização das instituições de ensino superior no Brasil**. 2008. 233 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Administração da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVESTRE, Geraldo Carlos. **Análise de desempenho econômico-financeiro das companhias brasileiras de capital aberto de ensino superior**. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

SILVA, Vivian Garrido Moreira da. **Distribuição de renda e crescimento econômico: uma análise à luz da financeirização brasileira.** 2014. 186 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Economia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SEBIM, Charlini Contarato. **A intensificação do trabalho docente no processo de financeirização da educação superior: o caso da Kroton no estado do Espírito Santo.** 2014. 201 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

SGUISSARD, Valdemar. **Estudo Diagnóstico da Política de Expansão da (e Acesso à) Educação Superior no Brasil – 2002-2012.** Brasília: Edital n. 051/2014 SESU; Projeto de Organismo Internacional – OEI; Projeto OEI/BRA/10/002,2014.

_____. **Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado-mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária.** **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 29, n. 105, dez/2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf>>. Acesso em 27 de abril de 2018.

TAVARES, Pedro Henrique de Souza. **Os fundos de investimentos e o movimento do capital no ensino superior privado: mercantilização de novo tipo?**2014. 124 f. Dissertação (Mestrado) – Programa e Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

APÊNDICE A – Estado da arte

A – ARTIGOS ACADÊMICOS

Tabela 1 - Artigos acadêmicos encontrados e coletados a partir da busca realizada no Scielo, com as palavras-chaves: “financeirização” e “Kroton”, apresentados por periódico, ano, título, autor e vínculo institucional – período: 2007-2014 (elaboração da autora)

Periódico	nº	Título	Autor(es)	Instituição
Ciência & Saúde Coletiva	007	Financeirização do Estado, erosão da democracia e empobrecimento da cidadania: tendências globais?	GIFFIN, Karen Mary.	FIOCRUZ ENSP (Departamento de ciências sociais)
Novos Estudos	010	A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?	BRESSER PEREIRA, Luís Carlos.	Fundação Getúlio Vargas
Educação & Sociedade	010	A transformação da educação em mercadoria no Brasil.	OLIVEIRA, Romualdo Portela.	Universidade de São Paulo
Economia e Sociedade	011	Regulação social e acumulação por espoliação: reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do estado na caracterização	ALMEIDA FILHO, Niemeyer; PAULANI, Leda Maria.	Universidade Federal de Uberlândia e Universidade de São Paulo

		do capitalismo contemporâneo.		
Revista Brasileira de Educação	013	A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas.	CARVALHO, Cristina Helena Almeida de.	Universidade de Brasília
Educação & Sociedade	013	Expansão da educação superior no Brasil e a hegemonia privado-mercantil: o caso da Unesa.	MANCIBO, Deise; VAL E, Andréa Araujo do.	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)	014	Formação e conhecimento: perspectivas filosóficas e sociológicas.	CURY, Carlos Roberto Jamil.	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Fonte: Scielo.

B – TESES E DISSERTAÇÕES

Tabela 2 - Teses e Dissertações encontradas e coletadas tendo em vista os descritores: “financeirização” e “Kroton”, distribuídos por autor, título, tipo de produção, ano e instituição – Período: 2009 a 2015 (elaboração da autora).

Autor	Título	Tipo	nº	Instituição
BEM, Augusto de Pinho.	Financeirização: uma abordagem marxista	Dissertação	009	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
CASTELO BRANCO, Iracema K.	Financeirização e acumulação de capital no Brasil: 1995-2007.	Dissertação	009	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SOUZA, Eduardo Pinheiro de.	Mapeando os caminhos da internacionalização das instituições de ensino superior no Brasil.	Dissertação	009	Universidade de São Paulo
LOPES, Rodrigo Lepski.	Crises financeiras e o paradigma da financeirização da riqueza abstrata: os desafios para a superação do rentismo em suas formas contemporâneas.	Dissertação	010	Universidade Estadual de Campinas
PAIVA, Ricardo Viana Carvalho de.	Competitividade, estratégia e desempenho financeiro: um estudo das	Tese	011	Universidade Federal de Minas Gerais

	instituições privadas de educação superior brasileiras.			
SHWARTZ BAUM, Alan David.	Sinergias nas fusões e aquisições do setor de educação superior no Brasil.	Dissertação	012	Fundação Getúlio Vargas
MIRANDA, Bernardo de Pádua Jardim de.	Impactos da financeirização sobre a fragilidade micro e macroeconômica: um estudo para a economia brasileira entre os anos de 1995-2012.	Tese	013	Universidade Federal de Minas Gerais
AGUIAR, Vilma.	Ampliação e diversificação do acesso no ensino superior: a formação do sistema de massa no setor privado (1995-2010).	Tese	013	Universidade Estadual de Campinas
SILVA, Vivian Garrido Moreira da.	Distribuição de renda e crescimento econômico: uma análise à luz da financeirização brasileira.	Tese	014	Universidade de São Paulo
SEBIM, Charlini Contarato.	A intensificação do trabalho docente no processo de financeirização da educação superior:	Tese	014	Universidade Federal do Espírito Santo

	o caso da kroton no estado do espírito santo.			
TAVARES, Pedro Henrique de Souza.	Os fundos de investimentos e o movimento do capital no ensino superior privado: mercantilização de novo tipo?	Dissertação	014	Universidade Federal do Rio de Janeiro
ROMA, Cristiane da Costa Lopes.	Financeirização do ensino superior privado no governo de Dilma Rousseff.	Dissertação	014	Universidade Federal do Rio de Janeiro
SILVESTR E, Geraldo Carlos.	Análise de desempenho econômico-financeiro das companhias brasileiras de capital aberto de ensino superior.	Dissertação	014	Pontifícia Universidade de Católica de São Paulo
RUAS, Cláudia Mara Stapani.	Grandes oligopólios da educação superior e a gestão do grupo anhanguera educacional (2007-2012)	Tese	015	Universidade de Católica Dom Bosco – Campo Grande MS

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES (BTDC)

APÊNDICE B – Documentos do Grupo Kroton e políticas para a educação superior brasileira no período de 1996 a 2016

Tabela 3 - Documentos do Grupo Kroton coletados em sua página virtual, apresentados tendo em vista sua natureza jurídica, seu conteúdo, autor(es) e ano – Período 2007 a 2016.

Natureza jurídica	Conteúdo	Autor(es)	Ano
Formulário de referência de 2016	Descrição das atividades comerciais grupo Kroton, especialmente no que se refere a produção da educação	Rodrigo Calvo Galindo (Diretor presidente) e Carlos Alberto Bolina Lazar (Diretor de relações com investidores)	2016
Propaganda sobre os mercados de atuação – informações públicas apresentadas na página virtual do Kroton	Apresentação dos segmentos na área da educação em que o grupo empreende suas atividades comerciais: educação básica e educação superior	Kroton educacional 2018	2014 (última atualização)
Propaganda a respeito do histórico comercial do Kroton – informações públicas apresentadas em sua página virtual	Indicação do desenvolvimento por anos (1966-2013) dos empreendimentos na área da educação básica e superior	Kroton educacional 2018	2015 (última atualização)
Propaganda das práticas sociais envolvidas nas	Apresentação de iniciativas e projetos de ações	Kroton educacional 2018	2017 (última atualização)

atividades econômicas do Kroton – informações públicas apresentadas em sua página virtual	sociais que reforçam o processo de formação da cidadania		
Estatuto Social – documento público oficial que institui as atividades comerciais do Kroton	Designação da estrutura empresarial do Kroton e de seu objeto social, isto é, das mercadorias comercializadas pelo grupo	Leonardo Augusto Leão Lara (secretário)	2017
Notícia pública veiculada pelo Kroton sobre o parecer do CADE relativo ao acordo de associação com a Anhanguera – Fato relevante 2014 – documento público	Declaração dos diretores do Kroton e da Anhanguera a respeito das condições estabelecidas pelo CADE para o prosseguimento da fusão entre tais instituições	Carlos Alberto Bolina Lazar (Diretor de relações com investidores do Kroton) e Vitor Pini (Diretor de relações com investidores da Anhanguera)	2014
Notícia pública veiculada pelo Kroton sobre a combinação de negócios com a Estácio – Fato relevante 2016	Declaração dos diretores do Kroton e da Estácio relativa à operação comercial que incorpora as ações da Estácio pelo Kroton, de acordo com as recomendações do CADE	Carlos Alberto Bolina Lazar (Diretor de relações com investidores do Kroton) e Pedro Thompson (Diretor de relações com investidores da Estácio)	2016

<p>Propaganda – Apresentação Institucional de 2007 – informações públicas</p>	<p>Informações veiculadas pelo Kroton sobre a comercialização de suas mercadorias no setor educacional e dos lucros auferidos no ano de 2007 e projeções de lucros futuros</p>	<p>Alícia Maria Figueiró Pinheiro (Vice- Presidente Executiva e Diretora de Relações com Investidores) e Thiago Ribas (Analista de Relações com Investidores)</p>	<p>2007</p>
<p>Propaganda – Apresentação Institucional de 2016 – informações públicas</p>	<p>Informações veiculadas pelo Kroton sobre a comercialização de suas mercadorias no setor educacional e dos lucros auferidos no ano de 2016 e projeções de lucros futuros</p>	<p>Carlos Lazar, Pedro Gomes e Ana Troster (Diretores de relações com Investidores)</p>	<p>2016</p>

Fonte: Grupo Kroton

Tabela 4 - Documentos instituidores das políticas para a educação superior, organizados a partir de sua natureza jurídica, entidade autora, conteúdo e ano – Período: 1996 a 2014 (elaboração da autora)

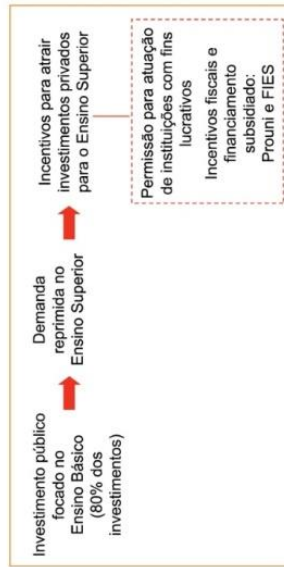
Natureza Jurídica	Entidade	Conteúdo	Ano
Lei Federal nº 13.005 de 15 de junho de 2014	Ministério da educação	Regulamenta o Plano Nacional de Educação	2014
Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996	Ministério da educação	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional	1996
Lei Federal nº 10.260 de julho de 2001	Ministério da educação	Dispõe sobre o Fundo de financiamento ao estudante de Ensino Superior - FIES	2001
Lei Federal nº 11.096 de janeiro de 2005	Ministério da educação	Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI	2005

Fonte: Presidência da República – Casa Civil – Ministério da Educação

O Mercado Brasileiro de Educação é Amplo...

- Faturamento total de aproximadamente R\$120 bilhões ⁽¹⁾ (~ 7% do PIB)
 - Faturamento do setor privado de R\$36 bilhões ⁽¹⁾, 42% no Ensino Superior
- Maior mercado de Ensino Básico na América Latina (~58 milhões de alunos matriculados) ⁽²⁾
- 6º maior mercado de Ensino Superior do mundo (~4,5 milhões de alunos matriculados) ⁽³⁾

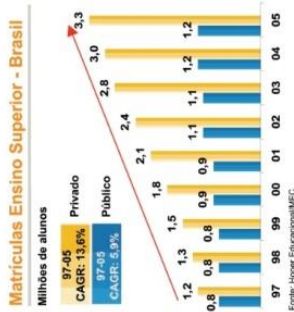
... e com Crescente Aumento da Participação de Investimento Privado



⁽¹⁾ Dados de 2004. Fonte: Hoper Educacional

⁽²⁾ Dados de 2004. Fonte: Indicadores Estatísticos do Sistema Educativo do Mercosur

⁽³⁾ Dados de 2005. Fonte: MEC

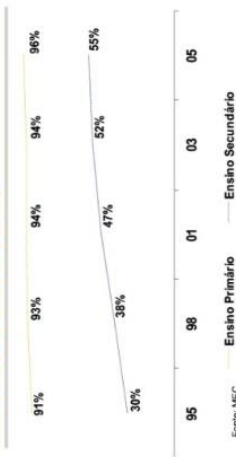


Mercado Brasileiro é amplo e está em rápida expansão (Cont.)

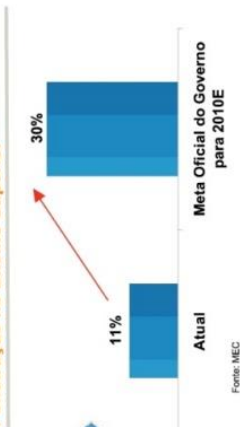


Vetores de Crescimento Continuam Muito Atrativos

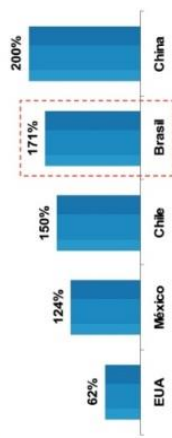
Matriculas no Ensino Básico



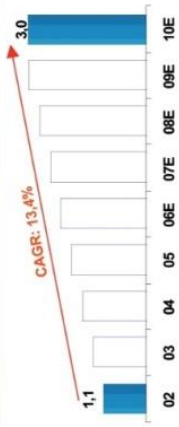
Penetração no Ensino Superior (1)



Aumento Esperado de Salário para Adultos com Nível Superior

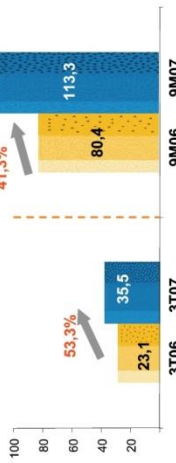


Jovens Trabalhadores no Ensino Superior Brasileiro (2)

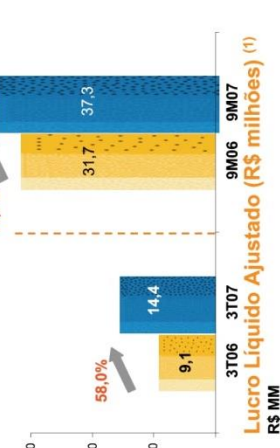


1 Alunos matriculados em regiões metropolitanas como % do potencial total
2 Jovens trabalhadores de classes média-baixa e baixa

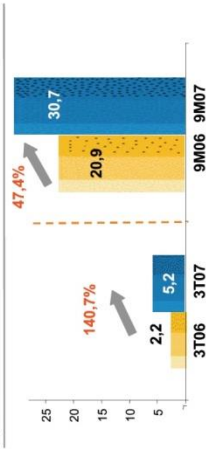
Receita Líquida (R\$ milhões)
R\$ MM



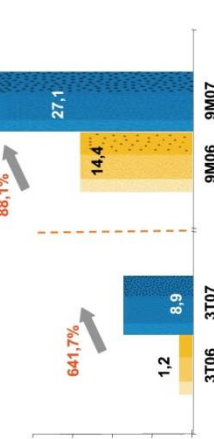
Despesas Operacionais (R\$ milhões)
R\$ MM



EBITDA Ajustado (R\$ milhões)
R\$ MM

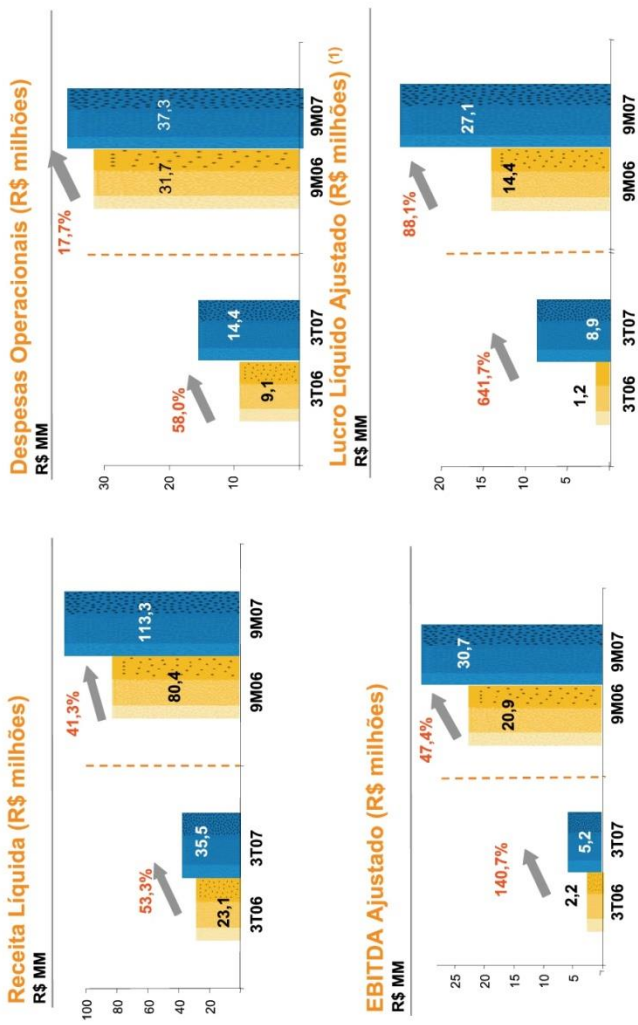


Lucro Líquido Ajustado (R\$ milhões) (1)
R\$ MM



1 — Lucro Líquido Ajustado exclui amortização de ágio, impostos diferidos e resultados não-operacionais

ANEXO D



1 – Lucro Líquido Ajustado exclui amortização de ágio, impostos diferidos e resultados não-operacionais

ANEXO E



Scenario before/after MEC authorizations

- 1,305 new DL Centers authorized since January 2014. Of these, 1,103 were authorized for competitors
- At Kroton, the inclusion of 232 expansions increased the number of our Centers to 910

New Accreditations, by Player

Competitor	New Accreditations	New Accreditations in Kroton locations
Competitor 1	271	182
Competitor 2	205	151
Competitor 3	61	54
Competitor 4	48	31
Competitor 5	31	20
Competitor 6	30	17
Competitor 7	27	24
Competitor 8	26	13
Competitor 9	26	24
Others	378	314
Total	1,103	830

Key Players, by Number of Centers, before and after new Accreditations



Competitive Scenario in Kroton Markets before and after



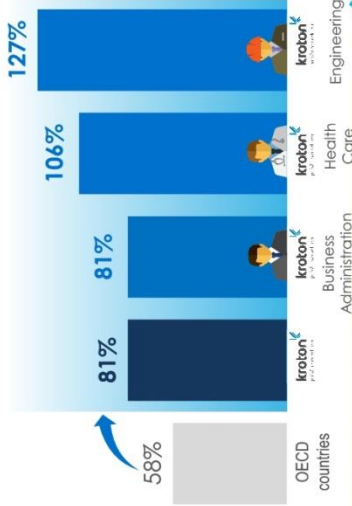
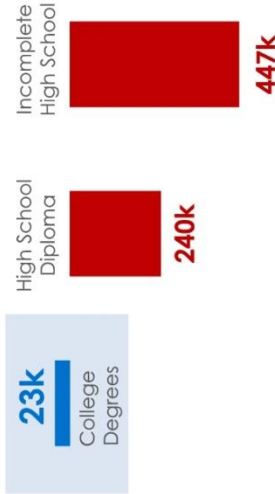
ANEXO F



The market is clearly demanding better-qualified professionals and reflecting this in their compensation

The undergraduate cycle has a proven, growing and significant impact on the various career paths offered by Kroton

Resilience during crises



Job Openings (2016*)

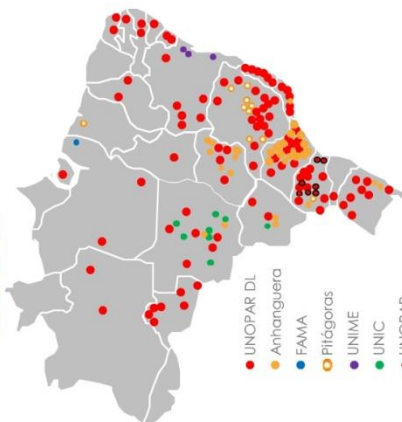


Sources:
 SOFRES (Jan-Aug 2016)
 ProQuest (Kroton - Average income growth of Kroton students 4 years after graduating)
 OECD INDICATORS/2015

ANEXO G



December 2016E
800,000 students reached
99 campuses
910 DL centers



National operation promoting access of the students to the job market

+3,200 PARTNER COMPANIES
(+155% in 12 months)

+149,000 RÉSUMÉS
(+122% in 12 months)

+28,000 SEATS ANNOUNCED
(+259% in 12 months)

+2,200 AVERAGE
DAILY VISITS

